

TATIANA PEREIRA LEITE PINTO

Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Bittencourt

Niterói

2012

TATIANA PEREIRA LEITE PINTO

Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt - Orientador
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

Prof. Dr. Alexander Gebara
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ

Niterói

2012

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Marcelo Bittencourt, pela ajuda, pelos comentários, pela paciência e pelos empréstimos de livros e documentos sem os quais seria impossível ter chegado até aqui.

Aos professores Augusto Nascimento e Alexsander Gebara pelas críticas construtivas que fizeram na qualificação.

Ao meu grande companheiro Inácio, pela dedicação e paciência. Por ter compartilhado comigo todas as etapas da feitura dessa dissertação. Foi literalmente na alegria e na tristeza!

A minha mãe, Sônia, que com toda sua sensibilidade e amor soube incentivar e confortar sempre.

A Eneida, Calina e Karen pelas ótimas “conversas” nos momentos de pura tensão.

RESUMO

Esta dissertação discutirá como racismo e etnicidade estiveram presentes nos embates políticos e sociais em Angola em contextos variados, entre 1961 e 1992. Não existe a pretensão de construir uma história pormenorizada do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas sim de realçar os diversos momentos em que argumentos étnico-raciais se transformaram em valiosos capitais políticos, tanto nas crises internas do MPLA quanto nos embates entre este movimento e os dois movimentos de libertação rivais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita).

Palavras Chave: Angola, MPLA, racismo e etnicidade

ABSTRACT

This paper will discuss how racism and ethnicity were present in the social and political conflicts in Angola in different contexts, between 1961 and 1992. I have no intention of building a detailed history of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), but rather to highlight the many times when ethnic and racial arguments have become valuable political capital, as internal crises in the clashes between the MPLA, as this movement and the two rival liberation movements: the National Front for the Liberation of Angola (FNLA) and the National Union for Total Independence of Angola (Unita).

Keywords: Angola, MPLA, racism and ethnicity

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	06
APRESENTAÇÃO	08
CAPÍTULO I	13
O INICIO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A PRIMEIRA GRANDE CRISE NO MPLA	
1.1 PRODUÇÃO CULTURAL E LUTA NOS ANOS 1950.....	13
1.2 O QUESTIONAMENTO DA ORDEM COLONIAL E O NOVO DISCURSO PORTUGUÊS	21
1.3 MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA	26
1.4 CRISE NO MPLA	43
CAPÍTULO II	53
CRISE E DISSIDÊNCIA NO LESTE E NO NORTE	
2.1 A ABERTURA DA 2ª REGIÃO	54
2.2 FRENTE LESTE: AVANÇO E RECUO DO MPLA	60
2.3 REAJUSTAMENTO NA FRENTE NORTE	73
2.4 O CONGRESSO DE LUSAKA E A CONFERÊNCIA INTER-REGIONAL	78
CAPÍTULO III	84
RACISMO E ETNICIDADE: DO PARTIDO ÚNICO AO MULTIPARTIDARISMO	
3.1 PROCLAMAÇÃO UNILATERAL DA INDEPENDÊNCIA	84
3.2 “DESTRUIR O QUE É MAU E EDIFICAR O QUE É BOM”	88
3.3 ENTRE A NORMA E O VIVIDO, O DISCURSO E A PRÁTICA	97
3.4 OS ANOS 1980 SOB A ÓTICA DO “O CÃO E OS CALÚS”	110
3.5 ACORDOS DE PAZ E AS ELEIÇÕES DE 1992	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
FONTES E BIBLIOGRAFIA	128

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CIR – Centro de Instrução Revolucionária

CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados

DGS – Direcção Geral de Segurança

DISA – Departamento de Informação e Segurança de Angola

DOM – Departamento de Organização de Massas

DOP – Departamento de Organização Política

ELA – Exército de Libertação de Angola

FAA – Forças Armadas de Angola

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FUA – Frente de Unidade Angolana

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIA – Movimento para Independência de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MLA – Movimento de Libertação de Angola

MLN – Movimento de Libertação Nacional

MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

OMA – Organização das Mulheres de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Organização dos Pioneiros Angolanos

OUA – Organização da Unidade Africana

PAG – Programa de Ação Governamental

PCA – Partido Comunista Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

PRE – Programa de Recuperação Económica

PRS – Partido Renovador Social

RPM – Região Político-Militar

TPA – Televisão Popular de Angola

SADAF – South Africa Defense Force

SWAPO – South West Africa People's Organization

UPA – União das Populações Angolanas

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

APRESENTAÇÃO

Meu interesse pela temática étnico-racial surgiu durante a graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Estava cursando em 2006 a disciplina “História e Literatura”, ministrada por Marcelo Bittencourt e a proposta era estudar a história da descolonização e do período pós-independente angolano pela ótica da literatura angolana. Chamou-me a atenção, particularmente na obra *Mayombe* (1971), do consagrado escritor angolano Pepetela¹, a frequência com que nas trocas de acusações entre os personagens guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apareciam os termos “tribalista”, “verdadeiros filhos do povo”, “destrribalizado”, “branco”, “mestiço” e “negro”.

Entre agosto de 2006 e julho de 2007 fui bolsista de iniciação científica (CNPq/PIBIC) do Projeto “Angola Independente (1975 – 1979)” coordenado por Marcelo Bittencourt. Pude verificar neste período através da documentação pesquisada² a força dos argumentos de ordem étnica e racial quer nos jornais angolanos, quer nas entrevistas com figuras importantes no processo de independência de Angola.

Foi por isso que minha monografia³ de conclusão da graduação, que teve por objetivo analisar de que modo os discursos étnicos e raciais estavam presentes nos embates políticos e sociais do MPLA durante a luta de libertação (1961 – 1974) e no primeiro governo independente (1975 – 1979), foi a primeira incursão mais consistente pelo tema.

Para o mestrado decidi aprofundar esse estudo. Ampliei o recorte temporal mantendo o marco inicial na luta de libertação, mas prolongando a análise até as eleições de 1992, avançando por um período pouco estudado pela historiografia especializada em Angola. Entretanto, e vale o registro desde já, sem a pretensão de construir uma história pormenorizada do MPLA, mas sim de realçar os diversos momentos em que argumentos étnico-raciais se transformaram em valiosos capitais

¹Nos referiremos ao escritor e algumas de suas obras ao longo da dissertação. Por ora, é importante reter que Pepetela era, à época da luta, um recém-formado sociólogo que teve importante papel na luta de libertação e no pós-independência como integrante do MPLA.

²O levantamento documental realizado pela equipe do projeto, que inclui entrevistas, jornais, revistas, músicas, documentos diplomáticos está disponível no site do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF: <http://www.historia.uff.br/nec/angola>

³Minha monografia intitulada “Etnicidade, Racismo e Luta em Angola” está disponível para consulta no site do NEC: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/independencia-de-angola/etnicidade-racismo-e-luta-em-angola>

políticos, tanto nas crises internas do MPLA quanto nos embates entre este movimento e os dois movimentos de libertação rivais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita).

Entendemos que para um trabalho dessa natureza é necessário fazer algumas considerações conceituais acerca de “raça”, “racismo” e “etnicidade”. Desde já deixamos claro que nosso propósito não é fazer uma análise antropológica ou sociológica desses conceitos, mas sim uma análise histórica de como eles apareceram na trajetória do MPLA, quem os usou e como usou.

Segundo Kabengele Munanga (2003), as primeiras utilizações do conceito de raça estiveram vinculadas as classificações de espécies animais e vegetais por parte da Zoologia e da Botânica. O conceito de raça só seria atrelado ao mundo social entre os séculos XVI e XVII, quando foi utilizado pela realeza francesa para estabelecer padrões rígidos de segregação baseados nos pressupostos da linhagem. Assim, a ideia de pureza, transmitida a partir do sangue, fazia com que os Francos, a nobreza, não pudessem ser confundidos com Gauleses, a plebe. Raça aparecia aí para legitimar as relações de dominação e sujeição.

No século XVIII e XIX, a cor da pele, assim como outros traços morfológicos passou a ser um critério fundamental para a definição das raças. Cientistas e ideólogos buscaram estabelecer uma intrínseca relação entre o biológico e as possibilidades de desenvolvimento cognitivo, intelectual, moral e psicológico. Desse modo, a raça “branca”, representada por povos europeus foi definida como a raça portadora de habilidades e qualidades superiores aos indivíduos da raça “amarela” e “negra”. Esta última, com o tom da pele mais escuro foi tomada como menos inteligente e menos honesta.

O darwinismo social⁴, e sua lógica hierarquizante das raças, serviu como justificativa ideológica para que as grandes potências europeias imperialistas se vissem no ápice do desenvolvimento das sociedades humanas e com a missão de levar o progresso a asiáticos e africanos que ainda se encontravam em estado primitivo e infantil. (SCHWARCZ, 1996) Essa premissa teve por consequência o enaltecimento dos

⁴O chamado darwinismo social transpôs para o campo das ciências sociais os conceitos biológicos de evolução e adaptação desenvolvidos pelo naturalista britânico Charles Darwin (1809 – 1882). De acordo com o darwinismo social, as sociedades europeias eram dotadas de valores que as colocavam no topo da pirâmide das sociedades humanas.

chamados “tipos puros” e a ideia de que a miscigenação era uma degeneração racial e social.

Foi justamente a hierarquização das raças e a eugenia⁵ que serviram para impulsionar e legitimar tanto a implantação de políticas raciais segregacionistas quanto ideologias como o nacional-socialismo na Alemanha e o extermínio em massa de supostas raças consideradas inferiores e de portadores de deformações genéticas. Esse talvez seja o melhor exemplo do século XX de política racista, ou seja, a crença na existência e superioridade de uma raça sobre outras raças, ou de um grupo de pessoas, em bases biológicas, culturais ou sociais utilizado para fins de dominação, exploração e exclusão de outras raças.

Nos dias atuais, cientistas sociais e biólogos insistem que raça não é uma categoria possível de ser utilizada para o estudo dos homens. No entanto, os usos do passado mostram como raça e racismo são construções políticas e sociais, conceitos carregados de ideologia e categorias sociais de dominação e exclusão. Para o caso angolano, veremos como branco, negro e mestiço não são tão somente referências somáticas, mas categorias sociais construídas ao longo do colonialismo português que permearam a luta de libertação e permaneceram no período pós-independente.

Quanto aos estudos de etnicidade e do próprio conceito, podemos situar o final dos anos 1960 como um importante momento de transformação. O trabalho de Fredrik Barth (1969) – “Os grupos étnicos e suas fronteiras” – contribuiu decisivamente para que os grupos étnicos deixassem de ser vistos como coletividades portadoras de uma cultura específica e inalterada. O enfoque no caráter dinâmico e processual dos grupos étnicos fez com que não fossem considerados como grupos concretos, mas como tipos de organização baseados na consignação e na auto atribuição dos indivíduos a categorias étnicas. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 112)

Barth afirma que a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento. É, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno que torna salientes as identidades étnicas. Logo, não é a diferença cultural que está na origem da

⁵ Criado por Francis Galton em 1883, o termo eugenia foi definido como o estudo dos agentes de controle social que podiam melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Em outras palavras, a eugenia tinha por propósito atingir a perfeição da raça humana. Imbuídos dessas ideais vários países propuseram políticas de “higiene ou profilaxia social”.(SCHWARCZ, 1996)

etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis por *nós* e por *elas*. A noção de etnicidade busca atentar para os aspectos dinâmicos, relacionais e fluidos estabelecidos pelo contato cultural e pelos tensionamentos resultantes dos encontros entre os grupos.

A interação social faz comunicar, mas também colidir. A etnicidade é um exercício social de inclusão e exclusão, que, interiorizada e assumida, funciona como um semáforo, o verde para os *nostros*, o vermelho para os *outros*. (SERRA, 2000) A etnicidade refere-se também ao grau de conformidade dos membros de um grupo étnico às normas de participação no decurso da interação social. Podemos dizer que a etnicidade aumenta em razão direta do crescimento da disputa pelos recursos de poder, tais como: riqueza (recursos financeiros e materiais), liderança, formação escolar, anterioridade de chegada ao território, entre outros. (MACARINGUE, 2000)

A etnicidade, entendida dessa maneira, exige uma análise dos fenômenos históricos explicativos dessas interações sociais. No caso concreto de Angola, a implantação do colonialismo português, variando de forma e intensidade de acordo com as regiões angolanas, contribuiu para a ampliação e até mesmo para a criação de rivalidades étnicas, ou seja, os grupos e as identidades étnicas foram socialmente construídos na interação entre africanos e entre africanos e europeus⁶.

Por outro lado, afirmar a importância de ambos os temas, racismo e etnicidade, não significa explicar os conflitos angolanos anteriores e posteriores a independência utilizando-os como as únicas chaves explicativas. Para uma análise mais complexa, devemos conjugar aos fatores étnico-raciais aspectos econômicos, militares e, regionais, entre outros que serão mencionados ao longo do trabalho.

As fontes utilizadas serão literárias, impressas, orais e documentais. Os romances e poemas que serão apresentados interessam-nos menos pelo seu valor artístico e mais por seu valor social. As fontes impressas serão periódicos variados da década de 1970 e 1990. As fontes orais serão especialmente as entrevistas realizadas por Marcelo Bittencourt em meados da década de 1990 com personagens angolanos com trajetórias diferenciadas, desde líderes históricos a simpatizantes do MPLA. As fontes

⁶ Conceição Neto nos alerta que as rivalidades étnicas também foram criadas no período anterior do tráfico de escravos e do comércio pré-colonial. (NETO *apud* BITTENCOURT, 1999, p. 15)

documentais e, particularmente os documentos da PIDE, embora sejam muito importantes como fontes de pesquisa, não podem nos levar a uma leitura acrítica. A análise de documentos policiais com suas especificidades precisa ser feita através da confrontação com outras fontes, como os relatos orais, por exemplo.

O primeiro capítulo será dedicado a discussão sobre a problemática étnico-racial, no contexto do colonialismo português dos anos 1950 até o início da luta de libertação. Avaliaremos a contradição existente entre o discurso da “harmonia racial” e a prática colonial racista, atentando para o modo como essa experiência social influenciou as atitudes dos homens que formaram os movimentos de libertação. Deste modo, poderemos analisar como raça e etnia são percebidos nos embates entre os movimentos de libertação e na primeira grande crise interna do MPLA (1962 – 1964).

O segundo capítulo abordará os anos posteriores à crise, em que o MPLA conseguiu se reorganizar e alavancar a luta no campo militar e diplomático. Nesta nova conjuntura, o movimento mostrou-se capaz, pelo menos temporariamente, de amortecer as críticas internas. No entanto, já na década de 1970, veremos como em outra circunstância de dificuldade a direção do MPLA seria novamente contestada com base em argumentos étnico-raciais. A parte final do capítulo será dedicada à análise do cessar-fogo entre Portugal, MPLA, FNLA e Unita e a criação do Governo de Transição (1975).

O último capítulo, do ponto de vista cronológico, cobrirá um longo período que vai desde a independência em 1975 até as eleições gerais de 1992. Estando o MPLA na direção do Estado independente, verificaremos qual foi o lugar ocupado por raça e etnia no projeto político-social do homem novo e qual foi sua repercussão na sociedade angolana. Em seguida, buscaremos avaliar através do episódio da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977 até que ponto o discurso do grupo contestatário teve uma dimensão racial. Para finalizar, traçaremos um panorama da década de 1980, passando pelas negociações dos acordos de paz entre o governo (MPLA) e a guerrilha (Unita), em 1991, que determinou a realização de eleições gerais no país. Terminaremos analisando a campanha eleitoral polarizada entre o MPLA e a Unita e as eleições de 1992 sob a ótica étnico-racial.

CAPITULO I

O INICIO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A PRIMEIRA GRANDE CRISE NO MPLA

Este capítulo tratará, em grande medida, da forma como a problemática racial e étnica se apresentou em Angola para os angolanos dos anos 1950 até o início da luta de libertação. Avaliaremos a complexidade dessas questões na vida colonial, sobretudo porque havia uma grande distância entre o discurso da “harmonia racial” e a prática colonial racista, para podermos compreender de que modo essa experiência social repercutiu nas decisões dos homens que formaram os movimentos de libertação. Deste modo, analisaremos a inserção destes temas no fragmentado campo do nacionalismo angolano, ora nos embates internos do MPLA, ora entre os movimentos de libertação.

1.1 PRODUÇÃO CULTURAL E LUTA NOS ANOS 1950

Para nos aproximarmos dos conflitos do mundo colonial, um caminho interessante é o da produção cultural do colonizado. Sem desconsiderar a importância do grande conjunto de fontes da História Política – atas, leis, memorandos, discursos – utilizarei poesias, textos literários e músicas, buscando novas leituras e perspectivas.

O menino negro não entrou na roda (1959)

*O menino negro não entrou na roda
das crianças brancas – as crianças brancas
que brincavam todas numa roda-viva
de canções festivas, gargalhadas francas...*

*O menino negro não entrou na roda.
(...)*

*“Venha cá, pretinho, venha cá brincar”
- disse um dos meninos com seu ar feliz.
A mamã, zelosa, logo fez reparo;
O menino branco já não quis, não quis...*

E o menino negro não entrou na roda.

*O menino negro não entrou na roda
Das crianças brancas. Desolado, absorto,
Ficou só, parado com olhar cego,
Ficou só, calado com voz de morto.*

Geraldo Bessa Victor, o autor deste poema, foi um angolano que nasceu em Luanda em 1917. Na década de 1950, se licenciou em Direito em Portugal e manteve, ao longo de toda sua vida, estreito contato com a metrópole. De forma geral, seu trabalho literário estava afinado com as temáticas portuguesas, relacionadas ao amor, a beleza feminina e o poder do destino⁷. Embora também tenha escrito sobre temas angolanos, e *O menino negro não entrou na roda* traduza a experiência da discriminação racial colonial que ele próprio certamente experimentou, Bessa Victor não se engajou na luta política anticolonial da década de 1960.

Imagem 1: Geraldo Bessa Victor



Bessa Victor é o retrato da complexidade do sujeito colonial, pois sua percepção do racismo não o levou a criticar o sistema colonial como se poderia supor numa leitura dualista que opusesse colonizador/colonizado. Mas ao contrário de Bessa Victor, outros poetas se posicionaram contra o regime colonial, muitos dos quais integrariam na década de 1960 as fileiras do MPLA na luta de libertação. Ao longo da década de 1950, produziram textos críticos a respeito da desigualdade social e da discriminação racial em Angola. Agostinho Neto é o caso mais emblemático de homem que transitou entre a contestação pelas letras e pelas armas. Nascido em 1922 em Kaxicane, na Província do Bengo, Neto ficou detido nas cadeias coloniais por diferentes períodos por sua militância política, tornando-se o líder do MPLA mais conhecido internacionalmente e, em 1975, o primeiro presidente de Angola.

Um tema recorrente da produção de Neto foi o do regime de trabalho contratado associado à escravidão, como pode ser conferido nos poemas “Adeus a hora da

⁷ Mais detalhes sobre a obra de Geraldo Bessa Victor pode ser encontrado no site da União dos Escritores Angolanos. www.uea-angola.org/bioquem.cfm%3FID%3D136. Acessado em 19/02/2012.

largada”, “Partida para o contrato” e “Contratados”⁸. O trabalho contratado mal pago ou simplesmente não remunerado teve sua última regulamentação com o Estatuto do Indigenato de 1954, mas sua existência é bem anterior. A legislação determinava que todos os “indígenas”, na maioria negros mas também mestiços, eram considerados não-civilizados, o que juridicamente significava que eram inferiores e como tal, permitia que fossem submetidos a relações de trabalho francamente desfavoráveis ao contratado⁹.

Imagem 2: António Agostinho Neto



Seu poema intitulado “A Renúncia Impossível” é uma representação do mundo colonial racializado. Através de uma estrutura de negação, o poema aponta para questões que estavam, de fundo, associadas àquele mundo do trabalho: exploração, miséria, fome, violência sexual e segregação racial. Como o título da poesia adverte, não houve renúncia no campo cultural.

A Renúncia Impossível (1949)

*Não contem comigo
para vos servir às refeições
nem para cavar os diamantes
que vossas mulheres irão ostentar em salões
nem para cuidar das vossas plantações
de café e algodão
não contem com operários
para amamentar os vossos filhos sífilíticos
não contem com operários
de segunda categoria
para fazer o trabalho de que vos orgulhais*

⁸ Esses poemas fazem parte do livro publicado em 1974 “Sagrada Esperança” e podem ser encontrados no site da Fundação António Agostinho Neto:

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=category&id=45:sagrada-esperanca&Itemid=202&layout=default. Acessado em 19/02/2012.

⁹ Alguns negros e mestiços conseguiam alcançar a condição de assimilados, deixando de ser indígenas e se equiparando legalmente aos portugueses. Esse tema será tratado com mais calma a seguir.

*nem com soldados inconscientes
para gritar com o estômago vazio
vivas ao nosso trabalho de civilização
nem com lacaios
para vos tirarem os sapatos
de madrugada
quando regressardes de orgias nocturnas
nem com pretos medrosos
para vos oferecer vacas
e vender molho a tostão
nem com corpos de mulheres
para vos alimentar de prazeres
nos ócios da vossa abundância imoral.*

*Não contem comigo
Renuncio-me.
Eu atingi o Zero
Não existo. Nunca existi.
Não quero vida nem morte
Nada!
Podeis agora queimar
os letreiros medrosos
que às portas dos bares, hotéis e recintos públicos
gritam o vosso egoísmo
nas frases: “SÓ PARA BRANCOS” ou “ONLY TO COLOURED MEN”
Negros aqui. Brancos acolá.*

*Podeis acabar
com os miseráveis bairros de negros
que vos atrapalham a vaidade
Vivei satisfeitos sem “colourlines”
sem terdes que dizer aos fregueses negros
que os hotéis estão abarrotados
que não há mais mesas nos restaurantes.
Banhai-vos descansados
nas vossas praias e piscinas
que nunca houve negros no mundo
que sujassem as águas
ou os vossos nojentos preconceitos
com a sua escura presença.*

A acidez da crítica social presente neste poema é reveladora da posição de condenação que Agostinho Neto assumiu em relação ao regime colonial e de seu comprometimento com a valorização do negro. Se Bessa Victor via o racismo pelo prisma da exclusão – exclusão do direito de “participar da roda”, uma metáfora para a exclusão social dos negros –, a percepção de Neto vai além, ligando-se a dimensão da exploração, o que resultou em uma escrita marcada pelo desejo de emancipação.

José Luandino Vieira foi outro personagem que teve reconhecidamente uma atividade literária militante anticolonial, o que lhe custou vários anos nas prisões coloniais. Branco e português de nascimento, passou sua infância e juventude em Luanda. Preso em 1959, foi, no terreno da literatura, o autor angolano que mais

influenciou as gerações de escritores angolanos a partir dos anos 1960. Em 1961, foi preso novamente e condenado a 14 anos de prisão, cumpridas quase integralmente no campo prisional do Tarrafal, em Cabo Verde. Solto em 1972, regressou a Portugal, voltando a Angola somente em 1975, depois da independência. Exerceu importantes cargos diretivos no MPLA, sendo também membro fundador da União dos Escritores Angolanos. Em 2006 foi-lhe atribuído o Prêmio Camões, pelo conjunto de sua obra.

Imagem 3: José Luandino Vieira



A novela neorrealista “A vida verdadeira de Domingos Xavier”, também nos fornece um panorama da vida colonial em Luanda. Escrita em 1961, enquanto o autor estava no cárcere, só seria publicada em Paris dez anos depois (1971). A obra sintetiza os conflitos daquele momento, dando destaque não só para as violências policiais e toda sorte de sofrimentos impostos pelo colonizador, mas também para as formas de resistência e luta.

O protagonista é o tratorista Domingos Antonio Xavier, um homem comum, um operário, que a despeito de não participar da luta clandestina diretamente, sendo apenas um simpatizante, foi capturado pela policia e morreu sob tortura para não denunciar o engenheiro Silvestre, um branco. Certamente a escolha do ofício não foi aleatória, pois o operário era a metáfora do agente transformador, revolucionário. Entretanto, de acordo com o projeto literário emancipatório de Luandino Vieira, todos os segmentos da sociedade angolana deveriam participar da luta, o que se traduziu pela inserção de personagens de diversas idades, sexos, profissões e raças.

O projeto literário de Luandino Vieira traz subjacente um projeto de identidade nacional angolana, que tentava, sem dúvida, suplantando possíveis divisões de ordem

racial e étnica. Não por acaso, a obra não faz menção à origem étnica das personagens, pois o que estava em jogo era a construção da unidade nacional na multiplicidade, através da luta contra a dominação colonial. No enredo, a luta de classes cumpria o papel de definir o campo de batalha entre o explorador e o explorado. Diante desse imperativo, toda e qualquer distinção – inclusive racial e étnica – ficava suplantada. Como a personagem Mussunda ressalta, “não havia nem branco, nem preto, nem mulato, mas só pobre e rico, e que rico é inimigo do pobre porque quer ele sempre pobre.” (VIEIRA, 2003, p. 40)

Ao olhar de modo comparativo os trabalhos de Luandino Vieira, Agostinho Neto e Bessa Victor, percebemos que em relação à questão racial há diferenças e semelhanças na abordagem dos autores. De um lado, a percepção conservadora de Bessa Victor sobre a discriminação racial que não se traduziu em uma crítica ao próprio sistema colonial. De outro lado, Luandino Vieira e Agostinho Neto recusam a opressão e a exploração racial, denunciando a situação colonial. No entanto, não podemos deixar de notar que Luandino Vieira, ao perspectivar uma luta anticolonial colocada nos termos opressor/oprimido, foge de um dualismo racial que excluiria os brancos, inclusive ele próprio, do direito de lutar e pertencer a uma Angola independente.

A escolha destes três autores com cores, trajetórias e projetos distintos relacionou-se com o desejo de demonstrar a complexidade da sociedade colonial, que não pode ser compreendida através da dicotomia colonizador/colonizado. Como nos lembra o historiador norte-americano Frederick Cooper, uma análise binária limita a pesquisa histórica, uma vez que reduz a amplitude das relações sociais e das relações de poder. (COOPER, 2008)

Seguindo o rastro da produção cultural da década de 1950, vale ainda destacar, no campo musical, o surgimento e a atuação do grupo Ngola Ritmos, formado no início da década e composto por Domingos Van Dunem, Mario da Silva Araújo, Francisco Machado, Nino N’donga, Carlos Aniceto Vieira Dias, o Liceu, entre outros. Questionado a respeito da formação do grupo, Liceu, um de seus principais integrantes, constrói uma narrativa que indica que o papel do grupo foi muito além do entretenimento:

O Ngola Ritmos foi fundado exatamente porque havia necessidade de se continuar a fazer um trabalho de divulgação da nossa música, e porque nessa altura [era] pra lá de necessário iniciar-se uma verdadeira fase de consciencialização política ... da chamada consciência nacional ... a par do aproveitamento de temas folclóricos, temas populares que estavam a perder. (Entrevista com Carlos Aniceto Vieira Dias, Coletânea do Cinema Angolano. Ministério da Cultura, GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional)

É preciso ressaltar que é bastante recorrente nas entrevistas e relatos de angolanos que viveram este período e não participaram da luta armada, a afirmação de que, de alguma forma, contribuíram na luta anticolonial. Esses argumentos, elaborados a posteriori, precisam ser avaliados com cuidado, pois sua articulação pode dizer mais a respeito dos interesses do presente do que informar propriamente sobre o passado. De qualquer modo, no caso do Ngola Ritmos, a prisão da maior parte dos seus integrantes, em 1959, é um bom indicativo de que a banda e suas músicas não serviram apenas para o mero entretenimento. Evidentemente que sem negar esse aspecto, que de resto é importante para o sucesso de qualquer conjunto musical, as músicas do Ngola Ritmos tornavam público o sofrimento privado dos homens e mulheres dos musseques, os bairros pobres de população majoritariamente negra. Marissa Moorman reforça a tese de houve a estreita relação entre divertimento, por um lado, e a exposição dos problemas do cotidiano, por outro:

Entre meados dos anos 50 e o início dos 70, escritores de canções e músicos exploravam as limitações da vida sob o jugo colonial, enquanto punham as pessoas a dançar. [...] Ao reflectir sobre a vida quotidiana, os músicos tornavam colectivo e transformavam o sofrimento individual e a desgraça em entretenimento público. (MOORMAN, 2010)

O Ngola Ritmos, assim outros grupos musicais, fez parte de uma luta que se encontrava dentro dos marcos da legalidade, “pela igualdade de direitos [...] que foi implementada por angolanos sobretudo nos centros urbanos e que buscava combater os privilégios da situação colonial”. (BITTENCOURT, 2010, p. 129 e 130) Sem enfrentar

diretamente a ordem e a legislação vigente, o grupo estabelecia diálogos tanto com a população africana, quanto com a própria administração colonial. A circulação do grupo dentro da legalidade não exclui o fato de que, por vezes, tenha atravessado a fronteira para ações situadas na clandestinidade. Usando o prestígio musical conquistado como fator aglutinador, o grupo conseguia atrair, sem muita dificuldade, um grande número de pessoas. O relato de um integrante do Grupo Gesto, um importante grupo teatral do período, exalta justamente a força do Ngola Ritmos:

Servimos do Ngola Ritmos, do qual eu me sinto parte integrante, para vários trabalhos clandestinos, muito embora as pessoas ...não tinham na altura que a luta era clandestina e portanto, pensavam que o Ngola Ritmos era apenas um conjunto musical, com características angolanas, mas Ngola Ritmos nessa época fez um trabalho clandestino de relevo. Nós organizamos uma vez um piquenique à Funda ... necessitávamos de fazer um esclarecimento ... de caráter político, então organizamos um piquenique em que 90%... 90% não, quer dizer ... nenhuma das pessoas sabiam a razão desse piquenique, no entanto, foi através do Ngola Ritmos, através de sua música, que nós conseguimos mobilizar, posso bem dizer, que quase que 90% da população de Vila da Funda para um esclarecimento ... servimos também do Ngola Ritmos para vários trabalhos clandestinos no Sambizanga. (Entrevista do Grupo Teatral Gesto. Coletânea do Cinema Angolano. Ministério da Cultura, GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional)

As músicas do Ngola Ritmos, os poemas, os textos literários reivindicativos e o teatro foram formas variadas de uma atividade cultural que tentou escapar à censura e à repressão colonial, valorizando o patrimônio cultural africano colocado a sombra pelo colonialismo e iniciando um processo de mobilização e conscientização política. Uma conscientização política que apostava na valorização do negro, sem que isso resultasse em uma oposição racial, isto é, havia um esforço em não reduzir o colonialismo a um problema essencial entre brancos e negros¹⁰. Era um projeto de “angolanização” sem etnização, porque o foco foi desviado dos grupos étnicos e ajustado a uma ideia de nação e identidade angolana. É importante reter esses aspectos, pois eles foram – como

¹⁰ Vale lembrar que Luandino Vieira era branco e Liceu Vieira Dias e de Agostinho Neto foram casados com mulheres brancas, respectivamente Maria Natércia de Almeida Vieira Dias e Maria Eugénia Neto.

veremos mais a frente – fundamentais nas discussões dos grupos independentistas e também razão de divergências e crises.

1.2 O QUESTIONAMENTO DA ORDEM COLONIAL E O NOVO DISCURSO PORTUGUÊS

Ao mesmo tempo em que em Angola ocorriam os movimentos culturais de questionamento ao colonialismo, o governo português investia em uma mudança no sentido de legitimar seu império que pode ser resumida na negação da exploração colonial, uma vez que para as elites políticas e intelectuais lusitanas a presença no ultramar era vital. (LEONARD, *Lusotopie*, 1997)

Para este fim, a apropriação feita pelo regime salazarista das ideias de Gilberto Freyre funcionaram como a última justificativa cultural, histórica e científica para a permanência do colonialismo português na África. Entretanto, em um primeiro momento, situado nos anos 1930, o pensamento de Freyre não teve qualquer aceitação oficial junto ao regime português, já que nesta altura defendia-se o darwinismo social e, deste modo, considerava-se que a mestiçagem trazia consequências negativas. Tal concepção imperial, dominante, não era compatível com a ideia de fusão de elementos diversos numa nova civilização luso-tropical. (CASTELO, 1999)

A ascensão do luso-tropicalismo, que se tornou um dos componentes essenciais da ideologia salazarista, ocorreu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pelo processo de descolonização na África, em que Portugal teve que alterar o seu discurso colonial. A adaptação ao novo cenário internacional realizou-se sobre o plano jurídico, com a revisão constitucional de 1951. Foi suprimida a noção de colônias e de império colonial e foram criadas as chamadas províncias do ultramar, definidas como partes integrantes do Estado português, solidárias entre elas e solidárias com a metrópole. Logo, indivisíveis, dotadas de uma ossatura administrativa e jurídica, centralizadas em Lisboa.

Essa argumentação era importante, pois o que estava em jogo era à entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU) e, para tanto, Portugal deveria agir no sentido de “tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no

desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres”, de acordo com o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas¹¹. Salazar justificou prontamente a posição portuguesa, defendendo que não existiam territórios separados, pois todos faziam parte da nação portuguesa, sendo independentes com a independência de Portugal.

No plano ideológico, o regime salazarista se aproximou do luso-tropicalismo e tentou promover a imagem de uma presença diferenciada das outras metrópoles, fundamentada na transmissão de valores universais (não impostos, não europeus) e na mistura com as populações indígenas, constituindo:

Uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. [...] Em qualquer parcela do território nacional vigoraria o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades de todos os habitantes, independentemente da sua raça: a mestiçagem biológica e de culturas era considerada fonte de progresso e de desenvolvimento. (CASTELO, 1999, p. 96)

Embora o discurso colonial luso-tropicalista, a que se refere Cláudia Castelo, ressaltasse a igualdade racial e cultural, na prática o Estatuto do Indigenato legitimava uma política assentada na divisão racial e na supremacia cultural portuguesa. Havia um descompasso e um abismo entre esse discurso da igualdade racial e a realidade social. Os negros eram definidos como indígenas “inferiores e primitivos”, ao passo que os brancos obtinham automaticamente a cidadania portuguesa.

O referido Estatuto apontava e legislava também sobre a possibilidade da passagem das populações “atrasadas” do indigenato à cidadania. Oficialmente qualquer africano negro ou mestiço podia atingir o mesmo status legal que um português, sendo reconhecido como um assimilado, desde que comprovasse ser um indivíduo civilizado. Isso significava, de acordo com a perspectiva eurocêntrica da política assimilacionista, ter mais de 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente. De acordo com o Art. 56º, Capítulo III, do Estatuto do Indigenato

¹¹ A Carta das Nações Unidas está disponível no site: www.unicef.org/brazil/uncarta.htm. Acessado em 21/11/2011.

(Decreto Lei nº 39.666) para “perder a condição de indígena e adquirir a cidadania” ainda era preciso ser um trabalhador assalariado e adquirir a devida “ilustração”, o que significava comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, ou seja, manter um padrão de vida e de costumes semelhantes ao estilo de vida europeu.

Esse conjunto de exigências fazia com que a assimilação fosse, na prática, uma eficaz barreira jurídica e cultural, já que para a maioria da população negra era impossível cumprir esses requisitos. Segundo os dados apresentados por Gerald Bender, menos de 5% das crianças tinham acesso à educação em 1950 e 97% dos adultos eram analfabetos. Na altura da revogação do Estatuto do Indigenato, em 1961, apenas 1% dos negros eram legalmente reconhecidos como civilizados, enquanto que todos os brancos – oriundos da metrópole ou da colônia, mesmo analfabetos – gozavam dessa condição jurídica. (BENDER, 1980. p. 204 - 205) Embora não seja comparável ao apartheid sul-africano, a legislação contribuía para proteger os privilégios dos europeus, assim como para criar clivagens sociais entre os colonizados, encobrido a segregação racial através de justificativas civilizacionais. Desse modo, justificava-se a exploração e a submissão dos negros não-civilizados ao regime de trabalho contratado, pelo qual o indígena recebia um pagamento pela venda de sua força de trabalho que correspondia não mais do que o necessário para arcar com os custos do imposto obrigatório determinado pela administração colonial.

Foi justamente na vigência do Estatuto do Indigenato que Gilberto Freyre foi convidado pelo ministro do ultramar, Manuel Sarmiento Rodrigues, a visitar as colônias portuguesas na África, agora chamadas de províncias portuguesas ultramarinas, a fim de adaptar suas teorias à África. Essa viagem representou a entrada definitiva das ideias luso-tropicalistas na agenda portuguesa. De seu “périplo africano”, Gilberto Freyre retirou as impressões que tentou a todo preço igualar a realidade, amalgamando-a no molde luso-tropical e que publicou pouco tempo depois do fim de sua viagem com o título de “Aventura e Rotina”. Como prolongamento de “Aventura e Rotina”, escreveu em 1958 “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”. Em seguida, em 1959, publicou uma série de reflexões sobre a integração do português nos trópicos, que foi editada com o nome de “Integração Portuguesa nos Trópicos” e distribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal a todas as embaixadas, delegações e consulados portugueses. Já em 1960, Freyre publicou “O Luso e o Trópico” (reflexões dos métodos portugueses de integração com os povos autóctones e de culturas diferentes), na ocasião

das comemorações do V^o centenário da morte do infante D. Henrique, nas quais teve participação ativa. (LEONARD, *Lusotopie*, 1997)

A despeito da retórica freyriana, Portugal não poderia ter tido uma política homogênea para todas as suas colônias, durante cinco séculos, desde os primeiros contatos no litoral no século XV, até a colonização mais efetiva a partir do final do século XIX. Ao contrário, o que nega um caráter essencial da colonização e, portanto, a existência de um luso típico, são exatamente as distintas práticas e sujeitos (cristãos novos, traficantes de escravos, colonos dos mais diversos, exilados políticos) em diferentes épocas e contextos políticos. Segundo Conceição Neto, afirmar que existiu *uma* colonização portuguesa em África, é o mesmo que dizer uma frase vazia de sentido. (NETO, *Lusotopie*, 1997)

De todo modo, é inegável que internamente o luso-tropicalismo encontrou receptividade em diversos campos, de forma que a doutrina de Gilberto Freyre passou a ser sistematicamente ministrada dentro dos cursos de política ultramarina, inspirando numerosos trabalhos teóricos e de campo. (CASTELO, 1999) Todavia, apesar dos esforços da diplomacia portuguesa, o luso-tropicalismo não conseguiu sustentar por muito tempo a posição do governo de Lisboa, haja vista que tal discurso estava na contramão dos acontecimentos da década de 1960.

A partir da segunda metade do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário geopolítico foi bipolarizado entre EUA e URSS e no quadro da luta pela ampliação de suas “áreas de influencia”, ambos os países incentivaram, grosso modo, os movimentos de libertação em África e Ásia.

Cronologicamente, as lutas travadas no continente asiático contra o domínio colonial antecederam às lutas africanas. Destacou-se sem dúvida a independência da Índia em 1947, da Indonésia em 1949 ou ainda a do Vietnã em 1945 (apesar do não-reconhecimento imediato pela França e da posterior intervenção dos EUA). Foi ao longo dessas múltiplas lutas que, do ponto de vista da política internacional, estabeleceram-se vínculos de solidariedade entre asiáticos e africanos. Em torno do interesse pela obtenção das independências, foi criado o grupo afro-asiático em 1952, com a formalização nas Nações Unidas de uma cooperação entre países asiáticos e africanos. (LENTIN, 1977)

Ainda nas primeiras décadas do século XX, o movimento pan-africanista acreditava que a única forma de se libertar do colonialismo era através da união de todo continente africano, segundo a justificativa de que a partilha da África criara divisões arbitrárias e fronteiras territoriais, sem levar em conta as diferenças étnicas dos povos africanos. Deste modo, a proposta era a organização de federações regionais de Estados independentes que preparassem uma futura constituição dos Estados Unidos da África.

Apesar do pan-africanismo enquanto reagrupamento político de novos Estados não ter alcançado o seu objetivo final, foi o primeiro momento de maior destaque na denuncia e critica ao colonialismo europeu em África. De fato, as lutas políticas africanas que ocorreram a partir da metade do século XX tiveram caráter nacional e não supranacional, através do consagrado formato dos movimentos de libertação. Essas lutas pela independência ocuparam toda a década de 1950 com a revolta anti-britânica dos Mau-Mau no Quênia em 1951, independência do Gana em 1957 ou da Guiné em 1958. Sem dúvida, alcançaram seu auge no ano de 1960, quando quase 20 países africanos se libertaram: Benim, Camarões, Chade, Congo (ex-Congo francês), Costa do Marfim, Gabão, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, entre outros.

O caso de Portugal e de suas colônias se destaca no contexto africano, pois os processos de luta armada começaram somente na década de 1960. No entanto, a agitação anticolonial começou bem antes, como vimos, com a atividade cultural em Angola na década de 1950. Na metrópole, a movimentação política dos estudantes angolanos que chegavam desde a década de 1940 a Lisboa, ao Porto e a Coimbra para ingressar nas universidades¹², desenvolveu-se através de espaços de sociabilidade, como a Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Fundada em Lisboa em 1944, a CEI centralizou os estudantes até então dispersos. Durante as décadas de 1950 e 1960, a CEI teve um papel destacado no início das contestações das colônias portuguesas em África, através da assistência social e material aos estudantes, além da valorização cultural do continente africano.

Edmundo Rocha forneceu um depoimento precioso sobre a ação política da juventude africana, especificamente angolana, na CEI entre os anos de 1954 e 1963. Ele distinguiu duas gerações, uma nomeada de os “mais velhos” – que compreendia

¹² Em Angola, os estudantes eram impedidos de seguirem seus estudos pela ausência de instituições universitárias.

entre outros, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Francisco Tenreiro, Lucio Lara, Marcelino dos Santos – que se filiaram ao Partido Comunista Português (PCP) e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), movimentos da esquerda portuguesa, e lutaram ativamente pelo fim do fascismo e do governo de Salazar, acreditando que a libertação das colônias passava, prioritariamente, pela queda do então regime português. (ROCHA, 1997)

A outra geração, conhecida como “nova vaga”, dominou a CEI a partir de 1958, reunindo nomes como Edmundo Rocha, Gentil Viana, Iko Carreira, Daniel Chipenda e Paulo Jorge, homens que integraram, anos mais tarde, o MPLA. Este grupo imprimiu “um espectacular dinamismo às actividades socioculturais na Casa e carácter mais nacionalista e progressista à acção política, recusando a militância nos partidos e movimentos da oposição portuguesa”. (BITTENCOURT, 1999, p. 104 e 105) Foi neste mesmo período de formação da segunda geração que houve a chegada mais sistemática de estudantes negros. Uma maior conscientização política ocorreu a partir da leitura de escritores africanos, brasileiros, americanos, debates e pela influência das independências recentes na África e Ásia.

A despeito do esforço dos estudantes universitários, as dificuldades estabelecidas pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)¹³, quer em Luanda, quer em Portugal, definiram efetivamente o contato esporádico e o desconhecimento do que se passava na então colônia.

1.3 MOVIMENTAÇÃO POLITICA EM ANGOLA

Em Angola, ao longo da década de 1950 e em paralelo a organização dos estudantes em Portugal, foram criados partidos, organizações e movimentos, formados “a partir de laços familiares, religiosos, culturais, profissionais e também geracionais, cujos militantes dificilmente excediam uma dezena de quadros.” (BITTENCOURT, 1999, p. 127)

¹³ A PIDE foi à polícia política criada em 1945 pelo governo salazarista responsável pela repressão a manifestações contra o regime português, tanto na metrópole como nas colônias.

Este cenário político esteve fragmentado em pequenos grupos, dos quais é possível citar o Exército de Libertação de Angola (ELA), o Movimento para Independência de Angola (MIA), o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), o Partido Comunista Angolano (PCA) e o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Apesar do que sugere a maioria das siglas, quase todas com referências e pretensões nacionais, suas ações estavam, na verdade, limitadas ao âmbito local. Foram organizações que, apesar de não terem conseguido superar seu caráter circunscrito e classista, fizeram um importante trabalho de mobilização, sobretudo junto aos musseques.

A chegada da PIDE em Angola em 1957 reforçou o aparelho repressivo colonial e provocou um sério golpe às atividades clandestinas, a partir das operações iniciadas em 1959, que culminaram na prisão de vários ativistas. A partir dessas prisões foi instaurado um inquérito, conhecido como “Processo dos 50”.

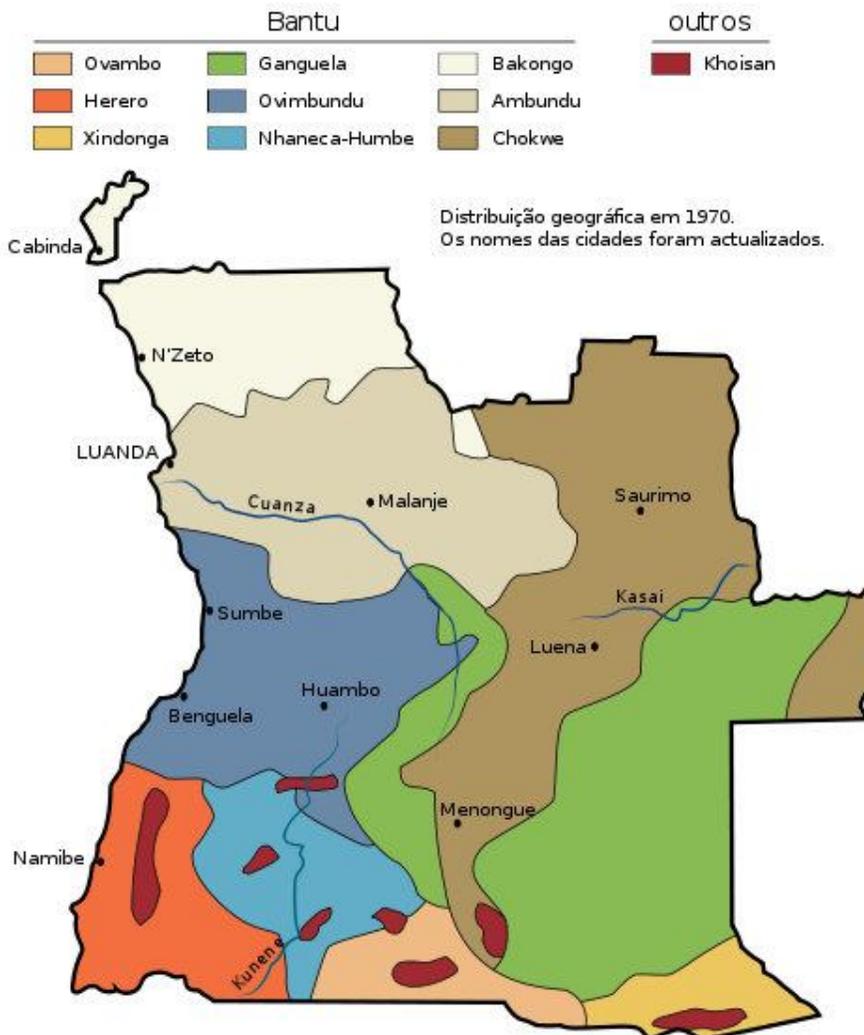
Com as ações anticoloniais controladas pela PIDE, o espaço para a expansão da luta foi inevitavelmente no exterior. Foi assim que, distantes da colônia, angolanos exilados e jovens estudantes formaram na virada da década de 1950 para a de 1960 os dois grandes movimentos de libertação – o MPLA e a União das Populações Angolanas (UPA).

John Marcum (1969) e René Pelissier (1978), em seus estudos sobre a luta de libertação angolana, explicam a fragmentação do nacionalismo entre o MPLA e UPA/FNLA¹⁴ através de uma análise fortemente étnica. Esses autores produziram uma vinculação automática entre as bases de apoio dos movimentos de libertação (identificadas a partir de critérios étnicos) e os principais grupos etno-linguísticos: UPA/FNLA-bakongo, MPLA-kimbundo e, mais tarde Unita-ovimbundo. De fato, estatisticamente os movimentos de libertação conseguiram mobilizar com maior intensidade os grupos etno-linguísticos¹⁵ mencionados acima, porém estudos mais cuidadosos sobre o tema advertiram para a existência de outras variáveis.

¹⁴ Em 1962 a UPA fundiu-se com o Partido Democrático de Angola (PDA) dando origem a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

¹⁵ Existe geralmente uma confusão a respeito da identificação dos grupos étnicos angolanos, pois há uma mistura entre nomes que definem grupos linguísticos e nomes que definem grupos étnicos. Nós

Imagem 4: Mapa étnico de Angola



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

Christine Messiant (1994) defende que bem mais que um produto das oposições étnicas, a divisão do nacionalismo angolano deva ser analisada como tradução da competição pelo poder político entre as diversas elites dentro do movimento nacionalista. Essa rivalidade se fundaria sobre as diferenças sociais e culturais devidas ao desenvolvimento histórico e espacial desigual da colonização portuguesa, num contexto de polarização ideológica em torno de dois tipos de elites geograficamente

adotaremos os termos utilizados frequentemente em Angola em que ora se sobressai o termo étnico, ora o linguístico, por isso, chamaremos de grupos étno-linguísticos e nos referiremos neste texto aos três principais grupos da seguinte forma: kimbundo, bakongo e ovimbundo. No caso dos Kimbundo esse termo designa a língua, enquanto que Mbundo é o nome do grupo étnico, sendo Ambundo seu plural. Já no caso dos Bakongo é diferente: esse termo é o plural do grupo étnico Kongo, enquanto que a língua é designada por Kikongo. No caso dos Ovimbundo, esse termo refere-se ao plural do grupo étnico, enquanto que Umbundo designa a língua. (BITTENCOURT, 1999, p. 14)

separadas. A primeira é parte minoritária dos assimilados, mestiços ou negros, que a colonização distinguiu estatutariamente a partir da virada do século XX. Foi desse grupo que partiram para Europa e, em especial, para Portugal, nos anos 1940 e 1950, dezenas de jovens com objetivo de realizar estudos universitários. O vínculo entre estes jovens, que mais tarde criariam o MPLA, não se definiu por sua origem étnica e menos ainda por sua cor, mas sim por sua trajetória histórica comum.

A segunda elite se constituiu em outro meio e por um percurso bem diferente. Ela é parte da numerosa e antiga migração bakongo entre o norte de Angola e o antigo Congo Belga. Estabeleceu-se, sobretudo na cidade de Léopoldville¹⁶, onde o movimento de contestação à dominação colonial exaltou a “raça” negra e o “povo” bakongo. Inegavelmente, a UPA/FNLA se formou como um movimento etno-nacionalista dirigido, em sua maioria, por membros que pertenciam às famílias protestantes da aristocracia real congoleza.

Imagem 5: Fronteira norte de Angola com destaque para as capitais Brazzaville e Kinshasa



Mesmo no caso da UPA/FNLA, um movimento que tinha uma importante base étnica de apoio, a existência de integrantes de outros grupos étnicos não pode ser entendida simplesmente como um desvio-padrão. Segundo Marcelo Bittencourt o estudo das dinâmicas internas dos movimentos de libertação precisa considerar também outros condicionantes, como os diversos “vínculos de solidariedade”:

¹⁶ Em 1966, Léopoldville foi rebatizada com o nome de Kinshasa.

laços de união entre os angolanos ao longo de sua vida e que em determinados momentos assumem grande importância, facilitando ou condicionando suas ações. Refere-se, principalmente, entre outros, às ligações familiares, religiosas, guerrilheiras e etárias (estas sendo um reflexo da área de residência e dos locais mais frequentados durante determinada época). (BITTENCOURT, 2005, p.2)

A primeira grande disputa entre UPA/FNLA e o MPLA foi em torno da anterioridade da criação de cada um dos movimentos, o que significava uma luta pela obtenção de maior legitimidade e possíveis apoios internacionais.

No caso da UPA – e sua matriz UPNA (União das Populações do Norte de Angola), parece ter havido uma manipulação *a posteriori* de sua data de fundação. John Marcum afirma, com base nos depoimentos de Eduardo Pinock e Barros Necaca, que Holden Roberto teria antecipado a data de criação da UPNA de julho de 1957 para julho de 1954. René Pélissier também não descarta esta possibilidade, como estratégia em torno da luta pela anterioridade do surgimento da matriz da UPA. Segundo o autor, esta versão sobre a criação da UPNA em 1954 – portanto anterior a 1956, data oficial de criação do MPLA – teria sido divulgada por Holden Roberto, pela primeira vez, na Conferência de Tunis em 1960. (MARCUM, 1969; PELISSIER, 1968)

John Marcum e René Pélissier também abordaram a questão da data de fundação do MPLA e chegam a apontar as contradições em torno da matriz (ou das matrizes) do MPLA (os PLUAS, segundo as duas versões de Mário de Andrade para a criação deste movimento ou o PCA¹⁷), porém acabam por aceitar a data oficial – 10 de Dezembro de 1956 – como o ano de fundação do mesmo.

O MPLA concretamente [...] aparece já, no estrangeiro, em alguns lugares [...] porque havia a necessidade de exprimir o MPLA por nós como estudantes [...] nós vivíamos ligados a alguma coisa que havia aqui, em Angola, nós éramos estudantes em Lisboa, nós recebíamos orientações

¹⁷ Mario de Andrade seria o responsável pela divulgação de duas versões distintas para a criação do MPLA. A primeira de 1960, afirma que o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) teria sido criado em 1956 e seria um desdobramento do PCA, formado em 1955. A segunda versão, data de 1962 e aponta 1953 como o ano de fundação do PLUA. Para maiores informações ver BITTENCOURT, 1999.

através dos boletins que traziam e levavam panfletos, propagandas, etc. O MPLA aparece realmente com o Manifesto, sem se declarar como tal imediatamente em 56. (Entrevista de Lucio Lara a Marcelo Bittencourt, Luanda, Angola, 07 de fevereiro de 1995)

Lucio Lara fala do lugar de co-fundador e grande referência do MPLA ainda hoje, defendendo uma posição que não é compartilhada por outros personagens que participaram da luta de libertação, mas se afastaram do movimento, como é o caso de Joaquim Pinto de Andrade¹⁸.

Aliás, os primeiros movimentos políticos que surgem pré-MPLA, que depois se reconhecem no MPLA. Não é como vem na leitura oficial, na versão oficial que se faz a respeito do MPLA, [ou seja,] que os vários grupos que havia: o MIA, MINA e etc. se reuniram, deliberaram reunir-se para formar o MPLA. Não é verdade isso. Essas pessoas nem sabiam. Nem se falava em MPLA. Quando o MPLA surgiu foi então que se organizaram, e se uniram a ele [...] nunca se falou do MPLA até minha prisão que foi já em 60. (Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade a Marcelo Bittencourt, Luanda, Angola, 27 de agosto de 1997)

Nesta batalha da memória do movimento e da luta de libertação e a propósito da divergência entre as versões, é preciso considerar que Joaquim Pinto de Andrade, enquanto dissidente, não estava em uma posição de “guardião do passado”, como Lucio Lara, e por isso para ele não havia constrangimento em afirmar que o MPLA não existia antes de 1960.

Do mesmo modo, os historiadores Jean-Michel Mabeko Tali (2001) e Marcelo Bittencourt (1999) em suas pesquisas sobre a formação do MPLA não encontraram documentação capaz de provar que o movimento existia entre 1956 e 1960, a não ser o manifesto citado por Lucio Lara. Este documento faz um balanço da exploração portuguesa em Angola e conclama a adesão a uma frente única formando um amplo movimento popular de libertação de Angola, sem que isso significasse a

¹⁸ Joaquim Pinto de Andrade era ex-padre, participou da luta anti-colonial e era irmão de Mario Pinto de Andrade, fundador do MPLA e primeiro Presidente de Honra do Movimento.

institucionalização de uma nova sigla, mas a intenção de unificar todas as organizações dispersas.

Apesar de o MPLA surgir no exterior apenas em 1960, a afirmação que sua fundação data de 1956 evidencia, tal como a historiografia indica, que havia uma extensa luta política com a UPA pela anterioridade da criação dos movimentos, uma vez que isto poderia oferecer maior legitimidade na busca de parceiros internacionais.

Em que pese à discussão sobre a criação dos movimentos, é importante ressaltar que tanto o MPLA quanto a UPA se tornaram, no início da década de 1960, os porta vozes do que ocorria em Angola, devido à dura repressão levada a cabo pela PIDE que desarticulou as redes clandestinas na colônia. Em Luanda, Agostinho Neto, até sua prisão em junho de 1960, foi um dos principais pontos de ligação entre os grupos e simpatizantes das organizações anticolonialistas e aqueles que divulgavam o MPLA na África e na Europa. O alcance internacional conquistado pelo movimento fez com que as pequenas organizações percebessem que a continuação da luta dependia da adesão a uma organização mais forte. A aliança estabelecida, ao mesmo tempo em que garantiu a segurança, sobretudo dos militantes presos, impulsionou o crescimento do MPLA.

A primeira aparição pública do MPLA foi em Túnis, na II Conferência dos Povos Africanos ocorrida entre 25 e 31 de janeiro de 1960. Essa reunião foi especialmente importante para o movimento se fortalecer no campo diplomático, estabelecendo contatos e alianças que permitiram a instalação da primeira base no continente africano, na Guiné-Conakry¹⁹. Segundo Lucio Lara:

A decisão que tomamos de ir para Túnis ‘abrir as portas africanas’ terá sido, sem o sabermos, uma decisão histórica porque realmente abrimos essas portas. [...] A nossa actividade nos dias da Conferência foi muito intensa. Resolvemos alguns problemas relacionados com a Guiné [...] que facilitou que Viriato pudesse ir de seguida até Conakry. [...] Além de inúmeros contactos próprios da Conferência, inclusive com os principais países socialistas, provamos que estávamos bem enraizados no interior pois fomos nós quem apresentou a Conferência o que se tinha passado com as prisões de 59. (LARA, 1997, p. 238 a 242)

¹⁹ O Comitê Diretor em Conakry foi estruturado com Mário de Andrade, presidente; Viriato da Cruz, secretário-geral; Agostinho Neto vice-presidente e Presidente de Honra, ainda preso.

A fala de Lucio Lara aponta para importância da Conferência e mostra como o MPLA fez um trabalho de propaganda no exterior sobre a existência de presos políticos que embora militassem majoritariamente em outros grupos, foram apresentados sob a bandeira do MPLA, servindo como justificativa para provar o mencionado “enraizamento no interior”.

Em Luanda, aproximadamente um ano depois da Conferência, os ataques a prédios da administração colonial marcaram o início da luta armada. Na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, grupos de homens armados com catanas atacaram, sem grande sucesso, a esquadra da Polícia de Segurança Pública, a Casa de Reclusão e a Cadeia de São Paulo, com objetivo de resgatar os presos políticos detidos em 1959 e 1960.

No exterior, tanto o MPLA quanto a UPA reivindicariam os acontecimentos em Luanda, o que deve ser entendido como parte de suas estratégias de afirmação política. O MPLA usou os vínculos que mantinha com homens na capital para reforçar sua organização, ainda que trabalhos recentes e relatos consultados confirmem que os ataques foram coordenados por ativistas luandenses numa ação local desconectada desses movimentos.

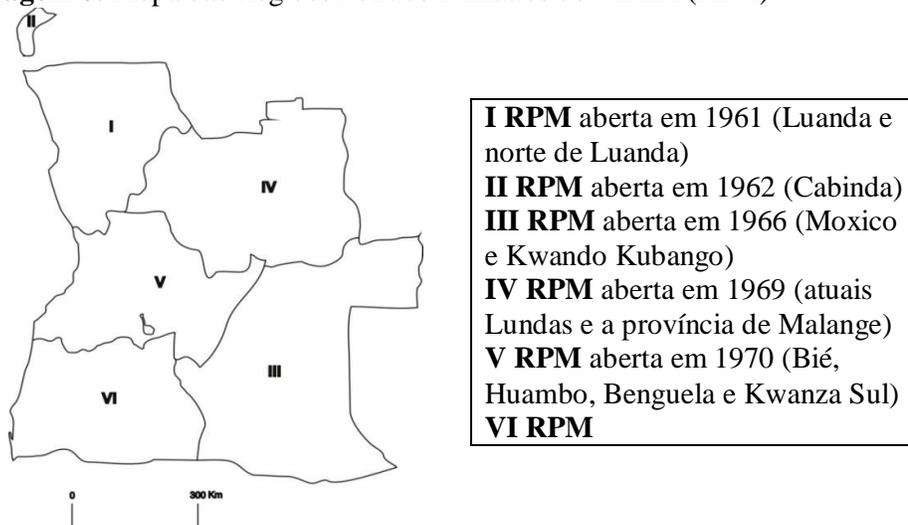
O nosso movimento tinha certamente militantes no grupo que desencadeou, mas a decisão de cima não veio de nós. Organizaram-se para atacar as prisões, não era o desencadeamento da luta armada [...] ‘quando soubemos, através da rádio, do que se estava a passar em Luanda, a nossa resolução foi a de açambarcarmos o acto e assumirmos, naturalmente, esses acontecimentos. Nós soubemos da notícia pela rádio e reivindicámos o acontecimento nacional para o defender, visto que a repressão se tinha abatido imediatamente sobre os nacionalistas. Havia uma grande repressão, e assim podíamos ter voz para defender internacionalmente e para lhe dar uma existência sob o ponto de vista internacional. (Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade, JAIME e BARBER, 1999, p. 94)

Joaquim Pinto de Andrade confirmou que o MPLA reclamou a autoria dos ataques, embora a ordem para sua execução não tivesse partido do movimento. Do outro lado dessa batalha, Holden Roberto, líder da UPA, responde afirmativamente quando questionado se fora o seu movimento que orquestrara o levante em Luanda. Segundo ele:

A propaganda portuguesa, lá fora [dizia que] em Angola não havia descontentamento, em Angola tudo corria muito bem, que o preto angolano não gostava da independência, não queria liberdade, porque estava bem com os portugueses. Então eles precisavam de um sinal para mostrar que havia descontentamento. (Entrevista de Holden Roberto, JAIME e BARBER, 1999, p. 19)

A expressão usada por Holden Roberto, “preto angolano”, para se referir a quem lutava contra o colonialismo já anuncia, como veremos mais a adiante, uma leitura da UPA/FNLA racializada antibranca. Mas quanto ao 4 de fevereiro, independentemente do papel do MPLA e da UPA/FNLA na organização dos ataques, os acontecimentos em Luanda impulsionaram o início da organização militar desses movimentos. No caso do MPLA, que até então tinha suas ações concentradas no campo político-diplomático, após o seu estabelecimento na Guiné-Conakry, definiu a região ao norte de Luanda como sua 1ª Região Político-Militar, o que deve ser compreendido à luz da necessidade de marcar sua posição enquanto movimento de libertação, mesmo que seja bastante questionável a capacidade efetiva de luta contra o colonialismo português.

Imagem 6: Mapa das Regiões Político-Militares do MPLA (RPM)



Fonte: Tali, 2001, p. 121

Em contrapartida, a UPA/FNLA, estabelecida no Congo-Léopoldville (ex-Congo Belga), país fronteiriço a Angola, gozava das facilidades concedidas pelas

autoridades congolenses para a circulação do movimento, do suporte de armas e munições da República da Tunísia e do apoio diplomático e material dos EUA. (LARA, 1997, p. 206)

Diferentemente do MPLA, que estava na distante cidade de Conakry, a UPA/FNLA já fazia o trabalho de arregimentação da população de refugiados do norte de Angola e teve papel central na revolta camponesa de 15 de março de 1961 na região norte da colônia feita pela população bakongo, justamente sua principal base de apoio. Os camponeses atacaram violentamente as fazendas e os postos administrativos portugueses, em represália a exploração do trabalho nas fazendas e a expropriação de suas terras, por conta da expansão da produção do café.

Imagem 7: Bebês brancos assassinados na Fazenda Nunes, nos arredores de Quitexe



Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias6.htm>

Imagem 8: Ovimbundos mortos com a cabeça decepada



Disponível em: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias6.htm>

Embora os ataques tenham sido claramente direcionados contra os colonos brancos e um grande contingente de mestiços e negros – muitos dos quais ovimbundos provenientes do sul, que estavam na região trabalhando como contratados –, Holden Roberto não admite que a UPA/FNLA seja vista como um movimento de caráter étnico, racista e violento. Ele argumenta que o 15 de março foi uma reivindicação legítima promovida pela população oprimida do norte: “não foi uma coisa contra os portugueses, foi contra o colonialismo português. E, ao mesmo tempo, não foi contra os portugueses nem ninguém [proveniente do sul], foi contra o regime colonial, o colonialismo, a opressão”. (Entrevista de Holden Roberto, JAIME e BARBER, 1999, p. 18/19)

Essa tentativa de desviar a razão das ações da UPA/FNLA de uma perspectiva étnica para uma reação contra o colonialismo também é feita por José Cesar Correia, um negro assimilado que participou dos levantes de 15 de março. Para ele,

o governo português sempre fez com que nos dividíssemos. Os do sul, se alguns morreram é porque estavam a favor do aparelho colonial português. Os portugueses disseram: é melhor estarem a nosso favor porque eles [os da UPA/FNLA] estão a vir de lá, vão vir receber as vossas coisas. E é isso, é assim que eles morrem. Desuniu-nos, essa desunião é que fez com que eles morressem. (Entrevista de Julio César Correia, JAIME e BARBER, 1999, p. 162)

A justificativa de Correia indica como a migração interna dos ovimbundos, promovida pela administração colonial portuguesa, produziu uma rivalidade étnica que foi incorporada na luta da UPA/FNLA contra o próprio colonialismo. Segundo a perspectiva da UPA/FNLA, a atuação dos ovimbundos nas atividades produtivas junto aos colonos seria prova da convivência do grupo étnico do sul com o colonialismo e razão para que também morressem.

A respeito dos colonos, Correia não consegue escapar de uma análise racializada, própria da UPA/FNLA, em que todo branco era visto como um inimigo a ser eliminado:

todo branco estava armado, e todo branco, nesta altura, estava contra o negro. Por isso, nós já nem olhávamos se era civil, se militar, não havia nada disso. Inclusive, os próprios brancos, em determinados lugares, envenenavam os alimentos. Por exemplo, nas lojas, um saco de açúcar para ele e, secretamente, outro saco de açúcar que envenenava e todo o preto que viesse ali comprar açúcar para sua alimentação; tomava aquele açúcar e morria logo. É por isso que todo o branco lutou contra nós e nós também contra eles. Não podíamos dizer que branco fica, não, era impossível.
(Entrevista de Júlio César Correia, JAIME e BARBER, 1999, p. 162)

A fala de Correia e particularmente o exemplo dado sobre a contaminação do açúcar é revelador de como a vigência de uma divisão sócio racial modelada pelo colonialismo foi determinante para a explosão de uma revolta anticolonial que foi, sem dúvidas, antibranca e que resultou até mesmo no assassinato de bebês brancos. Apesar de não haver exatidão no número de mortos nos ataques que ocorreram em 15 de março, a seletividade das vítimas indubitavelmente evidencia o perfil étnico-racial da UPA/FNLA, enquanto um movimento bakongo. (BITTENCOURT, 2008, p. 86)

O papel da UPA/FNLA nos ataques de março, assim como sua localização estratégica lhe proporcionaram maior destaque na arena política internacional, o que a tornou, de fato, a organização angolana mais conhecida. Para o MPLA, estava claro que a única saída para organizar melhor sua luta era enfrentar o movimento rival em igualdade de condições, o que significava se estabelecer também no Congo-Léopoldville. Somente em setembro de 1961, após meses de negociações com o

governo do presidente Joseph Kasavubu, dificultadas pelas alianças com a UPA/FNLA e pela imagem de movimento comunista, é que o MPLA conseguiu se instalar em território congolês.

Apesar da transferência para Léopoldville, foi nesta nova conjuntura de divisão do espaço político que o MPLA seria constantemente atacado pela UPA/FNLA. Uma das críticas que naquela altura mais pesaria para o MPLA, a despeito da abertura da 1ª Região, seria a falta de ações militares em território angolano, como fica claro no comunicado lançado pela UPA/FNLA em novembro de 1961:

A primeira coisa a desmentir é a existência real de uma 'organização militar' do MPLA. Se tal organização existe, é, apenas, em teoria e não na prática, pois, como o temos afirmado e confirmam vários representantes da imprensa internacional que verificam, in loco, as operações dos nossos efectivos militares, é o nosso Exército a única força militar revolucionária que combate, de armas na mão, o aparato militar que o colonialismo português mantém no solo sagrado da nossa Pátria. (Comunicado da UPA. LARA, 1997, p. 202-203)

É claro que a fragilidade das ações militares ressaltada pelo comunicado da UPA/FNLA não era admitida pelo MPLA, o que era compreensível, uma vez que ao menos na retórica era importante estender a bandeira da luta armada, na busca de novos adeptos no plano interno e de apoios internacionais. Não é de se estranhar, portanto, o conteúdo do Comunicado do Comando Geral do MPLA datado de junho de 1961:

Desde o início dos combates que as milícias do MPLA, então em período de organização, se colocaram ao lado do povo em armas. Tomaram diversas posições estratégicas, numa vasta área de cerca de 23.400 quilômetros quadrados e colocaram-se na primeira fila dos combates, fosse dirigindo operações, fosse colaborando com diversos grupos combatentes, tendo sobretudo por objectivo coordenar a acção de todos os patriotas combatentes a fim de poupar o maior número possível de vidas e elevar o nível dos combates. (Comunicado do Comando Geral do MPLA apud LARA, 2006, p. 115/6)

O comunicado exalta as conquistas na região norte de Angola com números de campanhas e baixas de militares portugueses bastante questionáveis, que certamente não correspondiam à realidade, o que deve ser compreendido mais como propaganda política do que como um relatório de guerra.

Existiram ainda outras dificuldades que ocorreriam durante a estada do MPLA em Léopoldville que seriam corrosivas para sua administração interna. Pode-se destacar a grande dificuldade do MPLA em mobilizar novos quadros. Segundo relato de vários militantes²⁰ houve um permanente distanciamento entre o conjunto de dirigentes que estavam se instalando na cidade e os angolanos que lá estavam, fruto de antiga migração do norte da colônia, ou mesmo dos refugiados de Angola dos anos 1960. Esse afastamento deve ser creditado às diferenças de formação cultural e política entre, por um lado, as lideranças do MPLA, originárias do circuito Luanda/Lisboa, e por outro, a população angolana estabelecida a mais de vinte anos em Léopoldville, que vivera não só outra realidade colonial, como também o processo político de independência do Congo e o imenso contingente de refugiados que estavam geográfica e culturalmente mais próximos a realidade da antiga colônia belga.

Grande parte das lideranças do MPLA, integravam uma pequena elite formada pelo assimilacionismo português em Luanda e outras áreas urbanas da colônia, como por exemplo, Benguela. Era um grupo social de composição multirracial, bastante alheio às lealdades étnicas que teve uma vivência na metrópole, onde muitos obtiveram títulos universitários e se aproximaram da esquerda europeia.

Os angolanos residentes em Léopoldville tiveram uma trajetória diferenciada, fortemente influenciada pelo nacionalismo de origem bakongo congoleza, com um viés claramente étnico, e pelos movimentos de independência do Congo. Em Léopoldville, uma cidade com um número menor de brancos e mestiços se comparado a Luanda, esses angolanos emigrados estranhavam a presença de brancos e mestiços em um movimento de libertação africano como o MPLA. Entrevistado pelos jornalistas Drummond Jaime e Hélder Barber, João Vieira Lopes, antigo militante do MPLA do início da década de 1960 ressaltou exatamente a dificuldade dos angolanos de

²⁰ Estes relatos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas por Marcelo Bittencourt entre 1995 e 1997.

Léopoldville em aceitar a existência de “nacionalistas angolanos brancos.” (Entrevista de João Vieira Lopes, JAIME e BARBER, 1999, p. 104).

Para além das dificuldades enfrentadas na arregimentação de novos quadros, a radicalização do processo de desqualificação mútua entre o MPLA e a UPA foi particularmente danoso para o primeiro, jogando a favor da crise que ocorreu internamente entre 1962 e 1964. O MPLA concentrou-se em enfatizar os aspectos regionais, étnicos e linguísticos da UPA, tudo isso colocado e resumido no genérico termo *tribalismo*, uma expressão situada na disputa política sempre com significados negativos e colocada em uma posição diametralmente oposta ao nacional. O MPLA aproveitou-se das críticas feitas por Marcos Kassanga²¹ contra Holden Roberto, durante a Conferência de Imprensa solicitada em 3 de março de 1962, quando acusou “elementos tribelistas da UPA” de patrocinarem a violência no norte de Angola:

A luta armada desencadeada no norte de Angola é sobre todos os aspectos, uma verdadeira luta fratricida. Um número aproximado a 8.000 angolanos foram selvaticamente massacrados pelos elementos tribelistas da UPA [...] Esse desumano massacre efectuado por angolanos contra angolanos nasce dum cego tribalismo que se apresenta em quatro aspectos: religioso, lingüístico, étnico e ideológico. Tribalismo religioso, porque todos devem ser protestantes; tribalismo lingüístico porque todos devem falar a língua ‘kikongo’; tribalismo étnico porque todos devem descender de S. Salvador; tribalismo de ideologia política, porque todos devem defender os interesses do Holden e a sua ‘UPA’ falsamente assim denominada. (LARA, 2006, p. 267)

Kassanga resumidamente apresentou o conjunto de características que foram utilizadas pelo MPLA para definir a UPA como um movimento de “falsos patriotas bakongo” do norte de Angola que não lutavam pela causa nacional, mas sim pelo interesse exclusivo deste grupo étnico. O MPLA também fez acusações de caráter ideológico e racial traduzidas nas expressões “agentes de uma solução neocolonial”, em face do assumido apoio norte-americano e “racistas, assassinos dos mestiços e da

²¹ Marcos Kassanga era Chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação de Angola (ELNA) patrocinado pela UPA/FNLA. Após esta declaração, Kassanga foi afastado de suas funções por alta traição, o que marcou o seu rompimento com a UPA/FNLA.

população do sul de Angola”. O peso dado ao argumento étnico revela o poder da etnicidade como instrumento político, confirmando o que Bayart afirmou: “na África a etnicidade quase nunca está alheia a política”. (BAYART, 1999, p. 97)

Do outro lado da batalha de acusações, os argumentos mobilizados pela UPA foram étnicos mas, sobretudo, raciais. Em outras palavras, o MPLA foi rotulado de um movimento de comunistas sem força militar, integrado por elementos kimbundo e mestiços. A ênfase na composição racial foi a mais problemática para o MPLA, pois este argumento acionava a hierarquização sócio racial colonial, evidente na crítica de Holden Roberto a Agostinho Neto:

Agostinho Neto era [o] que o colonialismo português desejara para Angola, o seu prolongamento: um preto assimilado, casado com uma branca, com filhos mestiços. Era a teoria da singularidade do mundo português, do pretense adiantamento da raça, a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo, do menosprezo e subvalorização da cultura africana e da raça negra. (ROBERTO apud N’GANGA, 2008, 153)

Na fala de Holden Roberto, fica claro uma necessidade de definir os indivíduos racialmente e de determinar, a partir deste critério, quem estava habilitado a lutar contra o colonialismo. A percepção de Holden Roberto é de que a presença de não-negros na família de Agostinho Neto, assim como no movimento rival era a prova das intenções neocolonialistas do MPLA. É importante entender que essa desqualificação dos mestiços e brancos não está só relacionada a uma questão fenotípica, mas também social. O fato de serem vistos como bodes expiatórios de todos os males sociais relaciona-se ao passado, no qual integraram uma camada social privilegiada que historicamente obteve mais vantagens junto ao colonialismo, embora a partir da segunda metade do século XIX tenham progressivamente perdido espaço após as mudanças na gestão da colonização decorrente do fim do tráfico de escravos²².

Para a UPA/FNLA, o MPLA representava o risco da continuidade da exploração colonial portuguesa. José Peterson, delegado permanente do movimento de Holden

²² Com o fim do tráfico de escravos essa elite colonial perdeu sua principal fonte de acumulação de riquezas e, paralelamente, o envio sistemático de colonos portugueses para Angola, provocou a perda de cargos administrativos, terras e influência política. (DIAS, 1984)

Roberto e Representante Legal do Governo Provisório de Angola no Exílio em Elisabethville²³ apresenta essa ideia em uma carta que escreveu em 1963:

Meus caros irmãos e Companheiros de luta [...] O partido MPLA [...] é de MULATOS que só querem dominar Angola para formarem uma mesma força com os portugueses que tanto fizeram sofrer o nosso povo. [...] É do conhecimento de todos os Angolanos [que] os mulatos fizeram sofrer o povo Angolano e não querem reconhecer as mães porque eram pretas. E hoje, os mesmos mulatos andam com a mentira de que querem a libertação de Angola? Não é verdade! Ninguém pode acreditar que os mulatos querem nos ajudar! [...] Uma vez que Angola fique livre, e a Independência seja adquirida, toda a terra e riquezas que ela produz serão para os filhos da terra e não como antigamente para os portugueses e seus mulatos. Tudo pertencerá aos pretos donos da terra. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, P.11.15.B, NT 1828 – MPLA, fls. 214 -216)

O texto da carta deixa transparecer uma visão maniqueísta de Peterson, em que os mestiços são definidos como cúmplices dos portugueses e desqualificados como angolanos. Em oposição estariam os negros, definidos pela simbólica e significativa alcunha de “pretos donos da terra”, e o movimento dos negros, isto é, a UPA/FNLA, a única organização que teria o legítimo direito de lutar pela independência de Angola. O filtro racial é acionado em um exercício de inclusão/exclusão para explicitar a diferença entre os movimentos que estavam disputando o mesmo espaço político, criticando algumas das características do oponente, já que o objetivo final era o mesmo: a independência.

A reação do MPLA a esse tipo de crítica pode ser percebida através de um comunicado datado de março de 1963, que chama atenção para as calúnias lançadas pelos “inimigos da Pátria”, claramente referindo-se a UPA/FNLA:

²³ Peterson se tornou chefe dos serviços de segurança da FNLA no final da década de 1960. Elisabethville, rebatizada de Lubumbashi em 1966, situava-se perto da fronteira com a Zâmbia, no sudeste do Congo Léopoldville, atual República Democrática do Congo.

Não te deixes enganar pelas mentiras dos inimigos da Pátria. [...] Diz-se que deves odiar o MPLA porque é um movimento de mulatos. Que os mulatos são traidores. Calúnia dos inimigos da Pátria. Traidores há em todos os países e em todas as raças. [...] Além de terem nascido em Angola e de terem sangue africano nas veias, os mulatos do MPLA nunca quiseram passar por brancos nunca renegaram a sua Pátria. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, P.11.15.B, NT 1828 – MPLA, fl. 380)

O comunicado se apoiou na ideia de que poderia haver “traidores em todas as raças”, o que foi uma tentativa de afirmar que nem todos os mestiços eram cúmplices dos portugueses e que muitos deles estavam empenhados na luta de libertação. No entanto, o melhor indicio da pouca ressonância desse argumento foi à retirada de muitos militantes mestiços e brancos de Léopoldville, como uma estratégia para dissipar a crítica de caráter racial que sofria, tentando assim fortalecer-se diante da UPA/FNLA. Mas essa decisão acirrou divergências existentes no Comitê Diretor do MPLA, levando a primeira grande dissidência do movimento.

1.4 CRISE NO MPLA

O ambiente vivido pelo MPLA, descrito até aqui, teve grande peso na crise que se seguiria. Na verdade, desde finais do ano de 1961 ocorreu uma série de mudanças que alteraram o jogo de forças do nacionalismo angolano. A criação da FNLA, a partir da junção da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA) em março de 1962, e o posterior anúncio de criação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) pela FNLA no mês seguinte tiveram grande impacto sobre o MPLA. O texto da conferência de imprensa proferido por Emmanuel Kounzika, 1º Vice-Presidente do PDA, ocorrida em Leopoldville em 12 de abril de 1962, mostra como o MPLA reagiu à formação da FNLA:

O PDA declara-se satisfeito com a constituição da Frente, tão ardentemente desejada pelos patriotas Angolanos, cansados de inúteis querelas pessoais que opõem, umas contra as outras, as nossas Organizações políticas. Estávamos, no entanto, longe de pensar que uma Frente, realizada pelo PDA e pela UPA, com porta aberta para os restantes Partidos, fosse não somente menosprezados, mas – e o que é pior ainda – combatida e por um partido nacionalista como o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA – que declara não a reconhecer, porque realizada com apenas alguns indivíduos do PDA. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P.11.15.A – D. Inf. 1ª., NT 1832, fls. 157 – 160)

A negativa do MPLA de se integrar à FNLA acabaria por isolá-lo, uma vez que essa decisão ia contra o interesse de unificação das autoridades congoleesas. Além disso, a criação da FNLA ofuscou as críticas feitas por Marcos Kassanga na já referida conferência de imprensa ocorrida em 3 março de 1962 de maneira que o MPLA perdeu a oportunidade de explorá-las.

Em uma situação dramática do ponto de vista político, o MPLA tentou deslegitimar a FNLA e o GRAE através de um memorando endereçado aos governos africanos sobre a formação do que chamaram de um “pretenso” Governo Provisório da Republica de Angola.

O MPLA não pretende fazer nenhum juízo de valor sobre as organizações angolanas com carácter tribal ou regional – carácter confessado ou não dessas organizações. Mas o MPLA está convencido que é impossível afirmar e provar que a UPA e o PDA sejam organizações verdadeiramente nacionais, possuindo uma influencia que alastre à totalidade do território e que se exerça sobre o conjunto das populações de Angola. Na realidade [...] são organizações com uma influencia muito limitada em Angola, tanto do ponto de vista demográfico como geográfico. (Memorando do MPLA aos governos africanos sobre o GRAE, LARA, 2006, p. 316)

O memorando retoma as críticas costumeiras que ressaltavam o “caráter tribal”, discriminatório e violento da FNLA, culpando-a pela permanência da divisão do nacionalismo angolano. O trecho destacado ainda realça a ideia de que só o MPLA era

um movimento nacional representante de toda a população angolana, o que significava dizer que o GRAE era uma “impostura”.

No entanto, ao contrário do que o MPLA esperava, não houve uma boa receptividade por parte dos governos africanos que desejavam o fim dos enfrentamentos entre os movimentos, o que resultou em uma significativa perda de prestígio no plano internacional.

Neste cenário, em que era urgente para o MPLA se fortalecer, ganhou força à ideia da retirada tática de todos os mestiços e brancos das estruturas da direção, vista por alguns quadros como a única forma de aproximar o movimento dos angolanos exilados ou instalados no Congo Léopoldville. Para alguns membros do Comitê Diretor, tal como Eduardo dos Santos, a fraca penetração do MPLA era tributada a condição racial de sua liderança. Em carta a Lucio Lara, Eduardo dos Santos fez a seguinte avaliação:

Nestes últimos dias produziram-se alguns acontecimentos lamentáveis num dos quais eu fui um dos visados: as delegações da CVAAR [Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, braço assistencialista do MPLA] que se deslocaram a fronteira no trabalho de ajuda de refugiados foram vaiadas e impossibilitadas de contactar os angolanos pois estes em gritos de protestos contra a presença dos mestiços forçaram-nos a retirar. No trabalho cotidiano continuam a manifestar-se os casos que são do teu conhecimento, sempre com base no preconceito racial. (Carta de Eduardo dos Santos a Lúcio Lara, LARA, 2006, p. 407/8).

O relato de Eduardo dos Santos confirmava a dificuldade do MPLA de contatar as populações negras refugiadas através de seus representantes mestiços. Diante dessa barreira racial que limitava as ações do MPLA e a capacidade do movimento de arregimentar quadros, Eduardo dos Santos e o Secretário Geral Viriato da Cruz propuseram a polêmica proposta da retirada tática. Debatida na Reunião do Comitê Diretor que ocorreu entre 13 e 23 de maio de 1962, o tema dividiu os membros da direção entre os que acreditavam que o afastamento dos brancos e mestiços era uma

tática defensiva que fortaleceria o MPLA e os que acreditavam que o afastamento era uma atitude racista que cedia às intrigas da FNLA.

Em defesa da remodelação do Comitê Diretor, tanto Eduardo dos Santos quanto Viriato da Cruz abdicavam da posição que tinham, afinal ambos eram mestiços. O argumento central foi de que a presença deles e de Lucio Lara enfraquecia o movimento. Matias Miguéis apoiou a ideia da remodelação, declarando que a exclusão traria benefícios para o MPLA. No extrato abaixo, Viriato da Cruz apresenta sua justificativa:

A colonização foi feita na base do racismo. Para o negro não se fez esforços para educação. Não é uma tática ingênua. É uma tática defensiva [a saída dos mestiços e brancos] e não ofensiva. Estou convencido que não faço uma política racista [...] Só depois de estarmos em Angola é que temos força. Só depois de uma fase elevada é que o Povo compreende. Não é ceder as intrigas da UPA. Ela trabalha num preconceito das massas. A UPA não cria nada. (Acta da Sessão de 21 de Maio [Acta 2] da reunião do Comitê Director, ocorrida entre 13 e 23 de maio de 1962, TALI, 2001, p. 312)

Ao contrário do que afirmou Viriato da Cruz, a proposta de afastamento de membros do movimento a partir de um critério racial, definiu uma posição racista. Como temos dito, não estava em jogo somente a oposição entre os traços físicos dos mestiços e brancos e negros, pois como observa Kabengele Munanga (2003), a raça também é vista em um sentido sociológico, a partir de traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. Nesse sentido, os mestiços e brancos integraram inquestionavelmente as camadas sociais coloniais mais privilegiadas e tiveram um percurso educacional e profissional bastante diferenciado da maioria da população negra, o que levou, na convivência em Leopoldville, a um certo estranhamento dos angolanos negros exilados.

Na confrontação dentro do Comitê Diretor, Mario de Andrade, presidente do movimento, João Vieira Lopes e Hugo de Meneses se opuseram a remodelação, com a justificativa de que a exclusão contrariava o projeto político do MPLA baseado na unidade da luta sem considerações de caráter racial.

São angolanos pretos e mulatos. [...] A unidade angolana não tem poderes para nos passarem certificados. A unidade existe em nós sendo mulatos [ou] pretos. [...] Devemos é tomar uma posição sobre as acusações que nos fazem. Que atitude devemos tomar perante as atividades deste género? A nossa presença provoca as massas e veremos se somos nós que faremos triunfar ou ceder e cair na política racista. (Acta da Sessão de 21 de Maio [Acta 2] da reunião do Comitê Director, ocorrida entre 13 e 23 de maio de 1962, TALI, 2001, p. 314)

O extrato da intervenção de Mario de Andrade mostra que de acordo com seu ponto de vista, o MPLA não devia “cair na política racista”, ou seja, aceitar a proposta do recuo tático, mas devia enfrentar a FNLA, ainda que não tenha dito de que modo. É notável o esforço, ao menos em nível discursivo, de construir uma identidade angolana que englobasse mestiços e negros.

Na prática, as diferenças fenotípicas eram apenas as mais evidentes. O debate foi uma arena de discussão de questões mais profundas, relacionadas às diferenças de carácter social, organizacional, estratégica e ideológica existentes na direção do MPLA. Hugo de Meneses, por exemplo, um médico negro, foi contra a remodelação do Comitê Diretor, pois acreditava que ela atacava também quem tivera um percurso estudantil universitário (como ele próprio) entendido como um privilégio dos tempos coloniais. A proposta de retirada de Viriato da Cruz e Lucio Lara, os principais ideólogos, também era vista como uma resposta à acusação da FNLA de que o MPLA era um movimento comunista, o que a época dificultava a obtenção de apoios externos.

Embora a proposta do recuo tático tenha sido bastante polêmica, foi aprovada e o Comitê Diretor reformulado sem Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Lucio Lara. Interessante notar que o novo Comitê, incorporou nove novos membros, dos quais oito negros, passando a ter um menor número de quadros universitários. Nesta nova configuração, apareceram integrantes com percursos religiosos, como por exemplo o Reverendo Domingos da Silva, o que sem dúvida ajudava a promover uma imagem menos radical.

O primeiro Comitê Diretor do MPLA em Conacky, em 1960

Nome	Raça	Estudos	Funções
Mario de Andrade	Mestiço	Superiores	Presidente e Relações Exteriores
Viriato da Cruz	Mestiço	Médios	Secretário Geral
Lucio Lara	Mestiço	Superiores	Defesa e Segurança
Luís de Azevedo	Negro	Secundário	Diversas
Matias Miguéis	Negro	Secundário	Diversas
Eduardo dos Santos	Mestiço	Superiores	Serviços Sociais
Hugo de Menezes	Negro	Superiores	Informação e Cultura

Fonte: TALI, 2001, p. 68

Comitê Diretor do MPLA após a remodelação de maio de 1962

Nome	Raça	Estudos	Funções
Mario de Andrade	Mestiço	Superiores	Presidente
Matias Miguéis	Negro	Médios	Vice-Presidente
Graça Tavares	Negro	Superiores	Primeiro Secretário
Vieira Lopes	Mestiço	Superiores	Segundo Secretário
Desidério da Graça	Negro	Superiores	Terceiro Secretário
Hugo de Menezes	Negro	Superiores	Imprecisas
Luís de Azevedo	Negro	Secundário	Relações Exteriores
José Miguel	Negro	Médios	Juventude
José Pimentel	Negro	Primários	Contra-espionagem
Rev. Domingos da Silva	Negro	Médios	CVAAR
Deolinda Rodrigues	Negra	Médios	CVAAR
Domingos Tando	Negro	Médios	Formação de quadros

Fonte: TALI, 2001, p. 81

No entanto, o novo Comitê não teve vida longa. A chegada de Agostinho Neto a Leopoldville alteraria a relação de forças no interior do movimento e intensificaria as discussões sobre a representação racial do Comitê Diretor realizadas em maio daquele ano. Desde 1960, Neto esteve preso e sob o controle das autoridades policiais portuguesas. Até 1961, ficou exilado em Cabo Verde em prisão domiciliar. Após forte campanha por sua libertação, foi transferido para Lisboa ficando sob o controle da PIDE. Em julho de 1962, fugiu de Lisboa, passando pelo Marrocos e Guiné-Conacky até chegar a Leopoldville.

No percurso de sua fuga, Neto encontrou-se com Mario de Andrade e Lucio Lara, o que significa que antes mesmo de chegar a seu destino final já tinha conhecimento da crise pela qual passava o movimento e da força que ganhara Viriato da

Cruz. Apesar da distancia, Neto era um dos homens de maior prestígio na organização. Presidente de honra desde 1960, não demorou para que fosse nomeado presidente do movimento, após sua chegada em Léopoldville. Foi deste lugar que iniciaria um conflito com Viriato da Cruz que pode ser apresentado sobre diversos aspectos. Ressaltar a pluralidade desse conflito é importante, para que não reafirmemos aqui a velha tese – defendida por muitos que participaram da luta anticolonial – de que havia uma incompatibilidade entre as personalidades de Agostinho Neto e Viriato da Cruz.

Muito mais do que um problema pessoal, cada um representava um grupo em disputa pelo poder político que divergia não só a respeito da questão da representação racial, mas também quanto à própria gestão da luta e dos recursos do movimento, sobre a relação com a FNLA e as alianças a serem estabelecidas internacionalmente.

Em grande medida, as divergências entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz eram condicionadas por experiências e trajetórias políticas muito diferentes. Neto foi estudante universitário de medicina em Portugal e lá estabeleceu contatos com a esquerda portuguesa, de modo que, a União Soviética aparecia como um possível aliado na luta anticolonial. Viriato da Cruz, por sua vez, não seguiu uma trajetória acadêmica permanecendo durante a década de 1950 em Angola na luta clandestina. Suas visitas à China em 1958 e 1960 indicam sua proximidade em relação a este país. Viriato da Cruz mostrou diversas vezes, em cartas trocadas com Lucio Lara sua desconfiança em relação aos reais interesses dos estudantes angolanos em Portugal, chamando-os certa vez de “africanos portugueses na Europa” que estavam assimilados ao povo português. (CRUZ *apud* LARA, 1997, p. 197)

A nova administração de Neto investiu logo de partida, em uma tentativa, mal sucedida, de aproximação com a FNLA de Holden Roberto. De qualquer modo, essa iniciativa, enquanto uma nova estratégia política, ia completamente contra o que o MPLA havia defendido até então.

A questão que agudizaria ainda mais a relação entre os grupos seria a crítica de Agostinho Neto a retirada dos mestiços do comitê diretor. Se, como vimos, Viriato da Cruz entendia o afastamento como uma tática política, Agostinho Neto reforçaria o grupo de dirigentes que consideravam a saída dos mestiços uma decisão racista, que abria precedentes perigosos. O principal palco desta e das demais divergências foi a I Conferência Nacional do MPLA, ocorrida em dezembro de 1962. A resolução mais

importante da Conferência foi à eleição de um novo comitê diretor com a presença de elementos mestiços (Lucio Lara, Aníbal de Melo e Henrique Teles “Iko” Carreira) sob a justificativa de que o MPLA “não toleraria o tribalismo, o regionalismo ou a intolerância racial, nem as distinções de caráter político e religioso”. (TALI, 2001, p. 80)

Comitê Diretor do MPLA decidido na Conferência de Dezembro de 1962

Nome	Raça	Estudos	Funções
Agostinho Neto	Negro	Superiores	Presidente
Matias Miguéis	Negro	Médios	Primeiro Vice-Presidente
Rev. Domingos da Silva	Negro	Médios	Segundo Vice-Presidente
Manuel Lima	Negro	Superiores	Chefe do Dep. da Guerra
Mario de Andrade	Mestiço	Superiores	Chefe do Dep. de Relações Exteriores
Lucio Lara	Mestiço	Superiores	Chefe do Dep. de Organização e Quadros
Aníbal de Melo	Mestiço	Médios	Chefe do Dep. de Informação
Deolinda Rodrigues	Negra	Médios	Chefe do Dep. de Assistências Sociais
Desidério da Graça	Negro	Superiores	Chefe do Dep. de Finanças
Henrique Carreira	Mestiço	Superiores	Chefe do Dep. de Segurança

Fonte: TALI, 2001, p. 81

A vitória das posições de Agostinho Neto na Conferência pavimentou o caminho para o enfrentamento aberto entre os grupos, que ocorreria durante todo o ano de 1963. Um dos pontos altos ocorreu em julho, momento em que Viriato da Cruz e alguns militantes que estavam dentro de sua esfera de influência criaram outro comitê em lugar daquele formado na Conferência no final do ano anterior, que pretendia se aproximar da FNLA em busca da unificação da luta. Além do próprio Viriato da Cruz, comporiam esse comitê alternativo José Bernardo Domingos, Jorge Manteya Freitas, José Miguel e Matias Miguéis, o qual foi mantido no comitê (oficial) de dezembro de 1962, até seu rompimento com a direção do MPLA. O grupo liderado por Viriato da Cruz pretendia,

deste modo, conquistar maior visibilidade, em uma conjuntura em que a Organização da Unidade Africana (OUA) criara um comitê de libertação, com o objetivo de conciliar os movimentos africanos. (BITTENCOURT, 2008, p. 196)

A proximidade da visita do comitê da OUA a Léopoldville, transformou o conflito, até então verbal, em confrontações físicas entre os dois grupos. A interferência da polícia congoleza a favor do grupo de Neto resultou na prisão de Viriato da Cruz e de seus partidários.

Se a situação militar do MPLA já era alarmante, a exposição da fragmentação política foi ainda mais desastrosa aos olhos dos representantes do comitê da OUA, que permaneceram em Léopoldville entre 13 e 18 de julho. O resultado da avaliação foi plenamente a favor da FNLA, apontada como a organização mais capacitada, sugerindo ainda que o MPLA se juntasse a ela.

Neste quadro cada vez mais delicado, os dois segmentos continuavam a trocar acusações. O grupo de Neto avançaria com a acusação de alta traição a Viriato da Cruz e seus seguidores por conta das tentativas de aproximação com a FNLA²⁴. A resposta de Viriato da Cruz não seria menos violenta. O texto intitulado “Para que não haja enganos”, publicado em 31 de outubro e assinado pelo auto intitulado Comitê Diretor Provisório do MPLA, nos oferece um elenco de críticas severas contra a condução do MPLA por Neto, chegando a colocar em dúvida as reais intenções do grupo:

A verdade é que o grupinho dirigido pelo Dr. Neto tem acordo [sic] secretos com os colonialistas portugueses [...] [que] resolveram ganhar para seu lado alguns ‘dirigentes’ angolanos, prometendo-lhes uma participação no poder político de Angola; no quadro de ‘autonomia interna’ [...] Por esta razão, o grupo do Dr. Neto apoderou-se do MPLA, castrou-o e transformou-o num instrumento da sua política [...] A ‘Luta armada’ que o Dr. Neto e seus sócios pretendem fazer seria uma cortina de fumo, uma espécie de ponte de aparência revolucionária [...] Para se fazerem passar por gente que defende os interesses do povo [...] chamam ‘traidores’, ‘rebeldes’, ‘descontentes’, ‘bandidos’, ‘ambiciosos’, ‘perturbadores da ordem’, etc, àqueles que combatem o seu negócio sujo. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P.11.15.C, nt 1828, fls. 573 - 578)

²⁴ Viriato da Cruz chegou a entrar para a FNLA, mas com o passar do tempo acabou por se afastar.

Apesar do peso dessas declarações, com ênfase nas acusações de corrupção e na existência de uma aliança oculta entre as lideranças do movimento e os portugueses, o conflito perderia força nos meses seguintes. O afastamento de Viriato da Cruz da FNLA e a transferência do MPLA para Brazzaville significou a perda de seu prestígio e espaço político. Em 1964 Viriato da Cruz mudou-se para Argélia, até se instalar, em 1966, definitivamente na China, onde faleceu em 1973.

Houve um esforço em mostrar a importância de uma análise plural sobre a primeira dissidência do MPLA capaz de afastar avaliações exclusivistas, como a que foi feita pela própria direção vitoriosa do MPLA, que explicou a crise como um fenômeno provocado pela discriminação racial e ambição pessoal. Houve uma disputa pela liderança do MPLA em que inegavelmente o argumento racial teve peso, mas não é possível ignorar as diferenças de caráter ideológico e de trajetória social que existiam entre os dois segmentos, além daquelas relacionadas à gestão dos recursos do movimento, da luta e da disputa com a FNLA.

CAPITULO II

CRISE E DISSIDÊNCIA NO LESTE E NO NORTE

Na parte final do primeiro capítulo, vimos à influência do fator racial na crise que culminou na saída de Viriato da Cruz. A seguir, trataremos do momento posterior, em que o MPLA conseguiu se reorganizar e alavancar a luta no campo militar e diplomático. Nesta nova conjuntura, o movimento mostrou-se capaz, pelo menos temporariamente, de amortecer as críticas internas. No entanto, já na década de 1970 veremos como em outra circunstância de dificuldade a direção do MPLA seria novamente contestada com base em argumentos étnico-raciais. A parte final do capítulo, será reservada para a análise do cessar-fogo entre Portugal, MPLA, FNLA e Unita e do Governo de Transição (1975).

No rescaldo da dissidência de Viriato da Cruz, a direção do MPLA se transferiu para outra margem do rio Congo em novembro de 1963, saindo de Léopoldville, onde sempre enfrentou a resistência do governo, além da incômoda disputa com a FNLA, em direção a Brazzaville, capital da República do Congo. A queda de Fulbert Youlou e a ascensão de Massamba-Debat²⁵, criou a condição necessária para a transferência, o que possibilitou a recuperação político-militar, ao mesmo tempo em que auxiliou na dispersão da crise que ocorrera. A mudança do MPLA para Brazzaville também fortaleceria outro tipo de articulação política, na medida em que permitiu ao movimento se aproximar da União Soviética e de Cuba.

Essa recuperação só ocorreria após um balanço da situação vivida até aquele momento. O Comitê Diretor através do Departamento de Organização e Quadros solicitou a presença dos militantes para uma conferência:

A evolução do problema angolano durante os últimos meses, veio colocar o nosso Movimento numa situação que exige uma firmeza de atitude e a consciência exacta da hora que o nacionalismo angolano atravessa. [...] Impõem-se pois, uma análise profunda, da situação actual e a definição de

²⁵ Fulbert Youlou foi o primeiro presidente da República do Congo, após a independência em agosto de 1960. Seu mandato durou três anos (1960 – 1963). Após um golpe de Estado, Massamba-Debat assumiu a direção do governo até 1968.

uma linha de actuação mais firme, depois de feita a reestrutura[ção] do MPLA que as circunstâncias aconselham. (CHIPENDA apud LARA, 2008, p. 317)

O conteúdo da carta convocatória de Daniel Chipenda indica a urgência da realização de uma conferência em que se pudesse reorganizar o movimento. Ficou bastante claro, durante a Conferência de Quadros que ocorreu em janeiro de 1964, que o MPLA enfrentava graves problemas. Depois da crise de 1962, a saída de importantes quadros e dirigentes como Mário de Andrade, Matias Migueis, Manuel Lima, João Vieira Lopes, Gentil Viana, entre outros, deixou um vazio político que precisava ser preenchido. Do ponto de vista militar, a guerrilha encontrava-se em um estado de “imobilismo insurreccional”. Até aquele momento o MPLA não havia conseguido abastecer os focos de guerrilha espalhados pela 1ª Região. A saída encontrada para reverter essa situação e recolocar o MPLA em condições de competição com a FNLA foi investir no campo militar.

2. 1 A ABERTURA DA 2ª REGIÃO

A decisão pelo avanço militar em direção ao território de Cabinda não foi aleatória. O enclave com pouco mais de 10.000 quilômetros quadrados de área, não faz fronteira terrestre com o restante do território angolano, mas estava ao alcance do movimento, uma vez que faz fronteira com o Congo-Brazzaville.

Imagem 9: Mapa destacando o enclave de Cabinda e a cidade congoleza de Dolisie



Desde 1962, o movimento tentou, sem sucesso, penetrar no território cabindense e implementar a guerrilha. A principal justificativa apontada para o fracasso foi à dificuldade do transporte de armas e munições pelo Congo-Brazzaville, já que o MPLA não contava, à época, com o apoio das autoridades do país.

Em maio de 1964, o movimento iria voltar a investir nesta frente de luta. Segundo o relato de Benigno Vieira Lopes “Ingo”, um grupo de doze pessoas, do qual ele fazia parte, foi um dos primeiros a avançar pelo território de Cabinda. Embora essas ações não resultassem em grandes vitórias contra os portugueses ou mesmo na conquista do apoio das populações locais, ajudou a elevar o nível de coesão interna no movimento. (Entrevista de Benigno Vieira Lopes a Marcelo Bittencourt em Luanda, 13 de Fevereiro de 1995.)

Vale destacar nesta nova fase, o uso da rádio de Brazzaville e a criação do programa “Angola Combatente” que funcionou como um valioso meio de promoção do MPLA, especialmente pelo alcance da transmissão, capaz de chegar a quase todo território angolano²⁶. Outro fator de consolidação da luta em Cabinda foi à abertura,

²⁶ A transmissão gerada a partir da Rádio Brazzaville, a principal da cidade, chegava a Angola devido a potência dos emissores instalados em 1943, durante a Segunda Guerra pela França livre comandada por Charles de Gaulle, “como parte da estratégia que transformara Brazzaville numa referencia para toda a

ainda em 1964, na cidade fronteiriça congoleza de Dolisie, do campo de treinamento militar e do Centro de Instrução Revolucionária (CIR). Segundo Iko Carreira, “o CIR era um lugar de formação dos quadros, quer os que já estavam nas fileiras dos grupos de guerrilha, quer os novos, que se integravam”. (CARREIRA, 1996, p. 91). A recuperação do MPLA se traduziu também em um maior apoio internacional, seja de Cuba, na formação militar, seja da União Soviética, no fornecimento de armas.

O período de ascensão do MPLA entre 1964 e 1966 foi também favorecido pelas crises internas vividas pelo movimento rival, a FNLA. Jonas Malheiro Savimbi, Secretário-geral da UPA/ FNLA (1961-1962) e Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (1962-1964) entraria em rota de colisão com a direção, acusando-a de “tribalista”, o que culminaria em sua saída para a criação de um terceiro movimento de libertação, a União Nacional para a Independência Total de Angola, Unita, em 1966. Segundo Holden Roberto, Presidente da FNLA, existem dois fatores determinantes para esta crise: em primeiro lugar, Savimbi não concordara com a adesão de membros da dissidência do MPLA-Viriato da Cruz a FNLA. Em segundo lugar, o argumento claramente balizado por uma leitura etnicizada era que a FNLA privilegiava a luta na região norte de Angola, o que era para um ovimbundo, do centro-sul, inaceitável:

A teoria de Savimbi era de que se os do “Sul”, não lutassem, continuariam subalternos aos do “Norte”, como no colonialismo, em que eram acusados de colaboracionistas; em tempo de paz, seriam acusados de nada terem feito em prol da liberdade da Pátria. Jonas Savimbi recusava a concepção estereotipada de que os do “Sul” eram pessoas “pacíficas ou colaboracionistas” e os do “Norte” pessoas “guerreiras ou contestatárias.”
(ROBERTO apud N’GANGA, 2008, p. 177)

A crise da FNLA mostra, tal como ocorreu no MPLA, que embora a luta de libertação fosse nacional, não conseguiu, em diversos momentos, acomodar as divergências étnico-regionais. O resultado dessa crise revela o poder desagregador da articulação de identidades étnicas em embates políticos, ao mesmo tempo em que deixa claro como homens que lutavam contra a face mais evidente do colonialismo

África Equatorial francesa, durante a disputa com Henri Pétain, que assinara o armistício com a Alemanha”. (BITTENCOURT, 2008, p. 271)

frequentemente usavam as próprias estratificações coloniais para defender suas posições.

O MPLA, por sua vez, apesar de ter entrado em território cabindense, não conseguiu expandir a luta para além da fronteira. A fraca adesão da população local, historicamente mais ligada aos dois Congos do que a Angola, fez com que o discurso nacionalista fosse pouco atraente. Do ponto de vista geográfico, a região nunca facilitou as ações, já que a densa floresta do Mayombe se apresentava como um difícil obstáculo. A descoberta de petróleo no enclave seria acompanhada de um considerável reforço das tropas coloniais portuguesas, contra as quais a guerrilha do MPLA ficaria em desvantagem.

O romance *Mayombe*, escrito em 1971 por Arthur Pestana dos Santos, Pepetela²⁷, nos oferece uma interessante avaliação do período de crise desta região. Essa escolha não se justifica simplesmente pelo fato do autor ser hoje, um escritor reconhecido internacionalmente, mas sobretudo, porque era um sociólogo recém-formado, que foi capaz de levantar os problemas da luta da qual participava, colocando-os no formato ficcional²⁸. Por isso mesmo, o romance foi definido como um “documento social”. (SERRANO, 1999).

Mayombe explora de forma contundente e minuciosa as diversas problemáticas em torno das relações étnico-raciais construídas em um contexto em que havia diferentes graus de formação escolar e militar, disputas individuais, apropriação de mecanismos de poder, elitismo na atividade política e degeneração dos quadros.

Em aproximadamente 300 páginas, diversas personagens se apresentam, assumindo a narrativa alternadamente. Os personagens-narradores, declarados com a

²⁷ É preciso ressaltar que o autor, um branco, nascido em Benguela, Angola em 1941 e licenciado em Sociologia, teve importante papel na luta de libertação e no pós-independência como integrante do MPLA. Além de várias obras publicadas, é professor na Universidade Agostinho Neto, em Luanda desde 1984, e diretor de associações culturais, com destaque para a União dos Escritores Angolanos. Conquistou o Prémio Nacional de Literatura de Angola pela obra *Mayombe* e o Prémio Camões (1997), pela sua contribuição ao património literário de língua portuguesa.

²⁸ Questionado sobre o motivo de ter escrito uma ficção e não um ensaio sociológico, Pepetela explica que: “É porque realmente eu sou um ficcionista, não tinha nenhum objetivo. Eu escrevi não para publicar. Escrevi porque tinha necessidade de escrever. [...] Mas eu me sinto muito mais à vontade fazendo ficção. Já fiz alguns textos, ensaios, poucos. Mas onde estou mesmo à vontade é na ficção. É essa mesmo a minha vocação.” Entrevista de Pepetela a Carlos Serrano concedida em 1985, publicada em anexo ao texto de Serrano, “O romance como documento social: o caso de *Mayombe*”, disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/849433.pdf> Acessado em 18/11/2011.

estrutura “Eu, o narrador, sou ...”, compõem um mosaico social polissêmico, evidenciando um MPLA bastante fragilizado e dividido.

O mestiço, por exemplo, foi construído como um indivíduo complexado, que não sabia qual era seu lugar, pois, trazia em si o “pecado original” de ter ascendência branca, e desta forma sofria de uma angústia constante de ser taxado de medroso, ou mau guerrilheiro por ser mestiço. Fato que fica mais claro na seguinte reflexão:

Num universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu quem devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? (PEPETELA, 1982, p. 7)

ou ainda, nesta outra:

Mas quando os outros estão lá, a controlar-me, a espiar-me as reações, a ver se dou um passo em falso para então mostrarem todo o seu racismo, a segunda pessoa que há em mim predomina e leva-me a dizer o que não quero, a ser audaz mesmo demasiado, porque não posso recuar. (PEPETELA, 1982, p. 43)

Em torno do personagem caracterizado como o intelectual são levantadas, ao longo de todo romance, críticas ácidas por parte dos guerrilheiros. O intelectual era aquele que possuía um percurso bastante definido, tendo frequentemente estudado em universidades europeias ou, no mínimo, havia estudado mais que a maioria da população. Deste modo, eram geralmente mestiços que compunham os quadros burocráticos, distanciando-se dos campos de guerrilha. Do ponto de vista da maioria dos guerrilheiros do romance, assim como também “fora” dele, ser intelectual era “mau”, condição que tornava tais homens incapazes de compreender os dissabores pelos quais a população passava, já que seus filhos ou irmãos não haviam sofrido o impacto da guerra contra o colonialismo. Todavia, se o intelectual por ventura participasse efetivamente do *front* de combate, encontrava na luta contra o inimigo uma espécie de redenção,

compensação, visto que, esta era a chance de provar o compromisso com a causa revolucionária.

A questão étnica é mais um tema debatido em *Mayombe* e vem à tona sempre em momentos de tomada de decisão. Observemos esta passagem:

Os intelectuais têm a mania de que somos nós, os camponeses, os tribalistas. Mas eles também o são. O problema é que há tribalismo e tribalismo. Há o tribalismo justo, por que se defende a tribo que merece. E há o tribalismo injusto, quando se quer impor a tribo que não merece ter direitos [...] é verdade que todos os homens são iguais, todos devem ter os mesmos direitos. Mas nem todos os homens estão no mesmo nível; há uns que estão mais avançados que outros. São os que estão mais avançados que devem governar os outros, são eles que sabem. É como as tribos: as mais avançadas devem dirigir as outras, e fazer que estas avancem, até se poderem governar [...] Que sejam os verdadeiros filhos do povo, os genuínos, a tomar as coisas em mãos. (PEPETELA, 1982, p. 48)

É importante ressaltar que as diferenças étnico-raciais são usadas pelos guerrilheiros para explicar a miséria de cada um e criar bodes expiatórios sobre quem se atribui a culpa, sem abordar e examinar outros fatores e outras causas dos desequilíbrios políticos, sociais e econômicos. Pepetela incorpora à discussão ficcional o termo “genuíno”, que esteve presente com frequência nas disputas internas de caráter étnico-racial no MPLA, indicando quem tinha direito (e quem não tinha) de participar e conduzir a luta de libertação. Aparece claramente a ideia de que o “tribalismo” justo, correto era aquele feito pelos camponeses, ou seja, pela população mais afetada pela colonização. Não se questiona o fato de que o sentimento de pertença a um grupo, a produção de estereótipos e a hierarquização dos grupos etno-linguísticos estavam relacionados à distribuição desigual de oportunidades. (SERRA, 2000)

Existe um esforço conclusivo na narrativa de afirmar que, apesar dos problemas da guerrilha, o objeto comum contra o qual todos lutavam – o “tuga”²⁹ – era o elemento que mantinha a unidade. Ainda que essa perspectiva apareça em uma criação ficcional,

²⁹ Tuga é uma redução da palavra portuguesa, uma expressão que se refere ao português.

não há dúvidas de que esse projeto de Pepetela foi também parte importante do projeto do próprio MPLA. No entanto, a luta contra os portugueses não foi bastante para manter a unidade, nem sequer dentro do MPLA, de tal modo que sistematicamente, ao invés da resolução, a direção procurava dissipar as crises, não só pela pressão que vivia diante do cenário de luta contra Portugal, FNLA e Unita, mas também como uma tentativa de se perpetuar no poder. Essa estratégia irá prevalecer uma vez mais quando da abertura da 3ª região no leste de Angola, que enfraqueceu as críticas internas no MPLA e marcou um avanço militar inédito.

2.2 FRENTE LESTE: AVANÇO E RECUO DO MPLA

Até a abertura da 3ª região na Frente Leste, a guerrilha encontrava-se em um autêntico estado de paralisia. Na 1ª Região, historicamente o campo de batalha mais difícil do movimento, os guerrilheiros, isolados da direção, do abastecimento de armas e provisões lutavam menos contra o colonizador e mais pela sobrevivência. Na 2ª Região, os já citados problemas colocavam a luta de libertação “ainda numa fase essencialmente insurrecional [...] sem organização, sem direção, isolada da maioria da população africana”. (CEDETIM, 1977, p. 89)

O avanço da guerrilha pela Frente Leste de Angola dependia, em grande parte, da capacidade do MPLA de estabelecer alianças políticas com o governo da Zâmbia, de Kenneth Kaunda, que conquistara sua independência em outubro de 1964. Inicialmente, o movimento teve dificuldades em obter autorização do país fronteiriço a Angola para instalar um escritório em Lusaka, sobretudo pelo apoio concedido à FNLA que já se encontrava estabelecida.

O jogo viraria a favor do MPLA, a partir de 1965. As graves crises internas da FNLA, com destaque para a dissidência de Jonas Savimbi, enfraqueceram sua delegação na Zâmbia, que teve que encerrar suas atividades. Paralelamente, o MPLA conseguiu o apoio diplomático decisivo da Tanzânia, de Julius Nyerere, que naquela altura buscava expandir suas alianças. O governo tanzaniano passou, então, a exercer o papel de mediador entre o governo de Kenneth Kaunda e o MPLA. Na medida em que a

Zâmbia dependia dos portos tanzanianos para escoar sua produção, sentiu-se impelida a permitir a entrada do MPLA, que ocorreu em 1966.

Quando finalmente se instalou em Lusaka, o MPLA teve que lidar com outras dificuldades. Uma delas, de maior envergadura, relacionou-se ao acesso e obtenção de armamentos e suprimentos em geral. Ao contrário do Congo-Brazzaville, a Zâmbia não possui saídas para o mar, e por isso o MPLA não podia se beneficiar da proximidade portuária de que gozava naquele primeiro país. As armas tinham, com efeito, de “percorrer 3.000 quilômetros de vias pouco pavimentadas, entre o porto de Dar-Es-Salaam, na Tanzânia, e a fronteira de Angola com a Zâmbia”. (TALI, 2001, p. 119)

Além disso, a condição para utilização do território zambiano era a preservação do Caminho de Ferro de Benguela, via férrea importante economicamente para a Zâmbia e para o bom funcionamento da economia colonial. O que significava dizer que uma atuação mais destacada do MPLA na região, poderia gerar o fechamento da ferrovia e a conseqüente crise na economia zambiana. Este conjunto de fatores colocava o MPLA e o governo do país hospedeiro em permanente suspeição recíproca.

Outra dificuldade enfrentada diz respeito à especificidade da colonização portuguesa nesta região. O leste de Angola, que englobava os distritos de Lunda, Moxico e Cuando Cubango, sofreu historicamente grande descaso por parte da administração colonial. Por este motivo, o isolamento resultante dos contatos bastante escassos com outras localidades da colônia, tornou mais difícil que os habitantes da região se pensassem como angolanos, já que prevalecia os vínculos étnicos e regionais. Apesar disso, o MPLA contaria com a colaboração de integrantes de diferentes grupos etno-linguísticos, como os Tchokwe, Ganguela, Lunda, Quioco, Lutchaze, etc.

No entanto, a escassez de pessoas com o mínimo de conscientização do fenômeno colonial além dos limites regionais resultaria na transferência de quadros formados e treinados na 2ª Região para o leste, seja porque já tinham adquirido experiência, seja devido à estagnação da guerrilha no norte. (BITTENCOURT, 2008, p.46) Na disposição hierárquica militar, os quadros provenientes do norte ocuparam majoritariamente as posições superiores, enquanto que a base foi preenchida, em grande medida, pelas populações do leste.

Durante os primeiros anos, o MPLA avançou progressivamente pelos territórios do leste em direção ao interior da colônia, alcançando os distritos de Lunda e Malange

formando a 4ª Região e os distritos do Huambo e Bié, fundando a 5ª Região em território Ovimbundo, um dos maiores grupos etno-linguísticos de Angola. Apesar de ter chegado ao Planalto Central, o movimento não conseguiu manter ações militares regulares, não só pela distância da fronteira leste, mas também porque essa era a área de maior influência da Unita.

Imagem 10: Mapa atual das províncias de Angola



Disponível em: <http://www.angolaglobal.net/sobre-angola/provincias/>

As conquistas militares da guerrilha no Leste levaram Agostinho Neto a fazer um discurso entusiasmado no fim de 1966, anunciando que o ano seguinte (1967) seria o ano da “generalização da luta armada”:

A abertura da Frente Leste alterou profundamente o panorama da luta em Angola. [...] O Movimento Popular de Libertação de Angola é a única organização nacional que neste momento actua realmente em território angolano. [...] É a única organização com uma vasta participação das massas populares em todas as regiões e essa acção armada progride sensivelmente nas três frentes actuais do MPLA: Cabinda, Kuanza-Norte e

Moxico. [...] O ano de 1966 assinala assim o início da generalização da luta armada, que será uma realidade em 1967. Isto porque o nosso povo está pronto a participar na luta. (NETO, apud CARREIRA, 1996, Anexo 4, p. 206)

A partir do avanço da guerrilha no leste, Neto executa uma operação de resgate da 1ª e da 2ª Região. Sua fala sobre o “progresso” da guerrilha e da arregimentação popular no Kuanza-Norte (1ª Região) e Cabinda (2ª Região) deve ser entendida muito mais a luz da necessidade de promover o movimento, do que como um relatório militar imparcial, pois como vimos, a luta estava praticamente controlada pelos portugueses nas duas frentes.

Ainda nesta perspectiva discursiva, Neto lançou uma nova palavra de ordem em 1968. Com o lema “todos para o interior”, Neto acreditava que seria decisivo para vitória do MPLA, a transferência de quadros e estruturas da direção para o interior, de onde se desenvolveriam mais eficazmente as ações militares. Em discurso na I Assembleia Regional das 1ª e 2ª Regiões, ocorrida em Dolisie em fevereiro de 1968, Neto defendeu que “a transferência para o interior não deve ser entendida como a entrada [em Angola] de destacamentos puramente militares [...] [mas] como a partida para a guerra total do povo refugiado. Não é do exterior que vamos fazer a guerra.” (Neto apud TALI, 2001, p.112)

Nesta mesma assembleia, Neto fez um discurso particularmente violento dirigido aos que chamava de “pequenos burgueses”. Tal discurso é importante, pois evidencia a persistência das tensões de caráter étnico-racial, recuperando elementos importantes da crise de 1962 – 1964. Neto deixa claro a crítica aos “intelectuais”, chamados de “pequeno burgueses”, que esnobavam e desprezavam os guerrilheiros analfabetos. O que estava por trás dessa crítica eram as divergências entre Agostinho Neto e certos dirigentes mestiços, alguns dos quais tinham saído do movimento após a crise em 1962 e haviam retornado anos depois, como Mario de Andrade – que regressou em 1964. Agostinho Neto acreditava que esses dirigentes desejavam manter seus privilégios, permanecendo nas cidades de Brazzaville e Lusaka, distantes dos combates em Angola.

Camaradas, quando ouvirem alguém dizer que os analfabetos não podem governar a nossa terra, quando ouvirem dizer que só os filhos das boas famílias podem governar esta terra, aqueles que não tiveram oportunidade de ir à escola e cujas famílias não eram conhecidas em parte nenhuma de Angola terão de compreender que estes elementos apenas pensam nos seus lugares de chefe em detrimento do povo. É preciso desmascarar e combater estas tendências para o bem da revolução. (NETO apud TALI, 2001, p. 113)

Apesar do clima hostil da Assembleia na Frente Norte, a situação no leste ainda seria favorável ao MPLA no ano de 1968. Em um balanço das atividades do movimento apreendido pela PIDE, os números apresentados mesmo que com eventuais exageros, indicam a força da ofensiva militar do MPLA.

Na Terceira Região, as baixas inimigas ascendem a cerca de 3.000 soldados mortos, 2.600 feridos, 60 agentes da PIDE mortos e 3 executados; 8 bases portuguesas, 10 campos de concentração e 2 campos de aviação atacados; 96 veículos destruídos; 3 helicópteros abatidos; 20 pontes destruídas; 5 barcos afundados; e uma grande quantidade de material de guerra capturado, incluindo armas ligeiras, munições, granadas e equipamentos diverso, graças a essa atividade foi possível libertar 5.000 trabalhadores e suas famílias de aldeias estratégicas que são controladas pelos colonialistas portugueses. [...] É nesta região – que é a maior que o MPLA é mais activo. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, P. 11.15.D, NT 1829, fl. 5)

A documentação do MPLA apreendida pela PIDE não se restringe a informações de caráter militar, muito embora isso fosse fundamental. Existem também relatórios de agentes portugueses e relatos de guerrilheiros que permitem a aproximação do cotidiano da guerrilha. A análise a partir de uma escala menor permite considerar uma série de problemas que do ponto de vista estritamente militar não seriam avaliados. Em um documento do segundo semestre de 1968, são notórias as dificuldades que a fome começava a provocar, tornando difícil a permanência de muitas pessoas nas bases, pois

o regime alimentar já estava reduzido a duas e por vezes uma refeição diária³⁰. Em cartas trocadas entre comandantes do MPLA, a carência alimentar é mais uma vez retratada: “[...] quanto a fome também nós aqui estamos a sofrer tanto como vocês. Portanto, se os ‘tugas’ não vos incomodarem muito, façam umas lavras para o movimento”. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, NP 9089, Pasta 1, fl. 276)

Nos apontamentos apreendidos pela PIDE de reuniões do MPLA que ocorreram no início do ano de 1970, a questão da fome é apenas um item da longa lista de reclamações feitas pelos guerrilheiros contra o comando militar.

“Os guerrilheiros estão rotos”

“Os Comandantes estão bem fardados”

“O Comando tem 3-4 cobertores e [a] mulher está bem vestida”

“O guerrilheiro não come em cima do povo, só o Comando”

“Quem critica é ameaçado de morte”

“Ninguém do Comando foi Julgado”

“Os comandos não vão no combate”

“Os do norte vinham cá ensinar-nos a lutar”

“Os do norte trabalham e ensinam”

“A reunião da Assembleia diz que só os do norte são comandos e meterão os filhos”

“Os filhos do Neto ninguém está no interior”

“A Direcção confia mais nos postos avançados que na rectaguarda”

“Os Comandos, as mulheres deles não estão no interior”

“Eu não sei escrever terei o lugar na Angola Independente?” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, NP 9089, Pasta 1, fl. 198 – 203)

Os problemas mais graves estavam relacionados com a distribuição desigual de armamentos, de alimentos e do vestuário, assim como os fuzilamentos sumários feitos pelos comandantes sem julgamento prévio, à falta de combatividade dos postos chave, o analfabetismo dos guerrilheiros, a ausência dos principais dirigentes e suas esposas no interior. Neste cotidiano de desigualdade, as relações assimétricas produziram uma percepção unificada e globalizante da base guerrilheira do leste sobre os outros, “os do

³⁰ IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, NP 9084 Pasta 3, fl. 356.

norte”, chamados de “kambukoyos” ou “kamundongos”. Como observa a maioria dos autores contemporâneos, a etnicidade é uma “estrutura social de reserva” que pode ou não ser ativada pelos atores, de acordo com as situações e as vantagens que podem ser obtidas. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998) No caso dos guerrilheiros do leste, a etnicidade foi acionada como um elemento de mobilização coletiva naquele conflito social. A nomenclatura “kambukoyos” ou “kamundongos” cumpria o papel de marcador geográfico de pertença (leste/os de dentro, norte/os de fora) e de realce da identidade étnica do leste. Segundo Pepetela, que esteve no leste, essas expressões, para além de terem embutidos um referencial regional, indicavam um determinado tipo social e comportamentos entendidos como abusivos:

Um kambunkoyo era uma pessoa que viera da cidade, sabia falar português, sabia combater, tinha andado a fazer estágio em algumas armas e tinha um tremendo apetite pelo poder e que portanto, aproveitava a sua situação de superioridade em relação as populações do leste para alguma comodidade da vida [...] Se era para levar a mochila era uma pessoa do leste e não ele [do norte], muitas das vezes até arma passava, porque ele ficava cansado, ou comia mais, ou se havia qualquer coisa que chegasse de fora, ele repartia as coisas ficando com uma parte maior, [por exemplo] açúcar [...], coisas que eram pequenas, pequenos privilégios, mas eram privilégios. Foi aí que começou a diferenciação. O kambunkoyo era o que tinha os privilégios, [...] era o que sabia mais, era o que sabia combater melhor. Era isso o kambunkoyo. [...] Não era um problema de cor, os kambunkoyos podiam ser brancos, mulatos, negros. (Entrevista de Pepetela a Marcelo Bittencourt, Luanda, 6 de fevereiro de 1995.)

A nomenclatura “kambukoyo” ou “kamundongo” sintetiza as categorizações produzidas pelos “do leste” para estigmatizar e desqualificar “os do norte” e são a expressão mais evidente da etnicidade, que nasce justamente no duplo e tenso processo de interação social e de luta pelo acesso aos escassos recursos de poder. (SERRA, 2000)

As críticas tiveram um primeiro momento de maior visibilidade em fins de 1969, durante a manifestação de guerrilheiros e da população do grupo etno-linguístico Ganguela, liderada por Barnabé de Freitas, que atendia pelo nome de guerra de Jibóia e exercia o papel de diretor adjunto do CIR em uma zona no sul da 3ª Região. Houve uma

marcha do Distrito do Moxico em direção à fronteira com a Zâmbia que pretendia chegar até Lusaka, onde estava concentrada a direção do movimento, incluindo Agostinho Neto.

Para os revoltosos, as dificuldades vividas foram vinculadas ao fato dos dirigentes serem de grupos etno-linguísticos do norte – kimbundo e bakongo. Se os revoltosos partiram deste cálculo etnicizado, a direção do MPLA também levou em conta esse fator, quando nomeou Daniel Chipenda, um ovimbundo, do centro-sul de Angola, para ser o intermediário entre o grupo manifestante e o comitê diretor, o que afinal de contas, funcionou com uma resposta a acusação de que só havia dirigentes da região norte. Ao longo do relatório que elaborou para a direção, Chipenda ressaltou a importância da luta contra o “tribalismo”, sugerindo uma mudança na forma como os guerrilheiros deveriam encarar os problemas:

Enquanto nos dividimos e guerreamo-nos entre nós o inimigo domina-nos e expulsa-nos. Não Camaradas no MPLA e na luta do nosso povo devemos combater o tribalismo e todos os vestígios. Devemos sim criticar os indivíduos que cometem erro, que saem da linha da nossa organização, devemos criticar os que pelas suas atitudes enfraquecem a nossa luta, sejam do norte ou do sul, do nascente ou do Poente. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, NP 9089, Pasta 1, fl. 205)

Esse extrato do relatório mostra o esforço de Chipenda de colocar o embate como uma questão de moralidade e não como um problema étnico, embora não negasse que a Revolta de Jibóia, como ficou conhecida, tivesse um caráter étnico. Em entrevista a Jaime e Barber, Chipenda voltou a afirmar que houve uma avaliação por parte dos revoltosos que sobrepôs diferença étnica a desigualdade de condições:

Eles faziam, realmente, várias reivindicações: que nós [da Direção] não mandávamos os camaradas do Leste para estudo, que só os mandávamos para fazer a guerrilha, que eram carne de canhão, que eles [...] não tinham as mesmas regalias dos que vinham de outras partes do país, que quando se encontravam lá fora nos treinos, os que vinham de Brazzaville e os que vinham do Leste, havia realmente uma diferença entre uns e os outros. [...] Bem, eu achei que as reivindicações eram justas, agora a forma como se

manifestavam é que era imprópria no nosso movimento; quando dissemos que não aceitávamos o tribalismo, aí houve, realmente, um quê de tribalismo. (Entrevista de Daniel Chipenda, JAIME e BARBER, 1999, p. 146.)

Na prática, a marcha não chegou a Lusaka. Ao contrário, foi perdendo força, mas conseguiu chegar até a fronteira angolana com a Zâmbia, onde Daniel Chipenda já a aguardava³¹. A revolta se dispersou sem ter conseguido alcançar seus objetivos iniciais (punição dos chefes culpados de abusos de poder, fornecimento de melhores armas e melhora da logística) apenas com o compromisso verbal assumido por Chipenda de transmitir as reivindicações à direção. Apesar disso, este episódio marcou a primeira ruptura do pacto de confiança tacitamente estabelecido entre o MPLA e as populações do leste. (TALI, 2001, p.136)

A tensão na relação entre a base e a direção ainda foi agravada pela contra ofensiva militar portuguesa. A partir do fim da década de 1960, a guerrilha do MPLA seria empurrada gradualmente em direção à fronteira, devido a uma série de ataques das forças portuguesas, que aumentaram seu contingente no campo de batalha. Para além disso, o que deixou o MPLA em franca desvantagem foi a utilização de helicópteros e aviões da força colonial, não só nos combates mas também nas ações de destruição das plantações através do lançamento de herbicidas. A conjugação dos constantes ataques com as prisões e a fome levaram ao início das deserções e fugas em massa para a Zâmbia.

Os anos de 1971 e 1972 foram ainda piores para o movimento. Enquanto Portugal reforçava seu aparato de guerra, a guerrilha do MPLA evitava os confrontos diretos, usando dos antigos expedientes de destruição de pontes e estradas. Nesse período as forças portuguesas ainda conseguiram romper as linhas de abastecimento, através do lançamento de tropas entre a guerrilha e a fronteira. (BITTENCOURT, 2008, p. 136).

Em um documento de final de 1972, a PIDE incluiu diversos extratos de cartas trocadas entre guerrilheiros que mostrava como estava sendo difícil suportar os ataques das forças portuguesas. Um deles parece ser bem exemplar:

³¹ IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, NP 9089, Pasta 1, fl. 38 – 93.

Nós agora estamos sendo cercados pelos helicópteros e pelos grupos a cavalo. Neste momento, os cavalos começaram a correr atrás de nós e apanharam 12 guerrilheiros e 1 enfermeiro nosso. Temos sempre guerra em cada mês. Vem sempre 4 ou 5 grupos de cavalos e os helicópteros. Isso agora está mais pior. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Malange, NP 9088, Pasta 4, fl. 418)

O relato ilustra o impacto da contraofensiva portuguesa e o agravamento da situação militar do MPLA. A crise política alcançou um nível insustentável quando a explicação para a incapacidade da direção de reverter esse quadro passou por uma percepção racial, ou seja, a justificativa dos problemas foi relacionada à presença de dirigentes mestiços e alguns poucos brancos.

Para o MPLA, um movimento que comportava a participação de mestiços e brancos, o questionamento de cunho racial não era algo exatamente novo, pois sempre tivera que lidar com as acusações dos outros movimentos de libertação de que tal presença era prova de seu caráter “não africano”. Ademais, também teria que enfrentar a desconfiança dos aliados internacionais, sobretudo dos países africanos.

Internamente, em situações de dificuldades militares, o fator racial foi frequentemente mobilizado nos debates políticos. Para a direção, que era composta por membros mestiços de grande importância, como Lúcio Lara, discussões dessa natureza eram sempre rechaçadas sob a justificativa de racismo. A criminalização dos acusadores desviava o foco das críticas, garantindo que a autoridade da direção não fosse questionada. Embora seja inegável que a direção tivera sucesso nessa estratégia de manutenção do poder político baseada na dispersão dos debates, o caso do leste apresentou características especiais que exigiu uma forma diferente de administrar a crise.

Isso está relacionado com o fato de que, no leste, os militantes apontaram Daniel Chipenda como uma alternativa a Agostinho Neto. Segundo documento apreendido pela PIDE, ainda em 1971, guerrilheiros da 5ª Região enviaram uma carta a Neto, na qual afirmavam “querer deixar o MPLA, porque não reconheciam o A. Neto nem os mestiços como dirigentes. Que só aceitaríamos o MPLA se fosse presidido pelo Chipenda, que é daquela região.” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Malange, NP 9088, Pasta 4, fl. 440)

No quadro de distinções étnico-raciais, o fato de Daniel Chipenda ser negro, ovimbundo e da região centro-sul de Angola passou naquele momento a se transformar em um poderoso capital político a seu favor. Mais uma vez podemos usar o relato de Pepetela para compreender a relação entre aquele que se tornaria o líder da dissidência no leste e sua base de apoio:

Chipenda utiliza [o sentimento de insatisfação] e apanha a força militar, a força militar estava ali, disponível. Ele, propriamente não tinha força militar, não tinha nada, ele nunca foi comandante na vida. Chipenda nunca entrava em Angola, ficava na fronteira. Entrou uma ou duas vezes. Ele nunca combateu. Fez um treino militar, para não se dizer que não tinha, mas realmente o Chipenda não é militar. Agora, aqueles esquadrões que estavam na parte sul, no sul da Frente Leste que eram liderados fundamentalmente por ovimbundos, bundas e lutchazes aderiram. Aderiram não por ser esquadrões, não por serem militares, mas porque aquela população estava contra, realmente contra uma série de prepotências. (Entrevista de Pepetela a Marcelo Bittencourt, Luanda, 6 de fevereiro de 1995)

O relato de Pepetela confirma a fidelidade étnica que se construiu entre Chipenda e os guerrilheiros da Frente Leste, sobretudo os da parte sul. No entanto, fica implícita a ideia de que Chipenda foi um aproveitador que se utilizou do sentimento de insatisfação dos militantes, julgamento que deve ser compreendido considerando que Pepetela ficou ao lado de Neto.

Diante da situação de quase desagregação total e da iminente disputa entre Chipenda e a direção, foi lançado no final do ano de 1972 um grande fórum de debates ampliados ineditamente até a base – o Movimento de Reajustamento, visto como a última tentativa de reverter a crise. O próprio Chipenda explica detalhadamente como surgiu à ideia de fazer o Reajustamento:

Em 72, a crise tinha sido aberta em todas as frentes e vimo-nos, realmente, aflitos para conter aquilo que nós tínhamos já conquistado. A maior parte dos comandantes estavam no exterior e, então, havia necessidade de reverter tudo. Nessa altura chegaram os camaradas que tinham ido fazer um curso na

China [...] e eles vêm com essa ideia [...], de que nós tínhamos que fazer um movimento de crítica e autocrítica em toda a extensão do movimento. Então eu disse ao camarada Neto: os camaradas querem um movimento que tenha autocrítica? E para que? [...] Eu disse ao camarada Neto: é melhor não fazermos isso, porque este movimento de crítica e autocrítica faz-se em termos políticos, para pessoas que são realmente politizadas, mas o nosso povo não é politizado, eles amanhã na reunião vão apenas dizer: olha a guerra não anda porque a tua mulher é branca. [...] E, tal como eu tinha dito, o movimento foi um fiasco, tanto que numa das aldeias queriam agredir o camarada Neto. (Entrevista de Daniel Chipenda, JAIME e BARBER, 1999, p. 146)

Apesar da oposição de Chipenda e de outros militantes, não foi possível manter-se contrário a um projeto que em tese era a favor do diálogo. Adolfo Maria, que teve papel de destaque na organização do Reajustamento, aponta para a importância que este tinha para o MPLA:

[...] Perante a catastrófica situação nesta Frente e no MPLA em geral, Gentil Viana teoriza e propõe o Movimento do Reajustamento que o Presidente aceita. Este projecto foi tido como fundamental para se conhecerem ao vivo os problemas que existiam na nossa organização política e militar, corrigir os erros e restabelecer a democracia interna no seio do MPLA. O seu ponto de partida era pôr as massas, os militantes e os quadros a falarem de todos os problemas do MPLA, sem qualquer coação. (Entrevista de Adolfo Maria, PIMENTA, 2006, p. 102)

Do ponto de vista estrutural, a primeira operação do Reajustamento consistia no congelamento do Comitê Diretor e de todos os órgãos diretivos; a segunda era a promoção de uma Comissão Provisória de Reajustamento, encarregada de criar assembleias por toda Frente Leste. Por fim, esta comissão deveria escolher os membros que integrariam o novo Estado-Maior militar da região.

Na prática, se já havia um clima de discordância entre Chipenda e a direção comandada por Neto, a condução do Reajustamento acabou se transformando em um catalisador da crise. Isso porque o processo foi feito em duas etapas, primeiro na parte

norte, mais favorável a Neto, e só depois na parte sul da Frente Leste, que apoiava Chipenda. Essa manipulação na ordem dos trabalhos auxiliou a direção na montagem da Comissão Provisória de Reajustamento e do Estado Maior leais a ela.

A polarização dos apoios mostrou que a etnicidade teve lugar central na crise, pois como já dito, Chipenda, realçando sua identidade ovimbundo, não teve dificuldades em mobilizar os guerrilheiros do centro-sul. A direção, por sua vez, soube se fortalecer através da aliança com os Tchokwes, se valendo da antiga rivalidade existente entre Ovimbundos e Tchokwes³².

Outro fator que acirrou ainda mais os ânimos foi o acordo entre Agostinho Neto e Holden Roberto para a formação do Conselho Supremo de Libertação de Angola (CSLA) em dezembro de 1972, com o objetivo de reativar a 1ª Região. Este ato foi visto como mais uma prova de traição e de que os interesses do movimento só estavam voltados para o norte.

A perda do apoio Tchokwe e o desenrolar do Reajustamento amplamente favorável à direção levaria Chipenda a abandoná-lo antes de seu término, em meados de 1973, entrando em dissidência declarada.

Embora o Reajustamento tenha figurado como a proposta de discussão mais alargada da história do MPLA até aquele momento, o seu fracasso e a impossibilidade de uma solução negociada da crise está relacionado a um padrão de comportamento da direção que, extremamente centralizador, na prática, não aceitava o questionamento aberto. Justamente por isso, sua resposta consistiu, grosso modo, em afirmar que Daniel Chipenda, taxado de “tribalista” e colaboracionista da Unita, fora movido por ambições pessoais, pois aspirava tornar-se líder do MPLA.

A acusação de tribalista e racista, tão explorada na retórica oficial, não pode ser na análise proposta suficiente (em si mesma) para o entendimento do conflito. Isso significa dizer que a questão não foi uma diferença essencial entre brancos e negros ou entre as diferentes regiões e seus grupos étnicos, como se etnicidade e racismo preexistissem às relações sociais, como algo dado, e não construído. Ao contrário, assumir que a contestação de Daniel Chipenda teve um caráter étnico-racial, não pode encobrir o fato de que realmente houve reivindicações acerca dos problemas da luta e

³² Segundo Pepetela, os Tchokwes acusavam os Ovimbundos de terem levado os portugueses em direção a Lunda. Entrevista de Pepetela a Marcelo Bittencourt, Luanda, 6 de fevereiro de 1995.

interesses não correspondidos de uma série de integrantes do grupo de Chipenda que almejavam melhores posições no movimento.

2.3 REAJUSTAMENTO NA FRENTE NORTE

Apesar de não ter evitado o agravamento da crise e a cisão com o grupo de Chipenda, o Reajustamento foi levado para a Frente Norte no ano de 1973. Diferentemente do leste, a luta no norte não chegou a alcançar as mesmas conquistas. Basta lembrar que a luta na 1ª Região foi mais pela sobrevivência do que propriamente contra o colonialismo. Desde a sua abertura em 1961, sofria com a escassez de alimentos, vestuário, remédios, armamentos e de homens³³, além dos constantes ataques da FNLA, situação que piorou ao longo do tempo. Em Cabinda, na 2ª Região, a luta também se encontrava em estado de estagnação, diante da dificuldade de mobilização popular e penetração no território, agravado pelo reforço militar português decorrente da descoberta de petróleo no enclave.

No início da década de 1970, os problemas de ordem militar resvalariam para questionamentos a respeito da capacidade da direção de gerir a luta, mas não só. Um outro aspecto explosivo seria a forma como os problemas seriam absorvidos ou visualizados através de uma lente moldada pela perspectiva racial. Em 1972, alguns comandantes da 1ª Região, acusando a direção de negligenciar a luta naquele território, prenderam Lucio Lara, coordenador da 2ª Região, sob a alegação de que ele era representante e defensor dos interesses dos mestiços e brancos, supostamente os responsáveis pela caótica situação no norte. A intervenção do governo do Congo-Brazzaville garantiu a libertação de Lara, mas o episódio evidenciou que existia uma percepção da diferença entre a base de militantes e os representantes do MPLA em Brazzaville verbalizada em termos raciais. O texto produzido por Monstro Imortal, Valódia, e outros comandantes da 1ª Região apresenta, claramente, uma leitura e uma justificativa racial para os problemas enfrentados:

³³ Embora não tenha alterado substancialmente as condições vividas a longo prazo, é preciso recordar que a direção enviou, a partir de Brazzaville dois destacamentos – Camilo Cienfuegos (1966) e Kamy (1967) – com o objetivo de reabastecer a 1ª Região. Mas os combates com guerrilheiros da FNLA e com os portugueses fez com que poucos homens do MPLA conseguissem chegar a 1ª Região.

Porquê que se encontra em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? Se os deveres são iguais, porque é que não haja igualdade? São apenas os angolanos obrigados a ir em frente do canhão, enquanto que estes ocupam os postos da rectaguarda sobretudo centro dos mestiços em Brazzaville. Este aspecto visa precisamente para conservar as suas vidas, para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos Ministérios; porque na verdade eles não estão dispostos a dar suas vidas pela causa da pátria, esperando que tudo se faça pelo sacrifício de alguém. Esta posição é oportunista. [...] Existe mais privilégios para os intelectuais mestiços, em busca ou em visita aos seus familiares, em França, em Argel, etc., etc. São aceites em constituir famílias com estrangeiras, direitos esses que os puros filhos de Angola não os têm. [...] Quem são os chefes? São exatamente, os mestiços e certo número de portugueses que dirigem e controlam pelas atividades nos organismos no Movimento [...] Nós militantes, filhos de origem da camada mais explorada, pedimos a substituição imediata de todos os mestiços, ao nível da direcção do Movimento, assim como em outros departamentos que constituem a segurança e a vida do Movimento e da Luta. (Manifestação Político-Militar dos Militantes na II Região, TALI, 2001, Anexo 6, Documento A)

De forma bastante radical, o texto constrói um jogo de inclusão/exclusão sobre os direitos a participação na luta e a nacionalidade, fazendo uma hierarquização (racial), em que os negros, chamados de angolanos e “puros filhos de Angola”, tinham plenos direitos. Os mestiços, classificados de “oportunistas” e “intelectuais” tinham sua legitimidade questionada e por fim, os brancos, que ao serem denominados de “portugueses” foram, de antemão, destituídos de quaisquer direitos.

Embora houvesse naquela altura quadros brancos e mestiços na administração do movimento, a direcção sabia que essa presença podia ser contestada, como foi no manifesto supracitado. Justamente por isso, a integração de nacionalistas angolanos brancos e mestiços simpatizantes do MPLA ainda no início da década de 1960 foi feita de maneira bastante lenta e cautelosa pela direcção que receava ter que explicar essa arregimentação aos militantes negros e aos países africanos que o apoiava. Na Argélia, o Centro de Estudos Angolanos, localizado em Argel, funcionou durante alguns anos

quase que como um exílio para Pepetela, Adolfo Maria, Sócrates Dáskalos³⁴, Maria do Céu Carmo Reis, entre outros brancos e mestiços que aguardavam pela resposta ao pedido adesão ao MPLA.

De volta a Dolisie, a decisão da direção após a assembleia convocada para tentar solucionar a crise com os militantes da 1ª Região mostrou a permeabilidade e a força do questionamento racial, pois mesmo se afastando da posição extrema dos contestatários, recomendava-se aos mestiços que participassem mais efetivamente na luta de libertação e decidiu que os brancos não deviam exercer funções de comando e ter acesso a assuntos confidenciais. (Resolução da Reunião ocorrida em Dolisie em abril de 1972, TALI, 2001, Anexo 6, Documento B)

Foi esse ambiente de desânimo e desagregação que levou a direção a lançar o Movimento de Reajustamento na Frente Norte, em 1973, como um novo esforço de resolver essas clivagens. Diferentemente do que ocorreu no leste, em que as comissões provisórias foram eleitas em assembleias, no norte os nomes que integrariam as comissões foram indicados por Agostinho Neto, o que objetivava manter a situação sob controle.

Segundo Adolfo Maria, um dos militantes escolhidos para integrar o grupo ativo, o processo se iniciou com reuniões que ocorreram na base Esperança, próximo a Dolisie. Em seguida, esses militantes se separaram e se espalharam para as localidades de atividade do MPLA como Brazzaville, Matsende e as bases Kalunga e Enérgico, para avaliar os problemas e tentar corrigi-los. Na base de Kalunga, para onde Adolfo Maria foi enviado, ficou exposta a corrupção e o desinteresse dos dirigentes, que extorquiam dinheiro dos recrutas e desviavam equipamentos destinados a base. Após o apuramento final das queixas, Adolfo Maria voltou a Brazzaville e participou de reuniões de discussão com outros militantes ativos – Maria do Céu Carmo Reis, Gentil Viana, Monstro Imortal, entre outros – que concluíram que os objetivos não tinham sido alcançados e por isso, era necessário um aprofundamento no Reajustamento, com mais discussões entre os militantes.

³⁴ Sócrates Dáskalos escreveu um livro intitulado “Um Testemunho para a História de Angola” (2000) em que detalha essa passagem dos angolanos brancos e mestiços pela Argélia e sua angústia pela espera de uma resposta do MPLA.

Perante essas conclusões, primeiro Lucio Lara e depois o próprio presidente Neto rejeitaram a proposta de continuidade do Reajustamento. Na reunião geral dos militantes ocorrida em fevereiro de 1974, Neto, “visivelmente irritado, afirmou que se havia intelectuais que queriam continuar em discussões políticas então que continuassem porque ele iria para as bases para fazer a guerra”. (Entrevista de Adolfo Maria, PIMENTA, 2006, p. 107) Com estas palavras, a etapa de discussões do Reajustamento foi oficialmente encerrada, ao contrário do que desejava aquele grupo de militantes. A assembleia geral convocada por Neto para eleger a Comissão Provisória do Reajustamento e o Estado Maior da Frente Norte, ainda contou com a participação dos chamados contestatários. O clima de intimidação criado pela direção, levou este grupo a abandonar a assembleia e marcou o início de uma nova cisão.

Diante do resultado negativo do Reajustamento e o acirramento dos problemas, aquele grupo passou a se reunir em Brazzaville para discutir as controvérsias no MPLA e propor soluções. Foram feitos contatos com militantes ou ex-militantes afastados para fortalecer o movimento de contestação que seria lançado, que passou a contar com o apoio de nomes como João Vieira Lopes, Amélia Mingas, Luis Carmelino “Jota”, Manuel Videira, entre outros. Receando uma reação violenta por parte da direção, o grupo buscou a proteção e apoio logístico do governo do Congo-Brazzaville.

Entretanto, o lançamento da contestação entrecruzou-se com a derrubada do governo de Marcelo Caetano, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de abril de 1974³⁵, pondo fim definitivo ao salazarismo e colocando em xeque o governo que sustentava a manutenção das colônias na África. Deste modo, ao se vislumbrar, finalmente, um caminho mais curto para independência, surgiu entre os próprios revoltosos o questionamento a respeito do prosseguimento ou não da contestação, o que representou a perda de apoios daqueles que acreditavam que as regras do jogo haviam mudado e que era um momento importante de união.

Todavia, longe de pôr um ponto final à contestação, o 25 de abril de 1974 para alguns significou, mais do que nunca, o momento chave para resolver os problemas do movimento. Em 11 de maio de 1974 foi lançado um Apelo a todos os militantes e quadros para que se fizesse uma análise da situação em busca da reestruturação da

³⁵ Vídeo com imagens e comentários sobre o 25 de abril de 1974. <http://www.youtube.com/watch?v=V7n3p7Hxcv4> Acessado em 28/01/2012.

organização. O texto destaca, de início, o perigo que corria o MPLA de desagregar-se completamente, diante da falta de estímulo, recursos e homens, atribuídos a incapacidade da direção de gerir a luta.

Um tema fundamental para os membros da Revolta Ativa, que é como passaria a ser conhecida essa manifestação de contestação, foi o do direito a nacionalidade baseado no critério de participação na luta de libertação e não fundamentado em um critério racial. Essa perspectiva buscava garantir a inclusão na nação angolana dos militantes brancos e mestiços do MPLA, que estavam sendo colocados progressivamente à sombra, ainda que o discurso oficial afirmasse que não havia considerações de ordem racial, étnica e social:

A exploração e a opressão coloniais constituem o maior flagelo para grande maioria dos sectores sociais da nossa população, e isso, independentemente da sua origem racial, étnica ou nacional. A Nação angolana está em formação e todos os que lutam realmente contra o inimigo colonialista são objectivamente nacionais angolanos. (Apelo da Revolta Ativa aos quadros do MPLA, Brazzaville, 11 de maio de 1974, TALI, 2001, Anexo 10, Documento A)

A proposta de criação de uma frente unida para independência de Angola era um desdobramento desta leitura ampliada da nacionalidade angolana, que previa a inclusão de todos os movimentos e militantes da luta pela independência “independentemente da sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade dos seus antepassados”. (Apelo da Revolta Ativa aos quadros do MPLA, Brazzaville, 11 de maio de 1974, TALI, 2001, Anexo 10, Documento A) O fim do documento guarda espaço para reivindicar democracia no MPLA e criticar o chamado “presidencialismo absoluto” de Agostinho Neto, responsabilizado pela paralisia dos militantes, corrosão das estruturas e péssima administração dos fundos do movimento.

A resposta de elementos leais a direção do MPLA veio através de sua representação em Argel. Escrito em junho de 1974, o documento intitulado “A Propósito de Concepções Erradas no Seio do Movimento de Libertação Nacional”, acusou a Revolta Ativa de querer instalar uma “solução neocolonial para Angola”,

segundo a justificativa de que era liderada pela pequena burguesia, não ultrapassando um reduzido número de intelectuais. (BITTENCOURT, 2008, p. 228)

Na batalha de acusações, esta qualificação dos revoltosos ativos como intelectuais oportunistas também foi feita pela direção, para afastar qualquer tipo de discussão a respeito do que havia sido levantado pelo Apelo. Para entender a força desta acusação, é preciso lembrar que historicamente, foi se construindo no MPLA uma percepção negativa dos intelectuais, desde a crise de Viriato da Cruz (1962-1964) até o episódio da prisão de Lucio Lara (1972).

Outro argumento que aparece em defesa da direção nesta disputa, embora não tenha sido produzido por ela, é o de ordem racial. Um panfleto anônimo que circulou em Brazzaville, realçou o fato do grupo ser constituído, em sua maioria, por mestiços e brancos, os identificando também como intelectuais burgueses. Além disso, buscou o ataque e a desqualificação rápida de alguns de seus integrantes, afirmando que uns haviam abandonado a luta, vivendo luxuosamente no exterior, enquanto outros se afastaram da luta de libertação para viver junto à elite congoleza. (Panfleto Anônimo, redigido em Brazzaville em resposta ao Apelo da Revolta Ativa, TALI, 2001, Anexo 10, Documento B)

Apesar de não ter havido diálogo entre a direção e os revoltosos ativos, um dos objetivos dos autores do Apelo de realizar um congresso do movimento que pudesse discutir todos os seus problemas foi atendido, não por vontade da direção, que já havia se mostrado pouco disposta a debates, mas por fortes pressões dos governos dos países africanos como o Congo-Brazzaville, a Zâmbia e a Tanzânia.

2.4 O CONGRESSO DE LUSAKA E A CONFERENCIA INTER-REGIONAL

O Congresso de Lusaka foi realizado em agosto de 1974 na capital zambiana, após uma complexa negociação entre a direção, as duas dissidências (Ativa e do Leste) e os países africanos já citados. Com a presença de delegados representantes de todas as facções do MPLA, o personagem que mais se destacou, defendendo a direção, foi Nito Alves, guerrilheiro que lutou na 1ª Região. Seu discurso foi claramente de ataque às

dissidências, sobretudo a Ativa, qualificando seus integrantes como “intelectuais” que tinham se distanciado da luta de libertação, para viver “confortavelmente” em Brazzaville. Esse tipo de acusação mostrou que, mais uma vez, não haveria espaço e menos ainda interesse, na conciliação interna, já que estava em jogo a luta hegemônica pelo poder político. A saída prematura da direção, seguida pelos integrantes da Revolta Ativa, confirmaria o fracasso do Congresso.

Agostinho Neto permanecia como líder do MPLA, embora essa estratégia política tenha custado a fragmentação quase total do movimento. A saída para o fortalecimento da autoridade da direção e reorganização do movimento foi a realização da Conferência Inter-Regional de Militantes, compreendido como o “verdadeiro” congresso do MPLA. Excluindo os integrantes das dissidências, a conferência ocorreu dentro das fronteiras de Angola, o que representava simbolicamente a capacidade da direção de mobilizar seus quadros, ao mesmo tempo que indicava a ilegitimidade do Congresso de Lusaka, realizado no exterior e sob forte pressão dos países africanos.

A conferência marcou a convergência política dos militantes fiéis a direção, já que a autoridade e a legitimidade de Agostinho Neto não foi posta em causa. No entanto, a direção teve a difícil tarefa de tentar conciliar os dois tipos de partidários reunidos, os guerrilheiros das matas e os ativistas da luta clandestina urbana. Grosso modo, esses dois grupos apresentavam trajetórias de vida que condicionaram visões distintas sobre o processo de transição para a independência. Um dos pontos de maior divergência dizia respeito ao direito a nacionalidade dos brancos. Esse foi um tema sempre evitado nos debates ao longo da luta de libertação, pois traria a tona posições racistas anti-brancas que podiam enfraquecer ainda mais a já frágil unidade do movimento.

Entretanto, a Conferência Inter-Regional ocorreu em um contexto de proximidade à independência angolana, em que a discussão do tema da nacionalidade não podia mais ser postergada. Estabeleceu-se duas posições opostas, uma contrária a concessão automática da nacionalidade aos brancos, defendida pelos guerrilheiros da 1ª Região e pela maioria dos ativistas da luta clandestina urbana. A outra posição formulada pelos delegados da Frente Leste, baseada nos princípios dos estatutos do movimento que afirmava que a luta era contra o regime colonial e não contra uma dada

raça, era a favor da concessão da nacionalidade desde que os brancos tivessem participado da luta de libertação.

A resolução aprovada pela direção do MPLA ao final da conferência foi favorável ao direito à nacionalidade aos brancos condicionada a participação na luta de libertação.

1. O direito de permanência no país para todos os estrangeiros que se sujeitem as leis e que não sejam abrangidos pelo ponto 5; 2. Direito de nacionalidade reconhecido a todos os que nasceram em Angola e a todo o estrangeiro que participou na luta de libertação nacional; 3. Direito de nacionalidade para todos os filhos de estrangeiros nascidos em Angola, com direito de opção da nacionalidade dos progenitores [este ponto foi eliminado]; 4. Direito de naturalização para os estrangeiros que satisfaçam as condições previstas pela lei; 5. Negado o direito de nacionalidade a todos os estrangeiros que atentem, por actos comprovados, contra a luta de libertação e a dignidade do Povo angolano; 6. Reafirmar o programa do MPLA em todos os pontos relativos a comunidade estrangeira de Angola, quer no respeitante aos direitos da pessoa humana, quer no respeitante a protecção dos seus bens. (O Problema da Comunidade Branca, apud TALI, 2001, p. 227)

O item número 2 é particularmente flagrante da divisão racial, pois até que se provasse o contrário, brancos e mestiços eram considerados estrangeiros. A necessidade de preencher o requisito de participação na luta de libertação e a recusa do direito automático, garantido aos negros, era a expressão de um preconceito racial que evidenciava que a ordem racial colonial ainda povoava as mentes dos homens e mulheres do MPLA. Brancos e mestiços estavam mais uma vez em uma situação delicada, sob o olhar desconfiado do movimento pelo qual dedicaram anos de suas vidas.

Embora a conferência tenha sido palco de discussões polêmicas, como a questão da concessão da nacionalidade, ela representou uma grande vitória da direção, que em termos políticos conseguiu reorganizar e alargar as estruturas do movimento, com a

criação de um Comitê Central e de um Bureau Político, em um momento chave de expectativa pela transferência do poder político aos angolanos.

Logo após a Conferência, em 21 de outubro de 1974, Agostinho Neto foi o último dos três líderes nacionalistas a assinar junto às autoridades portuguesas o acordo de cessar-fogo³⁶, o que colocou um ponto final a uma guerra de treze anos de duração. Definitivamente os acontecimentos tinham se acelerado. Em menos de seis meses a direção do MPLA conseguiu sair da crise desencadeada pela Revolta Ativa, se reestruturar e se colocar como único representante do MPLA, marginalizando as duas dissidências.

Embora a guerra tivesse terminado, os três movimentos permaneciam inconciliáveis. Mas para que as negociações com Portugal a respeito dos termos da independência e da transferência do poder político avançassem, foi preciso um esforço de cada um dos três movimentos de aproximação e de diálogo. No fim de 1974, já havia um consenso em relação ao “princípio da legitimidade revolucionária”, o que restringia apenas a eles a partilha do espaço político angolano, excluindo as organizações não-armadas de qualquer direito.

No início de janeiro de 1975 houve o primeiro encontro entre os três movimentos em Mombaça, no Quênia, em que reconheceram a importância de se considerarem como parceiros independentes com direitos e responsabilidades iguais. Admitiram colaborar entre si e com as autoridades portuguesas durante um período de transição para a independência, proclamando o princípio da integridade territorial de Angola dentro das suas fronteiras coloniais e aceitando o princípio de que todos os habitantes de Angola, qualquer que fosse sua origem étnica, poderiam tornar-se cidadãos do novo país³⁷.

Duas semanas depois, representantes dos três movimentos voltaram a se reunir, desta vez com a participação das autoridades portuguesas, em Alvor, no Algarve em Portugal. No dia 15 de janeiro foi assinado o que ficou conhecido como o Acordo do Alvor, que deveria conduzir a independência de Angola. O acordo manteve os limites geográficos coloniais para Angola e determinou a criação de um governo de transição a

³⁶ A Unita de Jonas Savimbi assinou o cessar-fogo com os portugueses em 14 de junho de 1974 e a FNLA de Holden Roberto em 12 de outubro de 1974.

³⁷ O Acordo de Mombaça. IN: *Angola rumo à independência. O Governo de Transição – documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol, s./d. p. 21 – 27.

ser presidido por um colégio presidencial, constituído pelos três movimentos de libertação, que deveria entrar em vigor em 31 de janeiro. Fixou o dia 11 de novembro de 1975 como data para a proclamação da independência de Angola e estabeleceu como tarefa prioritária a organização de eleições gerais para Assembleia Constituinte³⁸.

Dezesseis dias após a assinatura do Acordo do Alvor foi empossado o Governo de Transição. O colégio presidencial foi formado por Johnny Eduardo (FNLA), José N'Dele (Unita) e Lopo do Nascimento (MPLA). O General Silva Cardoso assumiu as funções de alto-comissário representante de Portugal. Logo no início, já ficou claro que seria difícil manter a coabitação política entre os três movimentos, pois as frequentes trocas de acusações não cessaram com fim da guerra.

O clima de desacordo reinante pode ser facilmente percebido através do periódico *A Província de Angola*. No dia 8 de maio, o citado jornal publicou um comunicado do bureau político do MPLA e outro da FNLA, datados de 7 de maio de 1975. Nessa ocasião o MPLA se defendeu da acusação feita pela FNLA de que lançaria em poucos dias um ataque contra a população branca de Luanda, afirmando que não passavam de “manobras dos inimigos do Povo [...] para confundir os dados, excitar os ânimos e cavar o fosso racial”. (Jornal *A Província de Angola*. Comunicado do Bureau Político do MPLA, 08/05/1975) A FNLA, por sua vez, respondeu dizendo que estava surpresa com a acusação do MPLA, pois julgava não haver dúvidas de que o MPLA havia formado milícias em Luanda que eram responsáveis pelo assassinato de militantes da FNLA e também da Unita.

Rapidamente o governo de transição em Angola transformou-se em um espaço privilegiado de conflitos e disputas entre os três movimentos. Os membros do governo agiam mais como membros dos movimentos de libertação, do que como membros de um gabinete ministerial, o que paralisou a instalação dos diversos órgãos previstos no Acordo do Alvor, como a criação de uma Força Armada integrada, o estabelecimento da lei eleitoral e a redação da lei fundamental. (TALI, 2001, p. 103)

Os incidentes armados envolvendo militantes dos movimentos de libertação se tornaram cada vez mais frequentes. Cada um procurava consolidar e expandir o controle

³⁸ O Acordo do Alvor na íntegra está disponível no site do Centro de Documentação 25 de Abril <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21> Acessado em 16/03/2012.

de áreas de influencia de modo a garantir uma atividade política exclusiva, expulsando os rivais. Evidentemente que a disputa por Luanda seria a mais sangrenta e importante, pelo peso político que a cidade guardava. O MPLA, estabelecido na capital desde meados de 1974 e contando com maior apoio da população, conseguiu expulsar seus rivais da cidade em julho de 1975.

A partir de então e até as vésperas da proclamação da independência, o MPLA contando com o apoio fundamental de tropas cubanas que chegavam ao país em número cada vez maior, conseguiu manter o controle de Luanda, suportando os ataques das tropas da FNLA vindas do norte e das tropas da Unita vindas do centro-sul.

CAPITULO III

RACISMO E ETNICIDADE: DO PARTIDO ÚNICO AO MULTIPARTIDARISMO

Do ponto de vista cronológico, este capítulo cobrirá um longo período que vai desde a independência em 1975 até as eleições gerais de 1992. Estando o MPLA na direção do Estado independente, verificaremos qual foi o lugar ocupado por raça e etnia no projeto político-social do homem novo e qual foi sua repercussão na sociedade angolana pós-colonial. Traçaremos um panorama da década de 1980, passando pelas negociações dos acordos de paz entre o governo (MPLA) e a guerrilha (Unita), em 1991, que determinou a realização de eleições gerais no país. Terminaremos analisando a campanha eleitoral polarizada entre o MPLA e a Unita e as eleições de 1992 sob a ótica étnico-racial.

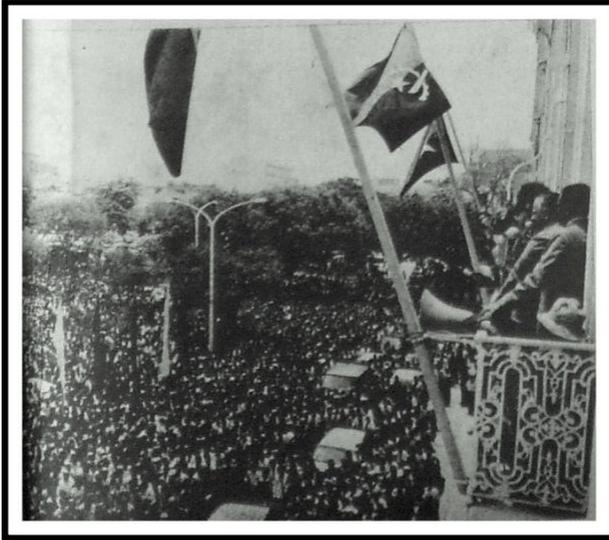
3.1 PROCLAMAÇÃO UNILATERAL DA INDEPENDÊNCIA

Em 11 de Novembro de 1975, o MPLA proclamou unilateralmente a independência de Angola³⁹, ao mesmo tempo em que a coligação FLNA-UNITA⁴⁰ também o fez no Huambo. Embora tenha havido concorrência, foi o MPLA que obteve as condições necessárias para consolidar o novo Estado independente, presidido por Agostinho Neto.

³⁹ Um vídeo com um pequeno trecho da declaração de independência feita pelo MPLA está disponível no site <http://www.youtube.com/watch?v=M3EVavA-6VY> Acessado em 04/02/2012.

⁴⁰ Em 19 de outubro de 1975, o MPLA já havia tomado a decisão de proclamar unilateralmente a independência em Luanda. Para enfrentar essa situação desfavorável, a FNLA e a Unita se coligaram e através de uma frágil e pouco duradoura aliança.

Imagem 11: Multidão aglomerada em frente a Câmara Municipal de Luanda para a cerimônia de investidura do Presidente Agostinho Neto



Fonte: *Jornal de Angola*, 13/11/1975

O MPLA venceu a disputa travada desde julho de 1975, pelo domínio da capital Luanda, conseguindo expulsar a FNLA para o norte e a Unita para o centro-sul. Essa vitória lhe garantiu a transferência oficial do poder político. A vantagem do MPLA se fortaleceria ainda mais com o respaldo internacional obtido com a presença na solenidade de proclamação da independência das delegações de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Comores, Guiné-Conakry, Coreia do Sul, antiga Iugoslávia, Romênia, República Popular do Congo, Brasil e os representantes do PCP, do Movimento de Esquerda Socialista, da OSPAA (organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia), entre outros.

Imagem 12: Chegada das delegações estrangeiras em Luanda para assistir as celebrações da independência angolana



Fonte: *Jornal de Angola*, 11/11/1975

Na direção do novo Estado angolano, o MPLA tinha pela frente o desafio de implementar o seu projeto político nacionalista. Isso implicava em uma determinada perspectiva sobre o processo de construção da nação. Nação é um conceito que embora já bastante estudado por diversos autores – como Ernest Gellner (1983), Anthony Smith (1991) e Eric Hobsbawm (1990) – não é de fácil definição. Talvez a mais conhecida seja a de Josef Stálin (1912), “uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural”. (STÁLIN *apud* HOBSBAWM, 1990, p. 24)

Apesar de criticada por sua pretensão universalista e por seu enquadramento demasiado rígido, essa definição apresenta alguns critérios objetivos que ainda são admitidos pelos estudiosos do tema como parte importante da compreensão do fenômeno nacional. À língua, ao território e à história, é associado o elemento subjetivo da adesão consciente, individual ou coletiva, a empresa nacional.

No caso angolano, tal como em diversas outras ex-colônias, o território nacional seguiu a mesma configuração geográfica colonial. Do mesmo modo, a língua nacional passou a ser oficialmente a língua do colonizador, ou seja, o português. Além disso, o MPLA se esforçou em usar o passado colonial – com a recorrente expressão “500 anos de exploração” – para afirmar uma história nacional comum.

Determinadas as questões objetivas, restava ainda ao MPLA construir um sentimento de lealdade nacional. Mas quem eram os “nacionais”? A discussão sobre

nacionalidade já tinha sido esboçada na Conferência Inter-Regional de Militantes, ocorrida em fins de 1974. A necessidade de preencher o requisito de participação na luta de libertação e a recusa do direito automático, garantido aos negros, era a expressão de um preconceito racial que criou um mal-estar entre brancos e mestiços. Tal critério pareceu uma forma de “pagar” uma nacionalidade que devia ser inerente aos naturais de Angola.

No contexto pós-independente, a chamada Lei da Nacionalidade desfez o impasse em relação ao condicionamento da concessão da nacionalidade aos brancos e mestiços, não fazendo nenhuma referência de natureza racial. Os angolanos foram definidos como sucintamente expresso no Artigo 1º da referida lei: “são cidadãos angolanos de pleno direito todos os indivíduos nascidos em Angola, bem como os não naturais de Angola filhos de mãe ou de pai angolanos.” (Lei da Nacionalidade. Jornal de Angola, 13/11/1975)

Em que pese a definição jurídica, dizer quem pertence a nação não faz com que os indivíduos sintam-se necessariamente nacionais. Em Angola, o projeto nacional competia com as lealdades e rivalidades étnico-raciais. Não é novidade que o MPLA desde muito cedo se manifestava publicamente contrário a distinções de natureza étnica, racial e regional. Já nas resoluções da 1ª Conferência Nacional ocorrida em Dezembro de 1962, o MPLA posicionava-se “contra o tribalismo, o regionalismo, o sectarismo, a intolerância racial e contra as distinções de carácter político e religioso”. (Comunicado da Primeira Conferência Nacional do MPLA. Boletim do Militante, nº 7, Outubro de 1977, p. 8) Evidentemente que, como vimos nos capítulos anteriores, esse tipo de afirmação não impediu que as crises que ocorreram durante a luta de libertação ganhassem características ora raciais ora étnicas.

De fato, foi justamente por conta da experiência dos conflitos étnico-raciais na luta anticolonial que após a independência, o discurso contra o “tribalismo” e o racismo permaneceu. E foi por medo de exacerbar os particularismos identitários que se tornou parte importante do discurso sobre a nação. Seguiu-se por uma via, comum a países que adotaram regimes socialistas, da tentativa de supressão dos vínculos tradicionais, sobretudo étnicos. (CHICHAVA, 2008) Na esteira desta repressão, também as religiões africanas foram desprezadas e marginalizadas pelo Estado, com os rótulos de “anticientíficas”, “anti-humanas”, “obscurantistas”, “reacionárias” e “antinacionais”.

Como disse certa vez Samora Machel, ex-presidente de Moçambique, era preciso “matar a tribo para construir a nação”. Nesse mesmo sentido, Agostinho Neto costumava dizer que era necessário “destruir o velho para construir o novo”.

3. 2 “DESTRUIR O QUE É MAU E EDIFICAR O QUE É BOM”

Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo. (A Histórica Proclamação do Presidente da República. Jornal de Angola, 11 de novembro de 1975, p. 2)

Conquistada a independência política, o MPLA entendia que era preciso travar uma batalha ideológica contra as “heranças coloniais”. Nessa direção, buscou implementar um projeto político-cultural que ambicionava a transformação dos angolanos em homens novos. Esse objetivo estava previsto na constituição angolana em seu Artigo 5º:

Será promovida e intensificada a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo. (Lei Constitucional. Artigo 5º, Luanda, 1977, p. 8)

O projeto do homem novo tinha por meta não só a destruição do “velho”, ou seja, do regionalismo, do “tribalismo” e do racismo; mas fundamentalmente almejava a construção do “novo”, com a edificação de uma cultura nacional, no sentido da constituição de novos significados, atitudes e valores. A construção da nova cultura era uma operação delicada, pois estaria enraizada nas tradições culturais das populações, sem que isso significasse uma “re-etnização”. (CABAÇO, 2009) A ideia era criar uma “personalidade angolana” adaptada à sociedade socialista que se pretendia construir. Nas palavras de Lucio Lara, Secretário do Bureau Político e segundo homem do MPLA:

Trata-se de fazer renascer os nossos valores culturais, revigora-los com os conhecimentos científicos que adquirimos, criando uma nova cultura, fundada na nossa originalidade, mas adaptada à Nova Sociedade que pretendemos construir e ao Novo Homem angolano, que queremos criar. [...] Nesse sentido, procuraremos afirmar e desenvolver a nossa personalidade angolana. (Declaração do Bureau Político do MPLA. Jornal Angolense, 20/11/1976, p.13 e 14)

Para a nova sociedade angolana, outro aspecto central era o desenvolvimento das forças produtivas sem a “exploração do homem pelo homem”. Os indivíduos, emancipados das amarras do colonialismo, deveriam se tornar qualificados tecnicamente, instruídos politicamente, produtivos, disciplinados e responsáveis. Convertidos em homens novos, estariam aptos a participar da gestão do Estado através da constituição do poder popular.

A instauração do Poder Popular deve caracterizar-se por uma clara posição revolucionária que exclua por completo o preconceito racial, ou regional ou tribal. Deve decididamente voltar-se para a unidade nacional, sob a direcção dos trabalhadores do campo e da cidade – os operários e os camponeses. (Coleção Resistência: Destruir o velho para construir o novo. Texto nº 7, Edição do Departamento de Informação e Propaganda (D.I.P), Junho 1976, p. 15)

A tarefa de assegurar uma cultura comum, base para a unidade nacional, ficou ao encargo do sistema público de educação, dos meios de comunicação e dos órgãos de socialização popular, ligados ao movimento. O MPLA se considerava, à semelhança de outros regimes africanos centralizadores que defendiam o partido único, a única força política da sociedade. Ao se reconhecer como “a vanguarda” de Angola, não é de se estranhar que controlasse todos os “lugares” com potencial transformador.

No domínio do ensino, o Ministério da Educação sob a direção de António Jacinto, lançou uma ampla reforma educacional. Campanhas de alfabetização foram

realizadas em todo o país buscando diminuir o altíssimo índice de analfabetismo, que segundo fontes oficiais era da ordem de 85%. (Resolução sobre Educação e Cultura. Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, 1976, p. 47) O novo sistema de ensino regular foi dividido nos níveis de alfabetização, primário, secundário e médio. Havia também o ensino superior, promovido pela Universidade de Angola, que substituiu a antiga Universidade de Luanda fundada no período colonial. Em todos os segmentos do ensino, a política educacional nacional objetivava difundir uma nova ordem social, política e econômica.

Coloquemos a instrução, a educação e a cultura viradas para a construção de um Homem Novo. [...] As escolas, nesta ofensiva, devem ser frentes de combate, enérgico e consciente, contra o analfabetismo e o obscurantismo, tornando-se centros de difusão de uma mentalidade nova, da cultura nacional, e do conhecimento político, técnico e científico, factores de extrema importância para o avanço da revolução. E uma vez que é a juventude que vai continuar o processo revolucionário angolano, é nesta frente, começando pelos pioneiros, que se devem combater todos os vícios e práticas do sistema de discriminação e exploração. (Declaração do Bureau Político do MPLA. Jornal Angolense. 20/11/1976, p.13)

A declaração do Bureau Político evidenciava o papel da educação como uma “base revolucionária” onde se forjava o homem novo. A serviço da via socialista adotada pelo MPLA, a escola deveria funcionar como um celeiro para a formação de novos quadros técnicos, científicos e culturais, capazes de exercer satisfatoriamente suas respectivas funções laborais. Isso ganhava ainda mais importância diante da dramática falta de quadros, provocada pelo êxodo maciço dos colonos portugueses responsáveis pela administração colonial e pelos diversos setores produtivos⁴¹.

Os manuais escolares foram o melhor exemplo da instrumentalização do ensino. A título de ilustração, vejamos o que diz a introdução do manual intitulado “História de

⁴¹ Buscou-se minimizar o impacto da falta de quadros com o apoio internacional, sobretudo com o auxílio de cooperantes do campo socialista. No caso angolano a cooperação mais expressiva foi a cubana, que não se restringiu ao ensino, mas também abrangeu a saúde, as Forças Armadas e outros ramos da economia nacional.

Angola”, elaborado em 1976 pelo Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar de Angola:

Este estudo poderia aparentemente conduzir a conclusões apressadas no que respeita à diversidade do povo angolano: mas, convenientemente aprofundado, permitirá antes concluir sobre os factores da unidade cultural, tão sufocados e mistificados nos últimos séculos pela opressão colonial. É a unidade cultural do povo angolano que para lá da diversidade se há-de encontrar através da história nacional. [...] Encontrar-se-ão, assim esperamos, o passado do povo angolano, as raízes da nossa cultura e da nossa identidade nacional. (Manual escolar “História de Angola”, Ministério da Educação, Luanda, 1976)

O trecho da introdução revela um esforço do manual em construir um passado nacional, uma operação que converte a história pré-colonial dos grupos étnicos em uma história angolana que teria “sobrevivido” ao colonialismo. A advertência explícita feita ao leitor para que não tirasse “conclusões apressadas” reforça a percepção de que a diversidade estava ali colocada a serviço da nação.

Tal como a política educacional, a imprensa também participou do esforço de construção da nova identidade cultural e política. A matéria citada anteriormente sobre a declaração do Bureau Político é apenas uma entre muitas outras publicações com caráter propagandístico do governo. O jornal *Angolense*, assim como o *Jornal de Angola*, o *Diário de Luanda*, a Rádio Nacional e a recém-fundada Televisão Popular de Angola (TPA) formavam um conjunto de meios de comunicação que estava sob a chancela do Ministério da Informação.

A política de informação do MPLA orientava e controlava o conteúdo veiculado, direcionando-o frequentemente para a exaltação da nova nação, da classe trabalhadora e para o desenvolvimento dos chamados novos “hábitos”, “gostos” e “comportamentos”. Não raras vezes, divulgava-se uma listagem com mais de uma dezena de maus comportamentos que deveriam ser extinguidos, na medida em que atrasavam o “bom andamento da revolução”. Apenas a título de exemplo, vejamos alguns:

*Hoje em dia ouve-se falar muito em oportunismo, uma palavra que está em voga. [...] Existem oportunistas? Claro que sim e em abundância. [...] Mas o que quer dizer oportunismo? Vamos dar alguns exemplos elucidativos: [...] Um camarada ocupa um lugar importante, com poder de mando, na vida político-militar-governativa do País. Aproveitando-se disso beneficia os membros da sua parentela, do seu círculo de amigos, colocando-os, com a sua influência, em postos de trabalho bem remunerados, para os quais, muitas vezes, não possuem qualificação. Isto é oportunismo. [...] Uns ‘camaradas’ padeciam da terrível ‘doença’ da era colonial, a **branquice**, ‘doença’ que consistia em só considerar bom e bonito aquilo que provinha da raça branca, envergonhando-se de tudo quanto provinha da raça negra. Subitamente, depois de ‘25 de Abril dos tucas’, esses ‘camaradas’ adquiriram outra ‘doença’, a **negrice**, que, como o nome indica, é o inverso. Isto é oportunismo. (O oportunismo. Jornal Angolense, 04/09/1976, p. 37)*

Ainda que devamos considerar o limitado alcance dos jornais, por conta da alta taxa de analfabetismo, é digno de nota o caráter didático que a matéria acima expõe os exemplos de “oportunistas”. O segundo exemplo demonstra a permanência na sociedade pós-colonial de uma tensão racial herdada do colonialismo. A “doença da negrice” evidenciava uma valorização do negro que passava pela desqualificação do branco. Invertido os lugares de estigmatização de outrora, o racismo permanecia como uma “moléstia”, como um “mal” que devia ser curado.

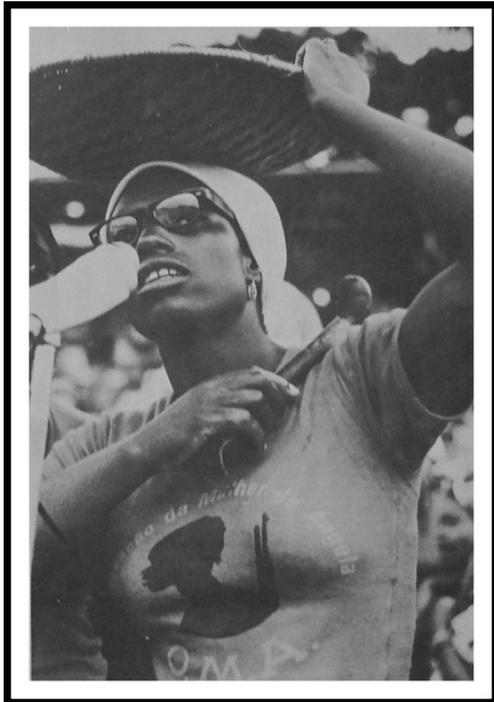
Esse aspecto educativo se repetia amiúde em programas radiofônicos e mesmo em outras publicações impressas. Declarações, comunicados, discursos de dirigentes e matérias sobre a experiência de países socialistas tentavam “elevar” o nível de consciência política e desenvolver um sentimento nacional.

Nesse processo de construção do homem novo enquanto projeto nacional, é preciso realçar outra base de mobilização coletiva, as organizações de massa do MPLA. Essas organizações tiveram origem durante a luta de libertação, com objetivo de defender demandas específicas dos diferentes grupos sociais – crianças, jovens, mulheres e trabalhadores. O enquadramento destas coletividades pelo MPLA permitiu, após a independência, uma ação político-ideológica mais eficaz do Movimento-Estado. As organizações de massas deveriam desempenhar um papel estratégico, funcionando como:

‘escolas de quadros’ mobilizadoras, organizadoras e dinâmicas, na formação do NOVO HOMEM e da NOVA SOCIEDADE. Como dizia Lenine: ‘Não se pode levar a cabo a ditadura, sem várias ‘correias de transmissão’ que vão da vanguarda às massas da classe operária e de esta às massas trabalhadoras. (O Partido na luta pela construção da nova Sociedade. Documentos do D.E.P. para o I Congresso, outubro de 1977, p. 24)

A Organização da Mulher Angolana (OMA) exercia atividades dirigidas ao ensino básico (alfabetização), a educação política, cultural e sanitária das mulheres. Segundo se pode inferir, a OMA tornou-se um local de luta contra as práticas discriminatórias das sociedades tradicionais⁴². A palavra de ordem contida no hino da OMA⁴³ “abaixo o tribalismo”, referia-se a uma rigorosa negação do papel relegado as mulheres como instrumentos de trabalho ou objetos sexuais. Estimulava-se a emancipação da mulher e a conquista da igualdade de direitos em relação aos homens.

Imagem 13: Integrante da OMA



Fonte: *Revista Notícia*, 15/02/1975

⁴² OMA, politização da mulher. *Revista Notícia*, 15/02/1975. *Boletim do Militante*, nº 57, 1979, p.2. Relatório do Comitê Central ao 1º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, 1980.

⁴³ “Avante OMA, Avante / Acabemos com [...] todo o tribalismo”. Hino da OMA. ARAUJO, 2005, p. 88.

Outra organização de massas era a Juventude do MPLA (JMPLA), composta por homens e mulheres entre 14 e 35 anos. Considerada um “viveiro de quadros” para o movimento e para o Estado emergente, era o lugar por excelência de formação do homem novo e de inculcação de uma devoção nacional. Afinada com as orientações gerais do MPLA e particularmente com o socialismo, a educação e a produção, a JMPLA pretendia mobilizar a juventude para a participação nos setores produtivos, na defesa da pátria, para o interesse pela ciência e pelo desporto. Desse modo, acreditava-se ser possível afastar os jovens da “vadiagem”, da ociosidade, da prática do “absentismo”, da corrupção, dos comportamentos pequeno-burgueses e, claro, das manifestações de “tribalismo”, racismo e regionalismo.

Uma importante atribuição da JMPLA era orientar e controlar a Organização dos Pioneiros Angolanos (OPA), dedicada a educação e formação das crianças angolanas entre 6 e 14 anos. Seguindo na mesma perspectiva das outras organizações de massas,

a organização de pioneiros angolanos, surgiu da necessidade de [...] educar as crianças dentro do espírito do Homem Novo, defensor intransigente da liberdade dos povos e combatente intrépido contra a exploração do homem pelo homem. São deveres do pioneiro angolano: ser estudante, estudar e difundir a justa linha política da vanguarda do nosso povo, o MPLA; lutar energicamente contra qualquer manifestação tribal, religiosa, regional e racial. (A OPA. ARAUJO, 2005, p.89)

Além das organizações de massas dos pioneiros, dos jovens e das mulheres, outro segmento social a que o MPLA dirigia especial atenção era o dos trabalhadores, organizados pela União dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). De fato, os trabalhadores eram, sob a ótica socialista, a força que deveria assumir a direção do país, o que só seria possível para o MPLA após a “descolonização das mentalidades”. A análise que se fazia era a de que o “tribalismo”, assim como o racismo e o regionalismo, eram fenômenos decorrentes da relação de produção capitalista colonial. Isso significava que para “superar essas taras”, como se referia Agostinho Neto, era necessário estabelecer novas relações de produção através da instauração de um sistema planificado, no qual, os meios fundamentais de produção passariam as mãos dos trabalhadores. Seria nessas novas bases que o homem novo surgiria.

Seguindo a palavra de ordem “a agricultura como base e a indústria como fator decisivo”⁴⁴, o tema da produção (e dos trabalhadores) conquistou um lugar central na política de Estado, sobretudo na política econômica. Diversas publicações condicionavam o sucesso da revolução ao aumento da produção, considerada “a base sobre a qual assenta toda a superestrutura ideológica da sociedade. Sem trabalho, sem produção, não há nada. A produção é a base da vida.” (O membro do MPLA-Partido do Trabalho é o agente mais dinâmico na transformação da sociedade angolana. Boletim do Militante, nº 37, 1978, p. 5)

O aumento da produção estava intimamente relacionado à mudança profunda de atitude do próprio trabalhador. Através da UNTA, dos sindicatos e dos Comitês de Ação do MPLA⁴⁵, veiculava-se a necessidade dos trabalhadores terem um comportamento exemplar no trabalho e na vida privada. É a respeito dessa mudança que trata Agostinho Neto, em seu discurso a trabalhadores das províncias de Benguela e Cuanza-Sul:

Se todos nós somos angolanos, e a Pátria, de Cabinda ao Cunene, é do povo angolano, não deve haver receio de ir trabalhar noutras áreas. Não deve haver receio de trabalhar em outra província. Não deve haver receio de contactar com a população de outra província. E seria bom, que aqueles trabalhadores que estão aqui e não têm trabalho, fossem preencher os lugares vazios nas outras províncias. Sem reparar em regionalismos ou tribalismos, sem ter em atenção de que ali se fala uma outra língua, há outros hábitos, porque daqui a alguns anos nós teremos todos os mesmo hábitos e talvez falemos uma língua comum. Precisamos eliminar as tendências racistas. Nós sempre dissemos: Abaixo o racismo! Abaixo o colonialismo! Abaixo o tribalismo! No entanto, hoje ainda temos muitos fenómenos de racismo. Procuram alguns segregar outros cidadãos deste país. Procura-se criar condições especiais para este ou para aquele cidadão deste país. Isto não é correcto. Temos de aprender a conviver, totalmente, todas as raças, que existem em Angola. Todos são angolanos. Todos têm direito e esta Pátria não é só de alguns. É de todos. [...] Temos que eliminar estas taras, que ainda existem entre nós. Vamos eliminar o regionalismo. (Visita presidencial às províncias de Benguela e Cuanza-Sul. Jornal Angolense, 14/08/1976, p. 10 e 11)

⁴⁴ Declaração do Bureau Político do MPLA. Jornal *Angolense*. 20/11/1976, p.13

⁴⁵ Os Comitês de Ação do MPLA atuavam junto às organizações de massas, auxiliando na organização de assembleias e reuniões de discussão e mobilização política.

A explanação de Agostinho Neto traz mais uma vez à tona a condenação do MPLA ao racismo, ao regionalismo e ao “tribalismo”. A repetição das palavras “pátria”, “cidadão” e “angolano” expressavam o desejo de que os trabalhadores se identificassem com a nação e criassem uma consciência de igualdade entre seus pares, transformando-se em homens novos.

A perspectiva do MPLA de construir de maneira uniformizadora a identidade nacional e a expectativa de transformar todos em homens novos também se aplicava aos militares das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA)⁴⁶. “Constituem um baluarte forte da revolução angolana”, dizia a propaganda das FAPLA, que de fato exerceu, após a independência, um papel fundamental na defesa do Estado durante a guerra civil contra as forças da FNLA e da Unita e contra os exércitos zairenses e sul-africanos.

Imagem 14: Comemoração do 2º aniversário das FAPLA em Agosto de 1976



Fonte: *Jornal Angolense*, 31/07/1976

Formadas por um grande contingente de trabalhadores urbanos e rurais recrutados às pressas devido ao ataque dos exércitos estrangeiros, as FAPLA também foram alvo de campanhas de alfabetização e receberam formação político-ideológica, na tentativa de que fossem corrigidas as “ações erradas” em relação à população e se

⁴⁶ As FAPLAS foram criadas em 1974, em substituição a antiga estrutura militar do movimento, o Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA).

transformassem em homens “conscientes” e imbuídos de “espírito de prontidão”. (FAPLA: braços de um povo corpo de um país. *Jornal Angolense*, 07/08/1976, p. 25 – 29)

O MPLA, no processo de reconversão política e subjetiva desse novo homem angolano, pós-colonial, buscou, através das FAPLA, das organizações de massa, da imprensa e da educação, apagar da vida social angolana o racismo, o regionalismo e o “tribalismo”.

3. 3 ENTRE A NORMA E O VIVIDO, O DISCURSO E A PRÁTICA

Apresentada até aqui a estratégia elaborada pelo MPLA de construção de uma nova sociedade, cabe agora nos interrogarmos sobre a penetrabilidade do projeto do homem novo na sociedade angolana. Será que o discurso do MPLA teve, na prática, o alcance esperado na luta contra o racismo e contra o “tribalismo”? Para respondermos a estes questionamentos, é necessário fazer uma avaliação do contexto em que se desenrola esta política do Estado.

Não se pode pensar no contexto angolano sem considerar primeiramente a permanência dos conflitos armados. A proclamação da independência pelo MPLA não fez o embate entre os movimentos de libertação cessar. Ao contrário, ganhou uma nova configuração, pautada em uma maior internacionalização.

A guerra civil que se iniciou teve por um lado o governo angolano, dirigido pelo MPLA, com o apoio militar e técnico de Cuba e político e financeiro do bloco socialista, sobretudo da União Soviética. Por outro, com o progressivo enfraquecimento da FNLA, a guerrilha da Unita se consolidou com o suporte militar da África do Sul e político e financeiro dos Estados Unidos. Decididamente, a guerra civil angolana se inscrevia na Guerra Fria, alimentando-se tanto da rivalidade soviético-estadunidense, quanto das disputas em curso na África Austral.

Desde meados do ano de 1975, tropas sul-africanas invadiram Angola pela fronteira sul, através da Namíbia, e conseguiram avançar centenas de quilômetros no território. Do mesmo modo, o exército de Mobutu Sese Seko fez sua campanha militar pelo norte de Angola e chegou às portas de Luanda. A correlação de forças só seria alterada, a favor do MPLA, com a entrada em cena dos militares cubanos e com início da chamada Operação Carlota, iniciada a 5 de novembro, fundamental para que o

movimento de Agostinho Neto conseguisse proclamar a independência na data prevista no Acordo do Alvor. Segundo Lázaro Cárdenas Sierra, antigo militar cubano que combateu em Angola, “o MPLA conseguiu em apenas 143 dias derrotar as hostes do imperialismo, os racistas sul-africanos e os grupos mercenários da Unita e da FNLA. Nesse lapso de tempo, liberou-se um milhão de km².” (SIERRA, 2010, p.59)

Em fevereiro de 1976, o MPLA retomou importantes cidades ocupadas, como Huambo, Benguela e São Salvador. Em março, uma grande ofensiva conjunta das FAPLA e dos cubanos conseguiu expulsar de Angola os últimos contingentes dos militares sul-africanos. A partir de então, a FNLA ficou virtualmente destruída enquanto força combatente. Já a Unita reorganizou-se depois da derrota “devido ao ressurgimento das estruturas políticas que tinha criado na região dos ovimbundos [...] e, sobretudo, ao apoio fornecido pela África do Sul, que lhe disponibilizou bases de reatuação no norte da Namíbia, instrução militar, armamento e apoio logístico.” (HODGES, 2001, p.28)

Para enfrentar a guerra civil e as invasões estrangeiras, o MPLA pagou um alto custo não só humano e militar, mas também político e econômico. Estima-se que o custo da guerra durante o período de 1975/1976 tenha chegado a incrível cifra de 6,7 bilhões de dólares⁴⁷. Ademais, o estado quase permanente de crise inviabilizou a recuperação econômica do país, que não conseguiria sequer aproximar-se dos índices de produção de 1973, o último ano em que se registrou crescimento. (PEREIRA, 1999) José Manuel Zenha Relá, economista português que permaneceu em Angola até 1987 como professor e consultor do governo, observou que:

Entre Março e Julho de 1976, percorri, quase sempre por estrada, grande parte do País e, nomeadamente, a sua metade oeste, onde, como se viu concentravam-se quase todas as actividades económicas e mais do [sic] 90% do total da sua população [...] tive a oportunidade de verificar os profundos resultados da guerra, do êxodo e por vezes da destruição metódica. (RELA apud SIERRA, 2010, p.69)

Embora a continuidade dos conflitos armados seja um fator importante para o entendimento dos problemas econômicos vividos, é preciso relacioná-los também ao

⁴⁷ Esse valor é apresentado por Sierra, que afirma que “esta informação consta nos informes diários, assim como dos resumos semanais que a Direção de Informação e Reconhecimento do Estado-Maior das FAPLA (D.R.I) fornecia como parte do intercâmbio de informação que existia com a Inteligência Militar cubana, em 1978.” (SIERRA, 2010, p.67)

processo de nacionalização e ao modelo centralizador de implantação da economia. Como ressalta o economista português Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira (1999), ao se referir a deficiente política econômica, a situação militar exerceu influência sobre a atividade econômica, mas não foi determinante para os seus resultados⁴⁸. O que Ennes Ferreira defende é que a crise econômica explica-se sobretudo pelo próprio sistema econômico vigente, em que foi criada uma imensa máquina burocrática mal gerida e sem quadros qualificados, incapaz de reativar o setor industrial e agrícola. Tudo isso agravado pelo êxodo dos portugueses iniciado antes da independência, que abandonaram milhares de plantações, fazendas e fábricas. De acordo com Rela,

o Estado decidiu chamar a si essas milhares de empresas semi ou totalmente paralisadas, desde unidades de grande dimensão até micro-empresas, desde ramos estratégicos até o simples comércio de retalho, sem quaisquer critérios e objetivos pré-definidos [...] e, desta forma, como quase tudo foi abandonado, o Estado ficou proprietário de quase tudo [...] não só não soube ou não quis, libertar-se a tempo de tudo o que entendesse não ter interesse, como facilitou um clima em que ser privado era, praticamente, sinónimo de 'sabotador da economia'. (RELA apud PEREIRA, 1999, p.139)

Não obstante a caótica situação global da economia angolana, com a desorganização da produção agrícola e o desmantelamento do parque industrial, a exploração petrolífera foi a única atividade que não foi afetada. Embora o Estado tenha criado uma empresa petrolífera nacional – a Sociedade Nacional de Combustíveis, Sonangol – tornando-se o único proprietário dos recursos, não expulsou as empresas estrangeiras que já extraíam petróleo antes da independência. Essa parceria permitiu a permanência dos recursos técnicos e humanos indispensáveis para o desenvolvimento da atividade, que conheceu um rápido aumento após a independência. (HODGES, 2001)

Foi o rendimento obtido através do petróleo que sustentou o Estado, a guerra civil e serviu para abastecer, ainda que de forma precária, as cidades. Estas passaram a

⁴⁸ Ennes Ferreira não deixa de notar que a guerra influenciou na “diminuição de fornecimento de matérias primas agrícolas à indústria, absorção de parte dos recursos cambiais consagrados à compra de armamento e outros produtos destinados à defesa, desvio de recursos humanos de atividades econômicas para este sector e, finalmente, a orientação crescente do OGE [Orçamento Geral do Estado] para as atividades bélicas.” (FERREIRA, 1999, p. 90-91)

receber sucessivas vagas de migrantes oriundos das áreas rurais, de onde fugiam dos combates e da crise de abastecimento.

Nas cidades, o fenômeno do êxodo rural agravaria um sem número de problemas existentes. As baixas condições econômicas das populações migrantes e os elevados índices de desemprego e de subemprego conduziram ao crescimento desordenado dos musseques, sem planejamento urbano e infraestruturas. O abastecimento, realizado pelas “Lojas do Povo”, armazéns controlados pelo Estado, ofereciam bens de consumo a preços subsidiados, mas funcionavam de maneira cada vez mais débil. A quantidade insuficiente de gêneros disponíveis fez com que as lojas não conseguissem atender a demanda da população, o que favoreceu o surgimento de um mercado paralelo, ou informal.

Ennes Ferreira lembra que a razão fundamental para o surgimento do mercado paralelo residiu nas dificuldades impostas pelo sistema estatal de abastecimento. No entanto, sua sobrevivência e desenvolvimento deveu-se a ativa participação de quadros da administração pública, das empresas públicas e do MPLA. (FERREIRA, 1999)

Estimulado pelo contrabando e pelo desvio de produtos destinados as “Lojas do Povo”, este setor paralelo ainda era alimentado, em menor escala, pelos excedentes resultantes da composição salarial das empresas públicas, que pagavam uma fração dos salários em produtos. Isso é bem ilustrado pelo exemplo de uma empresa de colchões que “dava” um colchão por mês para cada operário. (PEREIRA, 1999)

Diante do cenário exposto até aqui, é hora de recolocar o questionamento feito anteriormente a respeito da penetrabilidade do projeto do homem novo. O quadro de exclusão social da imensa maioria da população oferece fortes indícios de que não havia e não foram viabilizadas as condições adequadas para a construção do homem novo. A ambição de converter os angolanos em indivíduos mais produtivos, com elevado nível de instrução técnica e política não teve a contrapartida do governo, incapaz de promover o desenvolvimento social e econômico. De fato, falhava não só o projeto do homem novo, mas um projeto de nação que não conseguiu transformar a identidade nacional numa referencia social generalizada. Ora, diante de um Estado-nação controlado pela elite político-militar e um projeto de cidadania tutelada – e, ainda assim, duvidoso –, a identidade étnica continuou a ser um lugar seguro para os indivíduos.

Isso significa dizer que a campanha do MPLA contra o “tribalismo”, assim como contra o racismo, não encontrou repercussão no meio social. Ao contrário, tanto o racismo quanto a etnicidade continuaram após a independência permeando as relações

sociais. O que seria de se esperar, pois a introdução de uma nova identidade, ainda que tutelada pelo Estado e com possíveis ganhos no terreno da luta política, não pressupõe e certamente não implica a extinção de outras identidades, afinal, tal como a Antropologia tem ressaltado, as identidades são múltiplas. De acordo com o contexto no qual as interações se situam e as pessoas com quem se interage, o indivíduo realça uma das identidades que lhe é disponível, determinando as fidelidades apropriadas em um dado momento. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998).

A migração campo-cidade provocou uma maior interação entre grupos étnicos diferentes. Em Luanda, os kimbundos, grupo que predominava na cidade, assistiu, em um primeiro momento, a chegada de um grande número de ovimbundos do planalto central e posteriormente a chegada de bakongos vindos das províncias do norte e da República Democrática do Congo (antigo Zaire). Esse contexto de maior contato interétnico e o aumento da competição por recursos e oportunidades gerou, por um lado, tensões étnicas. O episódio em que essas tensões ficaram mais evidentes ocorreu anos mais tarde, no que ficou conhecido como “Sexta Feira Sangrenta”. No dia 22 de janeiro de 1993 começaram os ataques aos moradores de Luanda que pudessem ser identificados como “zaienses” ou “regressados” acusados de apoiarem a Unita⁴⁹.

Por outro, os indivíduos, carentes de assistência do Estado e ajustados a necessidade de responder a uma situação de crise, podiam apelar para suas identidades étnicas, como uma alternativa para enfrentar o cotidiano e sobreviver. A identidade étnica funcionava como um refúgio por ser não só o referencial cultural e moral, mas também um meio que garantia uma solidariedade humana, material, alimentar e mesmo financeira. (TALI, 2006, p.192)

O racismo, por sua vez, apareceu com força em um conflito que envolveu as instâncias superiores da administração do governo e do MPLA. O fracassado golpe de Estado que ocorreu em 27 de maio de 1977 foi liderado por dois membros do Comitê Central do MPLA, Nito Alves, ex-Ministro da Administração Interna e José Vandunem, Comissário político das FAPLA.

⁴⁹ Segundo Luena Nascimento Nunes Pereira, os bakongos foram identificados pelo modo de vestir e de falar. Estas pessoas foram agredidas e violentadas, suas casas saqueadas e muitos foram mortos por grupos não identificados, mas provavelmente de militares e paramilitares. Os mortos foram estimados em algumas dezenas, com um número indeterminado de feridos, assaltados e de mulheres violentadas. (PEREIRA, 1999) Sobre essa explosão de violência étnica, ver também o artigo de Jean Michel Mabeko Tali (1995) “La ‘chasse aux Zairois’ à Luanda”, publicado na revista francesa *Politique Africaine* e disponível em <http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/057071.pdf>. Acessado em 12/02/2012.

Guerrilheiro da 1ª Região durante a luta de libertação, Nito Alves manteve contatos com a luta clandestina que ocorria em Luanda. Durante o Governo de Transição, em um cenário de compartilhamento do espaço político entre os três movimentos, Nito Alves teve um papel importante na mobilização pró-MPLA na capital. Seus discursos que prometiam poder para as massas negras conseguiram adeptos especialmente entre os jovens dos bairros mais pobres, sua futura base de apoio. José Van-Dunem fez parte da rede clandestina luandense ligada ao MPLA até ser preso, em 1969. Solto depois do 25 de abril de 1974, teve uma rápida ascensão nas estruturas do movimento. (FIGUEIREDO, 2010, p.87)

Após a proclamação da independência e no contexto já analisado de carência de quadros qualificados, parte do aparelho do Estado foi composto por brancos e mestiços oriundos de uma elite urbana que se beneficiou ou simplesmente vivia em contato com o regime colonial. Por possuírem níveis de instrução mais elevados, tornaram-se indispensáveis para a montagem do novo Estado.

No entanto, Nito Alves começaria a criar mal-estar numa parcela da direção com um discurso de defesa de uma linha marxista-leninista, mais explícita e mais soviética, e de crítica justamente a permanência dos benefícios dos antigos privilegiados do tempo colonial, somaticamente determinados. Durante todo o ano de 1976, foi sendo progressivamente construída por Nito Alves e seus aliados⁵⁰ uma orientação política paralela a da linha majoritária do MPLA.

A questão fundamental que colocaria em rota de colisão, em poucos meses, os nitistas e a direção seria a forma de estruturação do poder popular. Ainda que o próprio Comitê Central tivesse aprovado a Lei do Poder Popular, havia, certamente, duas concepções divergentes acerca do modelo de estruturação. Estava então definida uma divergência política interna na qual Nito Alves apresentava, por um lado, uma proposta de realização de uma revolução marxista-leninista que defendia um papel de controle do governo pelos órgãos do poder popular. Por outro, a direção adepta de uma vaga ideia de uma “revolução democrática popular” que desejava que os órgãos do poder popular tivessem apenas uma função de mediação entre a sociedade e o Estado. (TALI, 2001)

⁵⁰ Além de José Van-Dunem, se destacaram no apoio a Nito Alves outros personagens de envergadura político-militar, como os membros do Comitê Central Bernardo Ventura, João Jacob Caetano (Monstro Imortal) e Eduardo Ernesto (Bakalof).

Esse posicionamento divergente marcou o início de um processo de pressão e repressão encabeçado pela polícia secreta – a Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA) – contra as lideranças nitistas, suas bases de apoio nos bairros populares e órgãos de massas do movimento, julgados favoráveis aos nitistas.

A crise interna chegou a tal ponto que durante a reunião do Comitê Central de outubro de 1976, Nito Alves e José Van Dunem foram acusados formalmente de “fraccionismo” e afastados de seus respectivos cargos. Foi constituída uma Comissão de Inquérito para investigar a existência do “fraccionismo”, que levou alguns meses para confirmá-lo. Na reunião de 21 de maio de 1977, os acusados foram punidos com a expulsão do Comitê Central do MPLA.

Ainda em fevereiro de 1977, Nito Alves escreveu o que intitulou de “13 Teses em minha defesa”. Embora não tenha servido para reverter à decisão da Comissão de Inquérito, oferece ao historiador um material importante para compreender a perspectiva de Nito Alves a respeito dos problemas do MPLA e da sociedade angolana.

Observa-se uma defesa rigorosa da teoria marxista-leninista e a crítica severa a corrupção dos dirigentes e a falta de organização e regras de funcionamento das estruturas do MPLA. Uma ideia central que perpassa todo o texto é a de que havia um “oportunismo de direita” liderado pelo Secretário Administrativo do Bureau Político, Lucio Lara, um mestiço, que supostamente estava “desviando” o MPLA e “minando a revolução”.

Nito Alves argumentava que a unidade nacional não poderia ser construída à custa de todo tipo de aliança que estava sendo feita, referindo-se nomeadamente a direita, também chamada de pequena-burguesia, que continuava, segundo ele, gozando de vantagens. Ao invocar a necessidade de questionar esses privilégios pelo combate político, conjugou classe com raça, apontando a pequena burguesia como uma classe composta majoritariamente de brancos e mestiços que conseguiram manter privilégios que deveriam ser eliminados. Sua leitura racista pode ser ilustrada na passagem abaixo:

Não sou apologista do humanismo burguês dos séculos passados, não sou defensor do multiculturalismo da teoria burguesa da coabitação de raças. Todos esses princípios são próprios da ideologia capitalista [...] não vejo portanto uma Angola do futuro como o simples somatório aritmético de x

negros + y mestiços + z brancos. Esta soma seria igual a que? Nem a álgebra consegue dar-me a raiz desta estranha operação. Em vez desta soma, vejo relações de produção de tipo socialista.

Essa dimensão racista, expressa fundamentalmente na negação do direito de partilha do espaço – social e, sobretudo, político – com brancos e mestiços, foi explorada pelo Comitê Central de modo incriminador. Ao carimbar Nito Alves como racista, o MPLA afastava qualquer possibilidade de discussão, tal como de resto fizera nas crises durante a luta de libertação. Esta postura acabou por encobrir a crítica de fundo dos argumentos nitistas: o empobrecimento da imensa maioria da população ocorria na mesma medida em que despontava uma elite dirigente do Estado como o setor privilegiado da sociedade angolana.

Em diversas passagens das 13 teses, é possível identificar o esforço de Nito Alves em se defender da acusação de racista, afirmando que não se tratava de uma luta contra brancos e mestiços, mas sim de uma luta a favor do término da exploração do homem pelo homem:

Com efeito, na teoria e na prática, marxismo-leninismo e racismo são dois fenómenos em contradição dialéctica de fundo irreconciliável, são dois princípios que se excluem mutuamente. [...] Esta verdade actuante, esta minha aquisição político-ideológica coloca-o ao serviço do avanço irreversível do nosso processo revolucionário, e é a minha prática político-social e histórico - concreta que constitui a demonstração convincente do meu inequívoco repúdio e ódio ao racismo. [...] Há que dizer corajosamente que deve ser combatido quer o racismo do branco para o negro ou mestiço, quer o do negro para o branco ou mestiço, quer do mestiço para o branco ou negro. Isto porque todos eles existem. (BAPTISTA, 1977, www.27maio.com)

Olhando para a composição racial da rede nitista, é impossível ignorar o fato de que o grupo que se formou em torno de Nito Alves comportava também brancos e mestiços, caso, por exemplo, da jovem branca Sita Valles, esposa de José Van-Dunem. O aparente paradoxo entre o discurso racista e a participação de brancos e mestiços só

pode ser desfeito se pensarmos no discurso em termos de uma estratégia, eficaz, de mobilização da camada negra pobre que mirava somente determinados brancos e mestiços que ocupavam posições de destaque na estrutura do MPLA.

Jean-Michel Mabeko Tali, sociólogo que viveu em Angola durante esse período, em entrevista concedida a Marcelo Bittencourt observou que Nito Alves tinha consciência de que o discurso racista era mobilizador, mas acredita que “ele não fizesse isso somente em termos de demagogia [...] [havia também] ressentimentos, afinal era negro e sofreu do colonialismo. Havia todos os estigmas raciais de uma sociedade colonial.” (Entrevista de Jean-Michel Mabeko Tali a Marcelo Bittencourt, Luanda, 1995)

Considerando o racismo como um exercício social de inclusão e exclusão, é possível afirmar que foi a partir da assimetria na distribuição da riqueza social que se construiu um sentimento de pertença entre os negros (inclusão) e de exclusão dos brancos e mestiços, através da produção de estereótipos. Realizando uma operação de simplificação da realidade social, os negros passaram a identificar os brancos e mestiços como corruptos, usurpadores e em última análise, mantenedores da ordem colonial.

Entretanto, se o racismo é uma das vertentes do discurso nitista, é preciso compreender que ele estava associado a uma dimensão de crítica ideológica. O nitismo também foi uma tendência política que reivindicou a realização de uma revolução marxista-leninista radical pró-soviética. Foi em nome de uma pretensão de “reconduzir a revolução” angolana, assim como dos interesses individuais e de grupo, que ocorreu o golpe de Estado mal sucedido em 27 de maio de 1977.

A crise nitista é sem dúvidas a constatação mais dramática de que o homem novo não se tornou uma realidade político-social e não garantiu nem mesmo a unidade dentro do MPLA. Aliás, em um intervalo de apenas cinco anos (1972-1977), esta foi a terceira crise que realçou o componente racial, o que mostra o potencial explosivo desse tema e a frequência com a qual ele foi acionado, por vezes conjugado a etnicidade, em contextos de desigualdades de acesso a bens e recursos de poder.

Garantido o *status quo*, os órgãos de segurança do Estado iniciaram uma longa repressão, responsável pela morte de milhares de pessoas, especialmente de jovens, com o objetivo claro de “depurar” o MPLA e a sociedade. Essa operação provocou uma

profunda desmobilização social e serviu para desencorajar futuras manifestações de oposição.

Do ponto de vista político, o ano de 1977 ainda reservava uma alteração importante na organização e nas estruturas do MPLA. Na 3ª Reunião Plenária do Comitê Central, em 1976, decidiu-se que o movimento precisava realizar um congresso para que fossem definidas opções político-ideológicas mais claras. Foi então que em novembro de 1977 ocorreu o 1º Congresso do MPLA, no qual tornou-se estatutariamente um partido marxista-leninista: MPLA-Partido do Trabalho.

No entanto, a oficialização da ideologia marxista-leninista e da opção socialista através da direção política de um partido único não apresentou, na prática, uma mudança radical em termos de transferência do poder político aos “operários, a classe dirigente do processo revolucionário” (Documentos do D.E.P. para o I Congresso do MPLA, Outubro de 1977, p. 3), como indicava o discurso marxista-leninista. Na verdade, os órgãos de direção do novo MPLA-PT, desde as organizações de base até a cúpula, continuaram sendo compostos pelos mesmos militantes, acrescidos de novos integrantes oriundos da pequena-burguesia negra e mestiça. (TALI, 2001, p. 242) Ninguém do Comitê Central foi excluído por conta da adesão do MPLA a um modelo e regime soviético, embora poucos fossem, de fato, marxistas. Findado o 1º Congresso, a criação do MPLA-PT cumpriu o papel de consolidar o poder de Agostinho Neto e do MPLA e de “limpar” de suas fileiras membros indesejados, após a crise nitista. Essa “limpeza” foi aprofundada com o lançamento de um “Movimento de Rectificação” no seio do partido, sob a justificativa de que era preciso “corrigir os erros, depurar a organização de todos os elementos nocivos, melhorar os métodos de trabalho, reestruturar o Partido, educar os membros na teoria marxista-leninista”. (Relatório do Comitê Central do MPLA ao 1º Congresso. Boletim do Militante, nº 37, Setembro de 1978, p. 3) O resultado desse movimento, que estabeleceu rígidos critérios de ingresso e permanência no partido, tais como não professar ideias religiosas, não ser polígamo, racista e “tribalista”, foi à redução drástica do número de membros filiados⁵¹, especialmente os das áreas rurais. Desse modo, seguia-se em uma tendência cada vez maior de concentração do poder e de centralização administrativa. Os cargos de direção

⁵¹ De acordo com Nuno Vidal, em 1980 o número de membros do partido caiu de 110.000 para 31.000. Tendo em conta uma população total de 9 milhões de habitantes, os membros do partido representavam apenas cerca de 0.34%, o que era muito pouco para um regime de partido único. (VIDAL, 2006, p.15)

continuariam ocupados pelos mesmos dirigentes, mas as bases do partido sofreram um “enxugamento” considerável.

Em 1978, Agostinho Neto, que já acumulava as presidências do MPLA-PT e da República e era Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, tornou-se também Chefe do Governo, absorvendo os poderes dos cargos suprimidos de Primeiro e Vice Primeiro ministros.

Essa tendência acumulativa não foi interrompida nem mesmo com a mudança que ocorreu na presidência, por conta do falecimento de Agostinho Neto, em setembro de 1979. Sob a liderança do sucessor José Eduardo dos Santos, intensificou-se ainda mais a concentração do poder e a centralização administrativa. Pouco tempo depois de tomar posse, em 1980, o novo presidente tornou-se também Presidente da Assembleia do Povo⁵², sendo-lhe concedido poder de controle e de revogação de todos os atos legislativos e executivos. Do mesmo modo, o controle político-militar também alcançou o judiciário. Em 1984, José Eduardo dos Santos exonerou o Ministro dos Negócios Estrangeiros e assumiu também este ministério, até abril de 1985. (VIDAL, 2006)

Paralelamente, ocorreu o recrudescimento da guerra civil, que serviu para intensificar as características supracitadas do sistema. Tal como observa Messiant, (2006, p. 133), “a evolução do poder de Estado angolano só pode ser considerada de um ponto de vista analítico na sua inter-relação com a existência do poder armado da Unita.” Já no início da década de 1980 o governo havia perdido partes consideráveis da região leste e sul do território angolano por conta das ações de maior envergadura da Unita, ainda fortemente apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos.

Devido à quase total ausência de políticas para as áreas rurais, as populações dessas regiões (leste e sul) se tornaram bases de recrutamento da Unita, ficando também no “fogo cruzado” do embate entre as duas forças militares. (MILHAZES, 2009) Ainda que as Forças Armadas tenham oficialmente passado por um processo de reformulação, a situação militar das FAPLA era efetivamente de degradação, conforme o relato de Vassili Lavreniuk, capitão soviético que prestou assistência militar em Angola entre 1983 e 1986:

⁵² A Assembleia do Povo era o parlamento, o órgão máximo do poder do Estado.

O exército de Angola apresentava um quadro bastante triste. Na sua esmagadora maioria, os soldados eram analfabetos, prestavam serviço para receber um salário e a ração alimentar. As companhias e os batalhões só podiam contar com todos os soldados quando pagavam os salários ou distribuam produtos. (LAVRENIUK apud MILHAZES, 2009, p.111)

Diante da precária situação das FAPLA, o que permitiu o equilíbrio de forças no campo militar foi o aumento considerável do aparato de guerra cubano, incluindo o desembarque em Angola de milhares de homens e centenas de tanques e aviões e a participação em maior escala de conselheiros e especialistas soviéticos.⁵³

Um aspecto fundamental da guerra civil, ligado ao campo da política externa e mais precisamente, da geopolítica da África Austral foi o apoio dado pelo governo angolano a SWAPO (South West Africa People's Organization), o movimento de libertação da Namíbia que lutava contra o domínio sul-africano, desde 1966. Para o MPLA-PT, a independência da Namíbia representaria a criação de uma zona desmilitarizada entre Angola e a África do Sul, o que impediria os recorrentes ataques sul-africanos, através da fronteira sul de Angola. O governo de Pretória – e indiretamente os Estados Unidos –, exigia, por sua vez, a retirada das tropas cubanas como condição *sine qua non* para a concessão da independência namibiana. Essas posições antagônicas permaneceriam até o final da década de 1980, quando um acordo foi assinado na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em dezembro 1988, entre os governos de Angola, de Cuba e da África do Sul, com a mediação do governo estadunidense. O acordo previa a retirada imediata das tropas sul-africanas e fixava o prazo máximo de saída das tropas cubanas de Angola até julho de 1991, assim como determinava a independência da Namíbia, que ocorreu em 1990.

⁵³ O apoio cubano, sobretudo em 1987/1988, foi fundamental para evitar a eminente derrota dos militares angolanos diante da Unita e da avassaladora força terrestre e aérea da SADF (South African Defence Force) na batalha do Cuito-Cuanavale, o mais sangrento conflito angolano. Para se ter uma ideia de sua dimensão, foi chamado por um conselheiro militar soviético de “Stalingrado angolano”. (MILHAZES, 2009, p. 120)

Imagem 15: Posição estratégica da Namíbia



Fonte: Google Maps

Mas muito antes de se aventar a possibilidade do acordo assinado em Nova Iorque, a nova espiral de confrontos armados, durante a década de 1980, serviu de justificativa “para a diminuição da redistribuição e para a ruptura do fornecimento de serviços sociais à população; justificou igualmente o forte aparelho de segurança do Estado e o autoritarismo reinante.” (VIDAL, 2006, p.23)

Do mesmo modo, a intensificação da guerra provocou um efeito desastroso para economia angolana, cada vez mais dependente das divisas do petróleo – produto que teve sensíveis quedas de preço no mercado internacional nesse período – e menos capaz de encontrar uma saída para a crise. A excessiva centralização político-administrativa e a ineficaz planificação do setor econômico implicou em uma crescente improdutividade global. O custo da guerra passou a pesar negativamente na balança comercial, já que o país precisava importar quase todos os tipos de gêneros (alimentos, vestuário, calçado, artigos de higiene e limpeza, meios de transporte e técnica agrícola, etc).

Essa dependência das importações aprofundou paulatinamente o problema do abastecimento e da distribuição dos bens de consumo, fazendo com que fossem sempre irregulares, oscilando entre períodos de relativa abundância, seguidos de escassez e penúria. As razões para esse fenômeno estão ligadas, sem dúvida, a eventual indisponibilidade das mercadorias, a atrasos na chegada dos produtos importados e na entrega da produção nacional. Mas não se pode esquecer o desenvolvimento de um sistema mal gerido de distribuição e da existência flagrante da corrupção, que desviava os produtos dos circuitos de distribuição e dos próprios armazéns de venda do Estado.

A partir da segunda metade da década de 1980 e diante da incapacidade de suprir a demanda da população, o Estado, que outrora combatia o mercado paralelo, passou a tolerar e a se beneficiar dele, já que ele era de fato a fonte primordial de abastecimento para a maior parte dos produtos de consumo. Através desse mercado “ilícito”, os setores ligados ao governo passaram a ter uma grande fonte de receitas e de enriquecimento. Entrou-se, como ressaltou Messiant, em um período em que, o regime de partido único assegurou uma economia política de tipo clientelista, fora da lei, na impunidade. (MESSIANT, 2006, p. 135)

3.4 OS ANOS 1980 SOB A ÓTICA DE “O CÃO E OS CALÚS”

Um excelente indicador do que foi exposto até aqui a respeito dos problemas do sistema político e da economia angolana, assim como da marginalização social é a obra literária “O Cão e os Calús”, de Pepetela. Como dito no capítulo anterior, Pepetela foi vice-Ministro da Educação entre 1975 e 1982, portanto sua trajetória e vivência política transformou seu texto literário em documento relevante para o historiador e, este título em particular, para o estudo da década de 1980. Principalmente porque a literatura angolana – e Pepetela é um expoente dela – assumiu o lugar de reflexão sobre a história do país, preenchendo uma lacuna deixada por historiadores e demais cientistas sociais, por razões ligadas ao receio, em um contexto de guerra e partido único, de sofrer represálias em caso de críticas ao governo e acrescido do fraco investimento de quadros nessas áreas. (BITTENCOURT, 2000, p.166)

Publicado em 1985, o romance critica acidamente o governo pós-independente do MPLA-PT. Tal como uma crônica, foi elaborado a partir de inquéritos sobre as andanças de um cão pastor-alemão e os seus donos ocasionais, os múltiplos narradores. Essa polifonia reconstrói o microcosmo da cidade de Luanda, mostrando, como um quebra-cabeças, o enraizamento dos “esquemas” e da corrupção⁵⁴ e os problemas de abastecimento: “Oh, também tem um esquema para carne, o peixe, as verduras, a roupa ... Porque essas lojas oficiais não tem nada. Entro nos nossos tempos, não estamos no

⁵⁴ A corrupção é representada na narrativa através de uma Bouganville, árvore que cresce continuamente e se espalha, “asfixiando” as outras árvores, que são impedidas de crescer.

socialismo esquemático? Estou bem governado, minha mulher não entra numa bicha [filha] não.” (PEPETELA, 1988, p.20).

Revela-se também a falta de infraestruturas e serviços básicos, na medida em que “os esgotos não funcionam, as ruas parecem queijos [...] os ratos confundem-se com coelhos, os passeios sujos, a luz elétrica sempre com falhas.” (PEPETELA, 1988, p.31) A burocratização do aparelho do Estado é perspicazmente mostrada através de um caso em que um técnico sanitário propõe uma política de controle da raiva canina, mas o projeto vai passando e subindo por tantas autoridades que ao chegar as mãos do diretor capaz de tomar tal decisão, este diz que as vacinas haviam deteriorado-se.

A permanência de divisões étnicas e raciais é outro tema que não passa despercebido na narrativa. Em diversos momentos, ser negro ou ser branco, umbundo ou quioco, condicionam as visões sobre os problemas e definem os modos de agir naquela sociedade. Como dito anteriormente, Luanda passou a ser, após a independência, o principal centro de atração das populações rurais que fugiam da guerra e da miséria. Em 1980, a população da capital já havia dobrado e a cidade se transformou em um espaço social em que a interação entre os indivíduos passou a ser organizada pelas identidades étnicas:

mas como querem que se ponha esta Babilónia [Luanda] em ordem se aqui vivem malanjinos, ilhéus, ambakas, umbundos, quiocos e até mesmo mulatos? Dos brancos, já nem se fala, é uma confusão de brancos de vários cambiantes, angolanos (dizem!) [...] Mas nós, os genuínos, sabemos o problema reside na diversidade da população [...] Daí vem o drama todo. Se me deixassem, expulsava daqui todos. (PEPETELA, 1988, p. 30-1)

Ora, parece claro que em um contexto de maior interação e de crise, mais marcado ficou o limite étnico sobre a base de uma série de contrastes entre pessoas como “nós” e pessoas como “eles”. O personagem articulador da fala citada acima aciona a etnicidade para determinar dicotomicamente quem eram os angolanos – “genuínos” – e quem não era.

Do mesmo modo, o “problema” luandense e, por extensão, o angolano, também é visto sob a ótica racial. A outra passagem exemplar do livro diz respeito a um caso de

roubo em uma fábrica. Um funcionário branco sabia que o ladrão era outro funcionário negro, mas isto foi o suficiente para que tivesse receio em acusa-lo, pois temia ser taxado de “colono”, “insulto que lhe doía mais que tudo”. Essa personagem é a metonímia de todo um grupo social que receava ter suas características somáticas associadas a características morais, isto é, todo mestiço e, sobretudo, branco era “colono”.

3. 5 ACORDOS DE PAZ E AS ELEIÇÕES DE 1992

Diante do contexto de crise econômica e de fracasso no projeto de engenharia social, sintetizado pelo livro “O Cão e os Calús”, o governo angolano lançou a partir de 1987, programas de recuperação⁵⁵ em direção à abertura econômica, que embora tenham tido vida curta, representaram a admissão por parte do governo de que a rígida planificação centralizadora, ao estilo socialista, havia fracassado.

Todas as partes envolvidas na guerra civil – angolanos, cubanos, soviéticos e sul-africanos – perceberam que a continuidade do conflito não garantiria a ninguém a vitória militar. Além disso, a União Soviética, antes do seu colapso, começou a mostrar sérias limitações econômicas, o que não permitiu mais que apoiasse, nos mesmos patamares do início da década de 1980, a guerra angolana.

A diplomacia do governo angolano iniciou um longo processo de negociação de acordos de paz, não só com África do Sul, que conduziu ao Acordo de Nova Iorque, em 1988, cujos termos já tratamos, mas também com a Unita. Na cimeira de Gbadolite, no antigo Zaire, ocorrida em junho de 1989, sob a mediação direta de Mobutu e na presença de 18 chefes de Estado, o MPLA-PT e a Unita acordaram verbalmente um plano de reconciliação nacional, que incluía o cessar-fogo e a realização de eleições, mediante a aceitação de Jonas Savimbi de seu afastamento temporário e do respeito à

⁵⁵ O Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) em 1987, o Programa de Recuperação Econômica (PRE), para o biênio 1989-1990 e o Programa de Ação Governamental (PAG), também em 1990, quando o país já era membro do Fundo Monetário Internacional (FMI). (CONCEIÇÃO, 1999, p.176-177)

constituição da República Popular de Angola. (Processo de Paz em Angola – Gbadolite – Kinshasa, s/d, p.7)

Negando ter aceitado os termos de Gbadolite, Jonas Savimbi deu continuidade à guerra, retomada com grande intensidade. As negociações de paz, fracassadas nessa primeira tentativa, só seriam retomadas quase um ano depois, em abril de 1990, desta vez com a mediação do governo lusitano. Desta segunda tentativa, resultaram os Acordos de Bicesse, assinados em 31 de maio de 1991, por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, na presença do Secretário Geral das Nações Unidas e de representantes de Portugal, Estados Unidos e União Soviética. De maneira geral, apresentavam propostas similares as de Gbadolite, com exceção do exílio de Jonas Savimbi. Foi estabelecido um período de transição até a realização das eleições multipartidárias para a Assembleia Nacional e para a presidência da República, previstas para ocorrer entre 15 e 18 meses. O acordo previa também a desmilitarização das duas forças, a dissolução das FAPLA e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) e a organização das Forças Armadas de Angola (FAA), cabendo a Missão de Verificação das Nações Unidas (UNAVEM) o papel de observação e fiscalização.

No início da década de 1990, uma nova revisão constitucional e um conjunto de leis complementares consagraram os princípios de um Estado democrático e vários direitos fundamentais (manifestação, associação, greve, liberdade de imprensa e radiodifusão independente), bem como princípios de uma economia de mercado. (VIDAL, 2006)

Os três congressos do MPLA ocorridos entre dezembro de 1990 e maio de 1992 e outra revisão constitucional de agosto de 1992, implementaram progressivamente uma série de reformas políticas no partido e no país, tais como o abandono do modelo socialista e da sigla PT, a reformulação e o alargamento do Comitê Central, a passagem ao pluripartidarismo, além da eliminação da designação “Popular” do nome do país. (PEREIRA, 1999)

A nova configuração política após o fim do regime de partido único permitiu o surgimento rápido de dezenas de pequenos partidos políticos, dos quais 18 se inscreveram para participar das eleições, embora carecessem de financiamento, quadros qualificados e mesmo de projetos políticos alternativos. Evidentemente, a exceção foi a Unita, que se estabeleceu como a principal força de oposição ao MPLA.

A polarização MPLA-Unita se confirmou no resultado das eleições, realizadas em 29 e 30 de setembro de 1992. Tanto na votação presidencial, quanto legislativa, os dois principais partidos somaram quase 90% do total de votos válidos. Na disputa presidencial, o candidato do MPLA José Eduardo dos Santos obteve 49.57% (1.953.335 votos), contra 40.07% de Jonas Savimbi (1.579.298 votos), ficando o terceiro colocado, Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), com inexpressivos 2.16%, mesmo assim deixando para trás personagens de relevo da luta de libertação, como Holden Roberto (2.11%) e Daniel Chipenda (0.52%). Na disputa legislativa, o MPLA venceu com 53.74% contra 34.10% da Unita⁵⁶, o que lhes garantiram 129 e 70 assentos no parlamento, respectivamente.

Imagem 16: Partidos vencedores por província



Analisando a distribuição dos votos pelas províncias, observa-se uma correlação que chama a atenção: a FNLA, originária da região bakongo do norte do país, teve uma expressiva votação na província do Zaire, ficando em primeiro lugar com 35% dos votos. O Partido Renovador Social (PRS) teve uma participação destacada nas

⁵⁶ Dados disponíveis no relatório da UNAVEM II: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm>. Acessado em 31/01/2012. Ver também os dados da Comissão Nacional Eleitoral de Angola (CNE): <http://www.cne.ao/estatistica1992.cfm>. Acessado em 31/01/2012.

províncias de Lunda Norte e Sul, não coincidentemente região da etnia que era dominante no partido, tchokwé.

Do mesmo modo, a Unita teve seu eleitorado concentrado na região ovimbundo, no Planalto Central, onde o movimento de libertação se formou em 1966. Venceu o MPLA com larga vantagem, conquistando aproximadamente 80% dos votos no Bié, no Huambo e no Kuando-Kubango, ganhando em Benguela com uma vantagem menor, mas ainda assim recebendo 60% dos votos. Pelo lado do partido vencedor, o MPLA também fez a lição de casa, vencendo com números superiores a 80% nas províncias com população majoritária kimbundo, sua base de apoio: Luanda, Bengo, Kuanza Norte e Malanje.

Indiscutivelmente, esses índices indicam a força do voto étnico, já que os partidos, de fato, obtiveram grande parte de seu eleitorado em suas respectivas bases étnicas. No entanto, se fizéssemos uma análise estritamente étnica, como foi realizada por diversos analistas internacionais antes das eleições, deveríamos esperar a vitória da Unita, já que haveria, desse ponto de vista, uma vantagem para o partido de Jonas Savimbi, dado que os ovimbundos correspondiam a 35% da população, seguido dos kimbundos, com 25%, (MPLA), restando ainda 15% dos bakongos a serem disputados pelos dois principais partidos, pois a FNLA, desde 1975, havia realmente perdido sua força. (BITTENCOURT, 1993)

Ora, com o resultado final favorável ao MPLA e mesmo sendo impossível negar que tanto o MPLA quanto a Unita colocaram em seus cálculos políticos a obtenção do apoio dos bakongos, é preciso dar ao componente étnico um peso relativo, caso contrário estaríamos fadados a não compreender a vitória do MPLA em zonas onde a presença kimbundo era pouco significativa. Nas Lundas Norte e Sul, apesar do destaque do PRS, o MPLA venceu nas duas províncias. Na província de Uíge, de maioria bakongo, o MPLA também sairia vitorioso, tendo a FNLA uma participação pífia, muito longe do êxito obtido na província vizinha do Zaire.

Esses resultados, assim como de resto, a vitória do MPLA nas 6 províncias restantes (Cabinda, Kuanza-Sul, Moxico, Huíla, Namíbe e Cunene) mostram que não é possível fazer uma vinculação direta entre etnia e voto, o que nos leva a questionar quais foram os outros fatores que decidiram o voto e, conseqüentemente, definiram os resultados finais das eleições.

Para realizar este trabalho, é preciso necessariamente investigar o período de transição entre os Acordos de Bicesse e a realização das eleições. Ainda em 1991, iniciou-se a campanha eleitoral, apesar de oficialmente ela só ter começado em agosto de 1992, depois de marcadas as eleições para o fim de setembro⁵⁷.

Embora em um contexto de paz, o clima em que transcorreu todo esse período foi de extrema tensão, por conta da desconfiança mútua construída por anos de guerra civil e também devido ao processo de acantonamento e desmobilização das tropas do MPLA e da Unita não ter ocorrido de forma transparente para sua integração. As FAA foram criadas no final do ano de 1991, mas a Unita parecia não apostar totalmente na incorporação da sua força militar, as FALA, à nova entidade militar, não só porque não indicou seu general mais proeminente para o Comando Superior das FAA, como também por conta da pequena adesão de seus homens. (VALENTIM, 2010) O fato de as forças militares permanecerem em campo, tornou difícil o livre deslocamento pelo país. Nas áreas controladas pela Unita, os habitantes não podiam circular livremente, o que começou a gerar dúvidas a respeito da vontade política da Unita em aplicar os Acordos de Bicesse, tanto por parte do governo angolano, quanto por parte dos observadores internacionais da ONU.

Em relação a campanha presidencial da Unita, o primeiro comício feito por Jonas Savimbi foi realizado no Huambo, em 24 de setembro de 1991. Essa escolha não foi fortuita, já que para além do fato da população local ser ovimbundo, foi na capital da província, com o mesmo nome, que a Unita – coligada na altura com a FNLA – proclamou sem sucesso, em 1975, a independência da República Democrática de Angola. Além disso, segundo o líder da Unita, o primeiro comício devia ser no local onde ele perdera sua última batalha, em 1976, que o obrigou a recuar para as matas do sul. Em suas próprias palavras, a “Unita estava começando por onde parou!”

Nesse discurso, assim como nos feitos posteriormente na cidade do Lubango, (capital da província da Huíla), no Lobito (cidade da Província de Benguela) e em Luanda, Jonas Savimbi deixava claro que era o representante alternativo ao desgastado governo do MPLA. Fazia apelos à consolidação da paz, definindo a Unita como um

⁵⁷ Segundo Jorge Valentim, destacado ex-dirigente da Unita, quando foi definida a data das eleições em julho de 1992, houve “muito entusiasmo nas fileiras da Unita porque quanto mais cedo melhor e não haveria mais tempo para o Governo melhorar a sua imagem e as suas populações iriam procurar votar na Unita, como alternativa à governação do País.” (VALENTIM, 2010, p.252/3)

partido de oposição ao governo “virado para a democratização do país” que defendia a realização das eleições como via para a construção da unidade nacional. A canção propagandística da Unita sintetizava essas ideias da seguinte forma: “Com a Unita, Angola nova [...] / Uma só nação, Angola indivisível / Nosso candidato, Dr. Savimbi [...] / Muata [chefe] da paz”.

Imagem 17: Bandeira da Unita



Nessa fase inicial, era comum ouvir Savimbi dizer que “entre angolanos, não deve haver uma oposição sistemática” ou “viva a paz e a reconciliação nacional!”. Orador carismático, contagiava o público fazendo-o repetir expressões como o seu famoso “yé, yé, yé” ou “o nosso galo voa”, em referência ao símbolo estampado na bandeira do partido. Esse tom divertido e conciliador contrastava com a imagem transmitida por seu traje usual: a farda, sempre acompanhada de uma pistola no coldre⁵⁸, evocava sua força militar e remetia fatalmente a guerra.

⁵⁸ A respeito da decisão de usar a farda militar, Savimbi dizia que “já que lutámos, devíamos entrar mesmo fardados para sermos respeitados e reconhecidos, porque salvámos este País.” (VALENTIM, 2010, p.230)

Imagem 18: Savimbi discursando no Lubango



Esse tom conciliador não duraria muito tempo. Na medida em que avançou a campanha, ao longo de 1992, o discurso de Savimbi foi se alterando para outras linhas de força. Assessorada por uma empresa de marketing norte-americana, a Unita começou a apostar em uma estratégia de mobilização que se apoiava em argumentos de natureza étnica, racial e militar. Em entrevista ao jornal português Público, Savimbi ressaltou que as populações do centro e do leste tinham sido historicamente humilhadas pelo colonialismo português e pelo MPLA:

Na luta contra o MPLA, as cidades do norte nunca foram bombardeadas. Mas o Huambo foi bombardeado várias vezes. Portanto, esta população daqui está na defensiva. Os ovimbundos mantem todo o seu nacionalismo. Nós podíamos até conviver com os outros, mas sem transformar a nossa mentalidade. Só temos medo de que nos imponham aquela cultura, sem que nós consigamos impor a nossa. Não queremos que Angola inteira seja igual a Luanda. Nem queremos que Luanda mude. (A guerra civil foi estúpida, Jornal Público, 15/02/1995)

O líder da Unita usava a rádio do seu partido, a Vorgan, para se proclamar como o representante “mais genuíno dos povos oprimidos e humilhados de Angola”, por isso defendia, como seu porta voz, que “agora seria a sua vez”, seguro de que ocorreria obrigatoriamente a alternância do poder. Por outro lado, reivindicando uma ideia de

pureza da cultura ovimbundo e reafirmando sua origem Bantu, “autenticamente” africana, Savimbi atacava claramente o MPLA, “aculturado e entregue a pessoas de meios urbanos, com fortes laços com a Europa e as doutrinas socializantes”. (A herança africana. Jornal Público, 14/02/1995)

Essa crítica teve também um revestimento racial. Para a Unita, a ilegitimidade do MPLA residia em ser um partido dominado pelos “crioulos de Luanda”, ou seja, pelos brancos e mestiços. Vale a pena ressaltar que, após 30 anos, o MPLA sofria o mesmo tipo de acusação. Embora tenha passado o tempo, não desaparecia, aos olhos dos rivais – primeiro a FNLA e naquele momento a Unita – a mácula que colocava em questão a angolanidade do MPLA e sua capacidade de atender aos interesses da população negra, o que se materializava na campanha da Unita nas pesadas críticas a incapacidade de administrar o país, a corrupção do governo e a crise econômica.

O clima de revanche militar e de vingança étnico-racial da Unita e de Savimbi ficava manifesto quando afirmava, sem pudor, que a cooperação com “eles” não seria fácil, porque colocava “em primeiro lugar os angolanos” e não pretendia fazer concessões, em defesa dos valores do “povo ovimbundo”. (O preço da paz. Jornal Expresso, 17/04/1993) As vésperas das eleições, em outro comício realizado no Huambo, Savimbi, extremamente confiante em sua vitória, não usou meias palavras para alertar a “sua” população:

Vocês vão dançar a skimbondela [ou seja, comemorar]. Honestamente. Mas os que estão na cidade não vão dançar nada. Vocês vão se lembrar das minhas palavras. Eu não venho para o Huambo de forma alguma, eu fico em Luanda. [...] Primeira vez que estou a dizer: tenham cuidado. No dia 29 a 30 a coisa não vai ficar boa. A Unita tem que se preparar. Vai haver entre nós e o MPLA uma grande refrega, mas vai durar uma semana ou duas.⁵⁹

⁵⁹ Este trecho faz parte de um material jornalístico que foi reproduzido na televisão angolana, compilado em um DVD intitulado “Les Savimbi” vendido nas ruas de Angola. É uma produção que claramente não conta com uma editora, parecendo mais um esforço individual ou coletivo de divulgação de Jonas Savimbi.

A retórica ameaçadora de Savimbi, ilustrada na passagem acima, seria motivo de receio para toda a população angolana, especialmente a população urbana branca e mestiça, de cidades como Luanda e de Benguela. (HODGES, 2001) A imagem da Unita como um movimento intolerante e violento ganhou cores vivas com as denúncias de assassinatos feitas por dois dissidentes do partido, que ocuparam importantes posições na Unita: Miguel N'zau Puna, antigo secretário-geral e Tony da Costa Fernandes, ex-secretário para Negócios estrangeiros. Puna e Fernandes anunciaram, no meio da campanha eleitoral, em 1992, que Tito Chingunji e Wilson Santos tinham sido barbaramente mortos no ano anterior, o que repercutiu negativamente para a Unita, vista como uma organização liderada com mãos de ferro por Savimbi, que não tinha clemência nem mesmo de seus subordinados mais próximos.

Do outro lado da corrida eleitoral, o MPLA percebeu desde cedo que enfrentaria um adversário forte e que precisava, por isso, de uma campanha consistente. Para tanto, contratou uma empresa brasileira especializada em marketing e consultoria política (Propeg), que enviou para Luanda no verão de 1991 uma equipe de 38 pessoas⁶⁰, composta, entre outros profissionais, por jornalistas, publicitários e cientistas políticos.

A campanha de José Eduardo dos Santos seguiu por caminhos muito diferentes dos traçados pela Unita e por Savimbi. Compreendendo que a população estava exausta da longa guerra civil, o MPLA investiu em um discurso durante toda a campanha que realçou a importância da paz, da reconciliação e da democracia.

A mensagem do MPLA foi transmitida de maneira diversificada através de *outdoors*, panfletos, adesivos, camisas, programas televisivos e radiofônicos e, claro, comícios. Apesar de não ter o mesmo carisma de seu principal rival, José Eduardo dos Santos cativava o público mantendo sempre em suas aparições um sorriso no rosto, um tom de voz tranquilo e um semblante sereno, compatíveis com a retórica da paz. Do mesmo modo, apresentava-se de terno e gravata, reforçando a ideia de que “as armas representavam um passado que não se queria mais”, como dizia a propaganda.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=b5NbdpkLf6o> Acessado em 02/12/2012.

Imagem 19: José Eduardo dos Santos



Os *jingles* de campanha apelavam, através de um texto simples e direto, para uma Angola múltipla e unida, de norte a sul – de “Cabinda ao Cunene”. Apontavam sempre para um futuro melhor, “um tempo de paz sem armas”, “sem ódio” entre pessoas de “todos os cantos”, qualquer que fosse “a cor”. Estava em jogo um projeto de união nacional que não fazia distinções de natureza racial e étnica.

O marketing tentava transformar uma imagem arraigada de um MPLA intransigente, do período de partido único, em um novo partido aberto ao diálogo. Com o lema “reunir a grande família do MPLA”, foi criada uma dinâmica social que recuperou o apoio de antigos militantes afastados, como Lopo do Nascimento e Lúcio Lara, o que revitalizou também os organismos de bases, desde a muito tempo desmobilizados, aumentando em quase 10 vezes o número de membros do Partido, entre 1990 e 1992.

Por outro lado, o MPLA obteve apoio também das influentes chefias tradicionais, que no passado tinham sido marginalizadas. No encontro de José Eduardo dos Santos com os sobas, o presidente da República foi aclamado como “o soma yo lo soma”, o soba de todos os sobas.

Imagem 20: Encontro de José Eduardo dos Santos com sobas



Uma parte importante da propaganda do MPLA concentrou-se em explorar e acentuar a agressividade de Jonas Savimbi, qualificando-o de “cruel, violento, autoritário e destruidor”. Em comício no Huambo, reduto da Unita, José Eduardo dos Santos aproveitou a oportunidade para acusar a Unita de ter atacado o Cuito durante o período de eleições e para falar, mais uma vez, que a guerra havia acabado:

Veja só o que se passou no Cuito. Prenderam elementos da segurança presidencial, incendiaram as viaturas, tomaram militarmente o aeroporto e estavam a pensar que nós íamos organizar forças de comando, ou de intervenção ou movimentar os tanques para ir responder. Nós não fizemos isso porque esse tempo da guerra já passou. [...] Abaixo a ditadura da Jamba⁶¹! Abaixo o ditador da Jamba! Viva a democracia!
(<http://www.youtube.com/watch?v=vtTjylKIQkg>)

A campanha contra o candidato da Unita ganhou mais amplitude através dos vídeos sobre “as contradições do Dr. Savimbi”⁶². Foram feitas montagens das falas que apontavam para as ambivalências do líder, que variavam, por exemplo, entre defender a importância da paz e afirmar que, diante de uma provocação, reagiria através da força,

⁶¹ O quartel-general da Unita ficava em uma cidade chamada Jamba, no extremo sul da província do Kuando Kubango.

⁶² http://www.youtube.com/watch?v=_CC3O31ttsQ Acessado em 02/02/2012.

porque possuía um exército. Nesta mesma perspectiva, o MPLA explorou politicamente os assassinatos de Tito Chingunji e Wilson Santos para reforçar o caráter violento da Unita, o que lhe projetava como único partido capaz de manter a paz.

Temos a essa altura elementos suficientes para compreender o resultado da eleição presidencial. Savimbi apostou suas fichas em uma campanha pró-ovimbundo e acusatória a governação do MPLA, o que por um lado, lhe garantiu uma expressiva votação desse grupo étnico; por outro, essa estratégia funcionou como uma barreira para a obtenção da confiança do eleitorado de outras regiões, especialmente os do norte. Lembremos que mesmo na província do planalto central de Benguela, a vitória da Unita por 60% dos votos significou que houve uma rejeição que não pode ser minimizada e que deve ser creditada, em boa parte, ao fato de ser uma cidade com uma urbanização antiga e uma experiência de convívio de diferentes culturas.

José Eduardo dos Santos, sob um ponto de vista multirracial e pluriétnico, foi capaz de reverter, com o uso da máquina administrativa, a imagem desgastada do MPLA de 16 anos de governação, sobretudo junto as populações rurais que sempre careceram de políticas públicas. Conseguiu se apresentar como a pessoa mais habilitada para a manutenção da paz após as eleições, em boa medida por conta da inabilidade de Savimbi e da Unita, que no fim das contas não conseguiu se transformar em um partido político, dado o peso da sua estrutura militar. Assim, José Eduardo dos Santos atraiu não só os eleitores kimbundos, mas também bakongos do norte, tchokwé do leste e mesmo uma pequena parcela dos ovimbundos.

A eleição presidencial deveria ter ido para o segundo turno, já que José Eduardo dos Santos não atingiu mais de 50% dos votos. No entanto, quando foram divulgados os resultados em 17 de outubro de 1992, a Unita os contestou, afirmando que houvera fraude e manipulação a favor do MPLA, apesar da ONU ter reconhecido as eleições como livres e justas.

Sem alcançar uma plataforma comum de entendimento, a guerra civil recomeçou. Os primeiros combates foram travados em Luanda, onde as milícias armadas pelo governo conseguiram expulsar os militares e militantes da Unita. A guerra se alastrou por todo o país e só teve seu término definitivo dez anos depois, em 2002, com a morte do líder da Unita, Jonas Savimbi.

Interessante notar que nesses últimos dez anos de guerra civil, não houve por parte dos beligerantes uma radicalização de uma leitura étnica do combate. Ou seja, o MPLA não combateu os ovimbundos, assim como a Unita não combateu os kimbundos. Esse cenário reforça a importância de uma leitura plural para a análise dos diversos conflitos angolanos, o que na medida do possível, realizamos neste capítulo e de forma geral neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um longo caminho nessa dissertação. Terminada essa etapa talvez seja o momento de falar das dificuldades encontradas. Dos três capítulos apresentados, o primeiro foi particularmente trabalhoso de escrever porque tive que utilizar um leque variado de fontes para tratar de um período de grandes transformações na história angolana. A respeito das fontes, vale registrar que a carência de documentos do MPLA e principalmente da FNLA da primeira metade da década de 1960, não permitiu um aprofundamento maior da troca de acusações entre os dois movimentos. Em relação às eleições de 1992, enfrentamos o obstáculo de não termos acesso aos periódicos referentes ao período da campanha, problema que foi contornado com a utilização dos vídeos da campanha.

Procuramos demonstrar desde o início a relevância dos aspectos étnico-raciais para o estudo dos conflitos angolanos, embora tenhamos ressaltado a necessidade de relacioná-los a outras variantes, tais como a ideológica, a econômica, a regional, o circuito estudantil, as solidariedades construídas na luta. Desse modo, foi nosso objetivo escapar de uma análise exclusivamente étnico-racial, ainda que realçando essa perspectiva como nosso objeto central, mas procurando avaliar de modo processual e histórico as crises angolanas.

A divisão do nacionalismo angolano entre o MPLA, a FNLA e a UNITA procurou ser explicada levando em conta os diferentes mundos coloniais de que faziam parte suas lideranças, o que condicionou percepções e interesses distintos. Nesse sentido, procuramos nos afastar da análise que vincula de modo automático os movimentos de libertação aos grupos etno-linguísticos.

A primeira grande crise do MPLA ocorrida entre 1962 e 1964 que culminou na dissidência de Viriato da Cruz foi interpretada considerando diversos fatores, entre os quais o racial. Em uma análise plural, demos destaque a proposta de retirada dos brancos e mestiços do Comitê Diretor do MPLA, sem deixar de lado o cenário desfavorável de disputa com a FNLA no Congo-Léopoldville, a dificuldade de mobilização de quadros, as diferenças de caráter social, organizacional, estratégica e ideológica existentes na direção do MPLA.

No caso da Revolta do Leste, mostramos como a etnicidade e o racismo devem ser entendidos como estruturas sociais de reserva que foram ativadas pelos militantes do leste no momento em que a contra ofensiva portuguesa acirrou as desigualdades e a luta pelo acesso aos escassos recursos de poder. A mobilização das identidades étnica e racial funcionou como poderoso capital político para Daniel Chipenda na obtenção de apoio dos guerrilheiros do leste, em um processo reivindicatório que foi motivado pelos problemas da guerrilha e esteve relacionado aos interesses de ascensão política.

Diferente da Revolta do Leste, a Revolta Ativa não se apresentou como uma proposta de substituição do comando do MPLA, mas como uma tendência que reivindicava mudanças na gestão do movimento. Ressaltamos que a direção do MPLA não mobilizou diretamente o argumento racial para criticar os revoltosos. Mas vimos que outras instâncias do movimento o fizeram, como por exemplo, através dos panfletos anônimos feitos por militantes que eram leais a direção. Embora a Revolta Ativa reunisse um elevado número de brancos e mestiços, ao lado da direção também estavam quadros brancos e mestiços, o que a colocava em uma posição delicada para fazer uma acusação de tipo racial. De fato, o que ganhou força na crítica contra o grupo da Revolta Ativa foi a acusação de que eram “intelectuais oportunistas” que viviam distantes da luta.

No período pós-independente, ficou claro o investimento feito pelo MPLA em suprimir o racismo e a etnicidade da nova sociedade. A ambição de converter os angolanos em indivíduos mais produtivos, com elevado nível de instrução técnica e política não teve a contrapartida do governo, incapaz de promover o desenvolvimento social e econômico. De fato, falhou não só o projeto do homem novo, mas um projeto de nação que não conseguiu transformar a identidade nacional numa referência social generalizada.

A tentativa de golpe de 1977 foi sem dúvida a constatação mais dramática de que o homem novo não se tornou uma realidade político-social e não garantiu nem mesmo a unidade dentro do MPLA. A dimensão racista do discurso nitista, expressa fundamentalmente na negação do direito de partilha do espaço – social e, sobretudo, político – com brancos e mestiços, foi explorada pelo Comitê Central de modo incriminador. Ao carimbar Nito Alves como racista, o MPLA afastava qualquer possibilidade de discussão, tal como de resto fizera nas crises durante a luta de

libertação. Esta postura acabou por encobrir a crítica de fundo dos argumentos nitistas: o empobrecimento da imensa maioria da população ocorria na mesma medida em que despontava uma elite dirigente do Estado como o setor privilegiado da sociedade angolana. Para os propósitos do nosso trabalho, o 27 de maio foi um exemplo revelador da permanência do racismo na sociedade angolana.

A permanência da etnicidade pôde ser claramente constatada durante a campanha eleitoral de 1992, através da força do voto étnico. Ainda assim, como dissemos, é preciso dar ao componente étnico um peso relativo. Savimbi apostou suas fichas em uma campanha pró-ovimbundo e acusatória a governação do MPLA, o que por um lado, lhe garantiu uma expressiva votação desse grupo étnico; por outro, essa estratégia funcionou como uma barreira para a obtenção da confiança do eleitorado de outras regiões, especialmente os do norte.

A campanha de José Eduardo dos Santos seguiu por caminhos muito diferentes dos traçados pela Unita e por Savimbi. Compreendendo que a população estava exausta da longa guerra civil, o MPLA investiu em um discurso multirracial e pluriétnico durante toda a campanha realçando a importância da paz, da reconciliação e da democracia.

Os exemplos aqui brevemente recuperados cumprem o propósito de ressaltar a impossibilidade de se estudar a história recente angolana sem considerar os fatores étnicos e raciais. Ao longo de 30 anos (1962-1992), verificamos como em contextos completamente diferentes, os fatores étnicos e raciais foram indispensáveis para a compreensão das alianças e disputas quer no MPLA quer no embate entre o MPLA e os outros movimentos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Núcleo: PIDE/DGS

– Delegação de Angola – Relatórios

- Luanda, NT 9088, Pasta 1 e 2
- Luanda, NT 9089, Pasta 1, 2 e Relatórios Extraordinários
- P. 11.15.A, NT 1832 – MPLA
- P. 11.15.B, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.C, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.D, NT 1829 – MPLA
- Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3 e 4
- Subdelegação de Malange, NT 7370, Caixa
- Subdelegação de Serpa Pinto, NP 9084, Pasta 2 e 3
- Subdelegação de Salazar, NT 9085, Pasta 2

– Processos Pessoais

- P. 11-SR, NP 996 (Delegação de Angola), Pasta 1 e 2 – Viriato da Cruz
- P. 89/63, NT 565 (Delegação de Angola) – Viriato da Cruz

– Serviços Centrais

- CI (2), GU., NT 7966, Dossiê 18
- CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 5 e 6

MPLA

- Boletim do Militante Ano I, nº 3. Luanda, 27 de junho de 1977.
- Boletim do Militante Ano I, nº 7. Luanda, 29 de outubro de 1977.
- Boletim do Militante Ano I, s/nº. Luanda, 30 de dezembro de 1977.
- Boletim do Militante Ano II, nº 37. Luanda, setembro de 1978.
- Boletim do Militante Ano II, nº 57. Luanda, março de 1979.
- Lancemos uma ofensiva generalizada na luta pela democracia popular. Coleção Resistência. Edição do Departamento de Informação e Propaganda (D.I.P.), 1976.
- Lei do Poder Popular. Luanda, 1976.
- Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de outubro de 1976. Edição do Secretariado do Bureau Politico.

- A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Informação do Bureau Politico MPLA. Edições Avante, 12 de junho de 1977.
- Documentos do D.E.P. para o I Congresso do MPLA, outubro de 1977.
- Discursos do Camarada Presidente António Agostinho Neto. Edição do Departamento de Educação Politico-Ideológica, 1978/1979.
- Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário do Partido. Luanda, 1980.

Periódicos:

Jornal de Angola
 Jornal Angolense
 Revista Notícia
 Jornal Público
 Jornal Expresso

Fontes Orais:

Entrevista de Adolfo Maria a Marcelo Bittencourt, Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999.
 Entrevista de Afonso Dias da Silva a Marcelo Bittencourt, Luanda
 Entrevista de Américo Gonçalves a Marcelo Bittencourt, Luanda, 31 de janeiro de 1995.
 Entrevista de Benigno Vieira Lopes a Marcelo Bittencourt, Luanda, 13 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de Fernando Costa Andrade a Marcelo Bittencourt, Luanda, 15 de setembro de 1997.
 Entrevista de Jean Michel Mabeko Tali a Marcelo Bittencourt, Luanda, 21 e 27 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de João Vieira Lopes a Marcelo Bittencourt, Luanda, 27 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade a Marcelo Bittencourt, Luanda, 27 de agosto de 1997.
 Entrevista de Lúcio Lara a Marcelo Bittencourt, Luanda, 7 e 14 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de Maria do Céu Carmo Reis, Luanda, 22 de outubro de 1999.
 Entrevista de Mario Afonso “Cassessa” a Marcelo Bittencourt, Luanda, 10 de fevereiro de 1995.
 Entrevista de Paulo Jorge a Marcelo Bittencourt, Luanda, 23 de outubro de 1997.
 Entrevista de Pepetela (Arthur Pestana dos Santos) a Marcelo Bittencourt, Luanda, 6 e 9 de fevereiro de 1995
 Entrevista de Ruy de Castro Lopo a Marcelo Bittencourt, Luanda, 19 de outubro de 1997

Vídeos da Campanha Presidencial de 1992

MPLA

<http://www.youtube.com/watch?v=b5NbdpkLf6o> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=YCI5Oi5P0XA> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=HDhV6qMCDeQ> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=F0WrW3rOPT8> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=tU9R6Kfoj5k> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=vtTjylKIQkg> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=CC3O31ttsQ> Acessado em 02/02/2012.
http://www.youtube.com/watch?v=i5YeP_LhoJA Acessado em 02/02/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=cUutZAaNBkk> Acessado em 02/02/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=77FUDgO477o> Acessado em 02/02/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=35Babsk1Drs> Acessado em 02/02/2012.

UNITA

<http://www.youtube.com/watch?v=lqCFIFE-TLo> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=YGHgjbOfAOA> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=w8iJfK2PfBw> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=j5eu1elzqIA> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=a3turU9kNCM> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=HGqgp1YCBzE> Acessado em 02/12/2012.
<http://www.youtube.com/watch?v=AhV40GqdtNw> Acessado em 02/12/2012.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

BARTH, Fredrik. *O guro, o iniciador e outras varrições antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BENDER, Gerald Jerry. *Angola sob o domínio português – mito e realidade*. Editorial Nzila – Coleção Ensaio 21: Luanda, Agosto de 2004.

BAPTISTA, Alves Bernardo. *13 Teses em minha defesa*.
<http://www.27maio.org/teses.php> Acessado em 14/02/2012.

_____. Biografia de Nito Alves. <http://27maio.com/nito-alves-145-1977/> Acessado em 14/02/2012.

_____. *Memória da Longa Resistência Popular*. S/l. Editora Africa, 1976.

BIRMINGHAM, David. *Portugal e Africa*. Lisboa: Editora Vega, 2003.

BITTENCOURT, Marcelo. *A questão étnica e racial nas eleições angolanas*. IN: *Estudos Afro-Asiáticos*, p. 225 – 250, 1993.

_____. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. IN: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.

_____. “*Estamos juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial [1961 – 1974]*. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2008.

_____. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola. IN: *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB/LGE, 2004, p. 1098

BOTELHO, Américo Cardoso. *Holocausto em Angola – memória de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Ed. Nova Veja, 2008.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo - O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, 1999.

CEDETIM. *Angola: la lutte continue*. Prís, CEDETIM; François Maspero, 1977.

CHAVES, Rita. *O passado presente na literatura africana*. Revista Via Atlântica n° 7, outubro de 2004.

CHICHAVA, Sérgio. *Por uma leitura sócio histórica da etnicidade em Moçambique*, 2008. <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>> Acessado em 15/10/2010.

Coletânea do Cinema angolano. Ministério da Cultura. GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. Disco 1 & 2.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a história de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

FAUVET, Paul. *Angola: The rise and fall of Nito Alves*. Review of African Political Economy, 1979, nº 14, pp.88 – 104.

FRAGOSO, José Adão. *O Meu Testemunho*. A purga do 27 de maio de 1977 e as suas consequências trágicas. Luanda: Sistema J Editora, 2009.

FRANCISCO, Michel. *Nuvem Negra – o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

FIGUEIREDO, Leonor. *Sita Valles (1951 – 1977) revolucionária, comunista até a morte*. Lisboa: Alétheia Editores, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

HODGES, Tony. *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Editora Principia, 2001.

JAIME, Drumond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999.

KILUANJI, (José César Augusto). *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Luanda: Vanguarda, Coleção Resistência, 1990.

LARA, Lucio. *Um amplo movimento – itinerário do MPLA através de documentos de Lucio Lara*. Vol. I, II e III. Luanda, Edição do Autor, 1997.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 37-59 p.

LEONARD, Yves. *Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation*. Lusotopie 1997, pp. 211 – 226.

MACARINGUE, José. Percepções na cidade da Beira. IN: SERRA, Carlos (org). *Racismo, Etnicidade e Poder – Um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Ed. Livraria Universitária, 2000.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y Súbdito. África Contemporânea*. México: Siglo Ventiuno Editores, 1998.

MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.

_____. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume II, 1978.

MATEUS, Dalila Cabral e MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Lisboa: Edições ASA, 2007.

MENEZES, Carlos Teles de. *O nacionalismo musical angolano*. Monografia de conclusão de curso de pós-graduação lato-sensu de História da África, apresentada ao Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1998.

MESSIANT, Christine. *Angola, Les Voies de L'Ethnisation et de la Décomposition*. Lusotopie, Fev. 1994.

_____. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. IN: *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, pp. 131 – 161.

MILHAZES, José. *Angola – o principio do fim da União Soviética*. Lisboa: Ed. Veja, 2009.

MOORMAN, Marissa. *Of westerns, women, and war: Re-situating Angolan Cinema and the nation*. Ethnic News Watch (ENW): Fall 2001; vol. 32, n° 3.

_____. Music and Lusotropicalism in Late Colonial Luanda. Disponível em: <http://www.buala.org/en/stages/music-and-lusotropicalism-in-late-colonial-luanda> Acessado em 28/07/2011.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <http://geraufms.blogspot.com.br/2011/06/kabengele-munanga-uma-abordagem.html> Acessado em 02/11/2011.

NETO, António Agostinho. *Sagrada Esperança*. Disponível em: http://www.sitedeliteratura.com/Poesias/A_netol.htm

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX*. Lusotopie, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. *O bordado de um tempo: a história da estória de Esaú e Jacó*. IN: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n° 81, abr-jun. 1985.

_____. *História da Crônica, Crônica da História*. IN: RESENDE, Beatriz (org.). Cronistas do rio. Rio de Janeiro: José Olumpo/CCBB.

N'GANGA, João Paulo. *O pai do Nacionalismo angolano – As memórias de Holden Roberto (1923 – 1974)*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

PACHECO, Carlos. *Repensar Angola*. Lisboa: Editora Vega, 2000.

PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. Orgeval (França): Pelissier, 1978.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *O Cão e os Calus*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.

_____. *A Geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Regressados na Cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999.

PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branços de Angola – Autonomismo e nacionalismo (1900 – 1961)*. Edições MinervaCoimbra, 2005.

_____. *Angola no Percurso de um Nacionalista – Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

POUTIGNAT, Poutignat & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Processo de Paz em Angola – Gbadolite – Kinshasa, s/d.

ROCHA, Edmundo. *A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989.

SERRA, Carlos (org). *Racismo, Etnicidade e Poder – Um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Ed. Livraria Universitária, 2000.

SERRANO, Carlos. *O romance como documento social: o caso de Mayombe*. Revista Via Atlântica, nº 3, 1999.

SHUBIN, Vladimir. *The Hot 'Cold War' - the USSR in Southern Africa*. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral – apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976 – 1992)*. Luanda: Ed. Mayamba, 2010.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Gradiva, 1991.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Ásia*, nº 18, 1996.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol I e II. Editorial Nzila – Coleção Ensaio 3: Luanda, 2001.

VALENTIM, Jorge. *1954 – 1975 Esperança – época de ideais da independência e dignidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

_____. *Caminho para a paz e reconciliação nacional – de Gbadolite a Bicesse (1989 – 1992)*. Luanda: Ed. Mayamba, 2010.

VIDAL, Nuno. *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, pp. 11 – 57.

VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

ZAMPARONI, Valdemir. *Ficção e história em “A vida verdadeira de Domingos Xavier”*. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/171.pdf> Acessado em 28/07/2011.